



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

NÚCLEO DE PESQUISA PSICOLOGIA SOCIAL, TRABALHO E SUBJETIVIDADE

VALÉRIA MACHADO RUFINO

***Lugar de mulher é aonde ela quiser?
Relações de gênero e trabalho das docentes em uma
Universidade Federal***

Novembro/2018
João Pessoa/PB

VALÉRIA MACHADO RUFINO

Lugar de mulher é aonde ela quiser?
Relações de gênero e trabalho das docentes em uma
Universidade Federal

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo César Zambroni de Souza.

Novembro/2018
João Pessoa/PB

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R926l Rufino, Valeria Machado.

Lugar de mulher é aonde ela quiser? Relações de gênero e trabalho das docentes em uma universidade federal / Valeria Machado Rufino. - João Pessoa, 2018.

210 f. : il.

Orientação: Paulo César Zambroni de Souza.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Gênero e Trabalho. 2. Mulher. 3. Docência. 4. Universidade Federal. I. Souza, Paulo César Zambroni de. II. Título.

UFPB/CCHLA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

A Tese “*Lugar de mulher é aonde ela quiser? Relações de gênero e trabalho das docentes em uma Universidade Federal*”, de **Valéria Machado Rufino**, foi considerada **APROVADA** por todos(as) os(as) membros(as) da Banca Examinadora, atendendo aos requisitos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social para obtenção do Título de Doutora.

Prof. Dr. Paulo César Zambroni de Souza

(Presidente)

Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo

(Membro Interno do PPgPS)

Profa. Dra. Tatiana de Lucena Torres

(Membro Externa ao PPgPS)

Profa. Dra. Margarete Almeida Nepomuceno

(Membro Externa ao PPgPS)

Profa. Dra. Andrea Xavier de Albuquerque de Souza

(Membro Externa à UFPB)

Dedico essa Tese às Universidades, especialmente às mulheres que nelas trabalham, estudam e convivem.

Agradecimentos

Fazer agradecimentos é uma tarefa que não é fácil, essa etapa do doutorado foi uma época de muitas lições. Todos os encontros e desencontros, sabores e dissabores, em certa medida, foram importantes não só para o meu processo de doutoramento, mas sobretudo para a vida.

À **Paulo César Zamboni de Souza**, meu orientador nessa empreitada. Apesar das agruras do processo de doutoramento e dos desafios impostos pela relação de trabalho, agradeço pelos ensinamentos.

À **Tatiana Torres**, que embarcou na aventura do convite inicialmente desprezioso de ser meu suporte para o desenvolvimento de um estudo de metanálise qualitativa. Também por ter aceitado participar da minha banca de qualificação e da defesa final da tese.

À **Anísio Araújo**, por aceitar a todos os convites feitos: leitor interno na Jornada do PPgPS, membro da banca de qualificação e membro da banca de defesa final.

À **Andrea Xavier** e a **Margarete Nepomuceno** por, além de terem aceitado ao convite de participar da banca final desta tese a qual certamente trarão reflexões importantes para o aprimoramento presente e para o planejamento de pesquisas futuras, representarem mulheres docentes de universidades públicas atentas a essa temática.

Ao **Fórum de Mulheres em Luta da UFPB**, surgido no ano final da tese, se configurou como espaço de renovação das forças para a luta e enfrentamentos diários, de formação de novos vínculos de amizade, laços e projetos profissionais.

Às **participantes da pesquisa**, que se disponibilizaram incondicionalmente a contribuírem com esse estudo, confiando a mim as suas vivências de ser mulher docente no ensino superior. Os momentos de entrevista se constituíram como experiência enriquecedora, permitindo estabelecer novas formas de articulação entre gênero e trabalho.

À **Sarita Brazão Vieira**, minha orientadora de mestrado, que muitos ensinamentos e provocações daquela época permanecem presentes até hoje.

À minha mãe, **Maria Irene Machado**, e ao meu pai, **Antonio Rufino**, que me propiciaram uma educação emancipatória e libertadora. Para mim o estranhamento foi o inverso da maioria das pessoas, pois o contato com as naturalizações do que a sociedade impõe ao ser mulher não veio da educação familiar. Ambos, na educação doméstica, mostraram viés de gênero, da emancipação feminina, da liberdade de ser mulher e da valorização da autonomia e da independência. Somente anos depois que pude identificar isso como educação emancipatória de gênero.

Às minhas filhas, **Isis e Isadora**, e ao meu filho, **Heitor**, por terem cada um ao seu jeito contribuído com esse processo. Por terem aguentado firme as ausências que se fizeram necessárias ao longo do processo e pela torcida para que essa etapa fosse concluída com êxito.

Agradeço também a minha netinha, **Stella**, que com poucos meses de vida, me fez rir e renovar as esperanças nas mudanças.

Aos meus irmãos, **João Alfredo e Vladimir**, e minha irmã, **Janaína**, pelos diferentes apoios e suportes, mesmo os mentais.

À todas mulheres que se constituíram em minha **rede de apoio** e que possibilitaram o desenvolvimento desse trabalho com menos dificuldades, de modo particular à **Glúcia** e à **Sandra Helena**.

À todas amigas e todos amigos, em especial a **Stenia**, que, além de ser uma amiga de longas datas, é uma mulher independente e que esteve presente comigo nas minhas lutas.

À todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente, a minha gratidão!

*Companheira me ajuda
Que eu não posso andar só.
Eu sozinha ando bem
Mas com você ando melhor
(Ciranda Popular)*

Lugar de mulher é aonde ela quiser?

Relações de gênero e trabalho das docentes em uma universidade federal

RESUMO

Os novos cenários produtivos, oriundos das transformações dos paradigmas no mundo do trabalho e das rápidas transformações sociais e tecnológicas, têm impactado sobremaneira a relação *trabalho e gênero*. Atrelada a essa questão, a situação que a mulher vivencia no mundo do trabalho, em diversos países, é marcada por desigualdade de oportunidades, de tratamento e de direitos. Assim, a presente tese objetivou compreender e analisar articulações entre as relações sociais de gênero e trabalho, considerando no âmbito teórico a produção científica brasileira e no âmbito empírico a dinâmica psíquica das docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Partimos do pressuposto de que, apesar do espaço de trabalho em uma universidade pública federal ser, em princípio, isonômico e equânime, as relações sociais de gênero interferem na organização e desenvolvimento da atividade docente das mulheres. Para tal, a tese foi organizada em 04 artigos. O primeiro deles objetivou analisar a situação atual das mulheres no mundo do trabalho no Brasil, a partir de indicadores sociais de trabalho e gênero. Nele realizamos um levantamento dos relatórios, estatísticas e análises da relação trabalho e gênero no Brasil produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação Perseu Abramo, Organização Internacional do Trabalho (OIT) Brasil, Fórum Econômico Mundial e Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres. Observamos que no Brasil a desigualdade de gênero no trabalho apresentou na última década uma diminuição, mas que rapidamente voltou a crescer nos últimos dois anos, colocando o Brasil em uma das piores colocações no mundo. Conhecer esse cenário atual é um dos fatores que auxilia a elaboração e implementação de estratégias de enfrentamento e promoção da equidade no trabalho. O segundo artigo tratou de uma metanálise qualitativa da produção científica brasileira em psicologia sobre trabalho e gênero. Para tanto, uma revisão sistemática foi realizada a partir de cinco bases de dados nacionais eletrônicas. Após seleção pelos critérios de inclusão e análise de juízas, 59 artigos foram classificados como pertencentes à área da Psicologia. Nestes realizamos uma análise cientométrica, dividindo-os em dois grupos por faixa de tempo: (1) (2008-2017, N=38), e (2) (1997-2007, N=21). Uma metanálise qualitativa foi realizada com os artigos publicados nos últimos 10 anos que foram submetidos a análises textuais com auxílio do software IRaMuTeQ. Os resultados indicam que, dentre eles, predominantemente a temática gênero tem sido tratada como foco, sendo o trabalho temática de fundo; e que ainda há uma naturalização dos papéis femininos. O terceiro artigo objetivou

refletir sobre o lugar da mulher docente em universidades federais, em especial na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para tal, investigamos dados censitários, junto a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP (no período de 1998 a 2018) para o cenário local e para o cenário nacional os relatórios de 1999 a 2017, além de relatórios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Identificamos que existe um processo de feminização, que agrupa as docentes prioritariamente às áreas de conhecimentos dos cuidados em saúde e educação. Ademais, elas têm dificuldades em progredirem na carreira e recebem menos bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ)/CNPq, além de ocuparem menos espaços de gestão em alta hierarquia universitária, em que pese o fato de, no momento, a função de reitora ser ocupada por uma mulher. O quarto artigo, investigou a dinâmica psíquica de mulheres docentes em universidade federal a partir da relação gênero e trabalho. Este estudo teve um cunho qualitativo, no qual foram realizadas entrevistas individuais no contexto de trabalho das mulheres docentes de diferentes cursos do campus I da UFPB. Analisamos evidências das expressões da relação gênero e trabalho no trabalho da mulher docente da UFPB, assim como as repercussões dessas no processo de naturalização das barreiras impostas e dos movimentos para enfrentamento desta situação. A combinação dos 4 artigos nos permite pensar indicadores e contextos para a reprodução nas universidades federais da relação de gênero e trabalho para a mulher docente assim como fomentar estratégias de enfrentamento.

Palavras-Chave: Gênero e Trabalho; Mulher; Docência; Universidade Federal.

Is a woman's place where she wants?
Gender relations and professors' work in a federal university

Abstract

The new productive scenarios, resulting from the transformations of paradigms in the workplace and rapid social and technological transformations, have greatly impacted the relation between work and gender. Linked to this issue, the situation that women experience in the workplace, in several countries, is marked by inequality of opportunities, treatment and rights. Thus, the present thesis aimed to understand the analysis of articulations between the social relations of gender and work, considering in the theoretical framework the Brazilian scientific production and in the empirical scope the psychic dynamics of the professors of the Federal University of Paraíba (UFPB). We assume that, although the work space in a federal public university is, in principle, isonomic and equitable, gender social relations interfere in the organization and development of the teaching activity of women. For this, the thesis was organized in 04 articles. The first article analyzed the current situation of women in the workplace in Brazil, based on social indicators of work and gender. In it, we carried out a survey of the reports, statistics and analyzes of the relationship between labor and gender in Brazil produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Institute of Applied Economic Research (IPEA), Perseu Abramo Foundation, International Labor Organization, World Economic Forum and United Nations (UN) Women. In Brazil, gender inequality in work has declined in the last decade, but has rapidly increased in the last two years, putting Brazil in one of the worst positions in the world. Knowing this current scenario is one of the factors that helps the elaboration and implementation of coping strategies and promotion of work equality. The second article dealt with a qualitative meta-analysis of Brazilian scientific production in work and gender psychology. To do so, a systematic review was carried out from five national electronic databases. After selection by the criteria of inclusion and analysis by judges, 59 articles were classified as belonging to the area of Psychology. In these we perform a scientometric analysis, dividing them into two groups by time band: (1) (2008-2017, N = 38), and (2) (1997-2007, N = 21). A qualitative meta-analysis was carried out with articles published in the last 10 years that were submitted to textual analysis with the aid of software IRaMuTeQ. He results indicate that predominantly, among them, gender has been treated as a focus, being thematic work; and that there is still a naturalization of women's roles. The third article aimed to reflect on the place of teaching women in federal universities, especially at the Federal University of Paraíba (UFPB). To do this, we investigated census data, together with the

Pro-Rector's Office for People Management (PROGEP) (from 1998 to 2018) for the local scenario and for the national scenario the reports from 1999 to 2017, as well as reports from the National Development Council Scientific and Technological (CNPq). We identified a process of feminization, which groups teachers primarily to the areas of knowledge of health care and education. In addition, they have difficulties in advancing their careers and receive fewer Research Productivity Scholarships (PQ)/CNPq, in addition to occupying less management spaces in a higher university hierarchy, in spite of the fact that, at present, the role of provost is occupied by a woman. The fourth article investigated the psychic dynamics of female teachers at a federal university based on the gender and work relationship. This study had a qualitative character, in which individual interviews were carried out in the context of the work of the female teachers of different courses of the campus I of the UFPB. We analyzed evidences of the expressions of the relation between gender and work in the work of the teaching women of the UFPB, as well as the repercussions of these in the process of naturalization of the barriers imposed and the movements to face this situation. The combination of the four articles allows us to think about indicators and contexts for reproduction in federal universities of the gender and work relation for the teaching woman as well as to foment coping strategies.

Keywords: Gender and Work; Woman; Teaching; Federal University.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	16
Referências	28
ARTIGO 1	
<i>A Situação da Mulher no Mundo do Trabalho Brasileiro: Panorama Atual</i>	33
Resumo	34
Abstract	34
Resumen	34
Considerações iniciais sobre a inserção da mulher no trabalho assalariado	35
Mulheres & trabalho: contexto e panorama	39
Mulheres & trabalho: indicadores nacionais	44
Considerações finais	53
Referências	55
ARTIGO 2	
<i>Gênero e Trabalho na Psicologia: Revisão Sistemática e Metanálise Qualitativa ...</i>	58
Resumo	59
Abstract	59
Resumen	59
Método	61
Procedimento de levantamento de dados	62
Procedimento de análise de dados	64
Resultados	65
(A) <i>Dados Cientométricos</i>	67
(B) <i>Metanálise qualitativa</i>	70
Discussão	80
Considerações finais	85
Referências	87

ARTIGO 3

<i>A Mulher Docente em Universidade Federal: Relações de Gênero no Trabalho Docente</i>	90
Resumo	91
abstract	91
Resumen	91
Função da universidade e relações de gênero	93
Método	96
A mulher docente na universidade federal: apontamentos a partir da realidade da UFPB	97
Considerações finais	112
Referências	113

ARTIGO 4

<i>Relação gênero e Trabalho: Dinâmica Psíquica das Mulheres Docentes da UFPB</i>	117
Resumo	118
Abstract	118
Resumen	118
Método	120
Resultados e discussões	122
Do perfil das participantes: primeiras reflexões da participação feminina na docência das universidades	122
Universidade e produtivismo: o lugar ocupado pelas mulheres docentes e as relações de gênero	127
Evidências das questões de gênero na atividade da mulher docente em universidade federal	130
Por uma política de gênero nas universidades públicas: a experiência do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB	133
Considerações finais	136
Referências	137
Considerações Finais	141
APÊNDICES	145

<u>Apêndice 1:</u>	
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	146
<u>Apêndice 2:</u>	
Roteiro da Entrevista Semiestruturada	148
<u>Apêndice 3 –</u>	
Orientação aos(às) juízes(as) – análise dos artigos para metanálise	150
<u>Apêndice 4:</u>	
Análise das 3 juízas – 186 artigos – avaliação para metanálise qualitativa	154
<u>Apêndice 5:</u>	
UFPB -Quantidade de Mulheres e Homens Docentes por Centro	181
<u>Apêndice 6:</u>	
UFPB - Quantidade de Mulheres e Homens Docentes Efetivos(as) da Ativa por Departamento – 2018	182
<u>Apêndice 7:</u>	
UFPB Distribuição de Mulheres e Homens Docentes Efetivos(s) da Ativa por Titulação e por Departamento – 2018	190
<u>Apêndice 8:</u>	
UFPB Distribuição de Mulheres e Homens Docentes Efetivos(s) da Ativa por Classe Funcional e por Departamento – 2018	200
<u>Apêndice 9 -</u>	
Universidades Federais – Distribuição de Docentes efetivos da ativa (em exercício e afastados) por titulação. Série Histórica de 1999 a 2017	210

Apresentação

As discussões de gênero, e conseqüentemente gênero no trabalho, são marcadas pelos movimentos de luta feministas. Assim, é necessário contextualizá-lo para termos elementos de compreensão tanto de seu desenvolvimento e direcionamentos, quanto de seus refutamentos e entraves políticos. De forma geral, a luta feminista é marcada por três grandes ondas, que marcam, também, a sua produção acadêmico-científica (Narvaz & Koller, 2006; Pinto, 2010).

Embora os registros dos primeiros movimentos e organizações feministas sejam do séc. XVIII (Bittencourt, 2015), a primeira onda feminista relaciona-se com a luta pelos direitos civis, em especial ao voto da mulher, ou sufrágio, intensificado no final do séc. XIX e início do séc. XX (Narvaz & Koller, 2006). O movimento de luta sufrágio iniciou na Inglaterra e França no final da década de 1890 e rapidamente se estendeu a diversos países do ocidente (Gregori, 2017). No Brasil, o voto da mulher foi conquistado em 1932 (Pinto, 2010), mas não para todas. Somente para aquelas mulheres que tivessem renda própria ou fossem casadas e tivessem autorização do marido para votar. Somente em 1934 as mulheres conquistaram o livre direito ao voto, tornando-se obrigatório o voto da mulher apenas em 1946 (há apenas 72 anos, portanto um tempo curtíssimo em termos históricos).

A segunda onda feminista, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1980 (Bittencourt, 2015), especialmente no Brasil, foi marcada pela luta contra a ditadura militar, integrando movimentos sociais, a luta por direitos trabalhistas, à moradia e à educação. Dado o contexto social e cultural, o movimento desta época também lutou por uma liberdade do exercício da sexualidade, direito ao prazer e combate às violências, principalmente a sexual. Importante autora desse movimento foi Simone de Beauvoir (1908-1986) – escritora francesa, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social, introduziu a premissa da construção social do ser mulher, no livro “O Segundo Sexo” com a célebre frase “ninguém nasce mulher:

torna-se mulher” (Beauvoir, 1967, p. 9). “O Segundo Sexo” foi originalmente publicado em 1949 e tem dois volumes, vol. I: fatos e mitos (Beauvoir, 1970) e vol. II: experiência vivida (Beauvoir, 1967). Apesar de ter sido um *best-seller* na época, caiu em desuso por algumas décadas. A obra foi retomada pelo movimento feminista, nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970. Beauvoir foi considerada pelo movimento feminista tanto como uma musa (Garcia, 1999), mas, também, em alguns momentos suas proposições foram apontadas como ideário de um feminismo ultrapassado, por se ter a compreensão de que haveria a premissa de determinismo biológico. Concepções essas que não foram universalmente aceitas pelo movimento feminista (Cyfer, 2015; Lobo, 2013).

As transformações sociais, políticas e culturais avançam para a construção da terceira onda do feminismo, que é a fase que vivenciamos atualmente. Teve início nos países ocidentais por volta da década de 1990 (Gregori, 2017; Narvaz & Koller, 2006). Esta por sua vez demarca um território micropolítico no qual também se contestam as generalizações feministas, colocando na pauta a necessidade em discutir as variadas formas e contextos do ser mulher. Entra em pauta o tema da interseccionalidade, no qual a opressão das mulheres é vivenciada de diferentes formas e intensidades. A variável classe e etnia também precisa ser colocada na discussão da compreensão do que é ser mulher.

O feminismo chamado da terceira onda, a partir da crítica de mulheres lésbicas, negras e do Terceiro Mundo, problematizará os efeitos excludentes do gênero, e as epistemólogas feministas também vão apontar seus efeitos dicotomizantes e por vezes reducionistas da experiência das mulheres (Santos, Carvalho, Amaral, Borges & Mayorga, 2016, p. 596).

No Brasil, as universidades, como foco de produção intelectual, desempenharam um importante papel no debate das questões de gênero. O movimento feminista contemporâneo no Brasil ocorreu de forma diferente do ocorrido na América do Norte e na Europa. Heilborn e Sorj (1999) apontam para duas principais características do movimento feminista brasileiro: uma “orientação moderada” e restrita ao discurso dominante das esquerdas; quanto pelos

fazer e saberes de gênero estarem imbricados com os muros das universidades. A esse último aspecto, as autoras frisam que

(...) o feminismo contou desde a sua origem com expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais. As acadêmicas, por sua maior exposição a idéias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades (Heilborn & Sorj, 1999, p. 3).

Apesar desse movimento feminista e dos estudos de gênero iniciarem sobretudo pelas universidades, Vásquez (2017) também sinaliza que o tema foi, no cenário universitário brasileiro, muitas vezes marginalizado. Esse paradoxo da temática entrar pelas universidades e ao mesmo tempo ser marginalizada, nos mostram indícios dos motivos pelos quais permanece a naturalização do que é ser mulher e suas relações com outros campos da vida, especialmente com o trabalho.

O campo dos estudos de gênero e suas relações com o trabalho tem recebido cada vez mais atenção em diversas áreas do conhecimento, dentre elas a psicologia. Essa temática vem cada vez mais ganhando destaque no cenário da Psicologia nacional (Santos, 2013, p. 27). Na Psicologia Social do Trabalho contemporânea, a discussão das relações de gênero e trabalho desempenha um papel importante para a efetiva promoção da autonomia e da conscientização da classe trabalhadora, assim como para uma atuação que garanta a equidade no mundo do trabalho.

Dentro da psicologia brasileira, é a psicologia social que melhor acolherá as perspectivas de gênero e feministas. Tal receptividade possui explicações históricas relacionadas com o movimento da chamada *crise da psicologia social*, que marcará o debate da área principalmente nos anos 1970 e 1980. Sabemos que, nesse período, a psicologia social brasileira e latino-americana dedicou-se à construção de um corpo teórico, conceitual e metodológico próprios, se institucionalizaram, e toda a crítica realizada à psicologia social *standard* teve consequências importantes no campo *psi*. A importação acrítica das teorias psicológicas oriundas dos Estados Unidos e Europa, as

lógicas coloniais presentes na produção do conhecimento, a ênfase na perspectiva positivista e quantitativista nos estudos realizados, a prevalência do que se chamou de *reducionismo psicológico*, a distância das teorizações da psicologia social *standard* dos fortes problemas que marcavam a sociedade brasileira nesse momento e a necessidade de constituir um campo científico que tomasse a sociedade brasileira como ponto de partida para as análises em psicologia social, foram alguns dos pontos problematizados no momento da *crise* (Santos, Carvalho, Amaral, Borges & Mayorga, 2016, p. 590).

Por outro lado, no campo dos cursos de formação em psicologia essa temática parece não fazer parte dos componentes curriculares não só no Brasil. Ubach (2008), problematiza a formação em psicologia como uma versão descomprometida das questões de gênero e pouco sensível às relações de poder.

Nesse sentido, compreendemos gênero a partir de uma construção histórica, social e cultural (Scott, 1995; Strey, 2008), e que as crenças do que é ser mulher com características atribuídas a sua “essência” são processualmente naturalizadas (Yannoulas, 2011). Desta forma, encontramos as raízes da divisão sexual do trabalho fundamentadas na divisão social de gênero (Sousa & Guedes, 2016). Assim, compreender o trabalho desenvolvido por mulheres e suas implicações remuneratórias, de reconhecimento social e laboral, deve levar em consideração essas questões.

Compreendemos que o trabalho assume centralidade na construção da dinâmica psíquica das mulheres e homens que trabalham. Desta forma o trabalho não vale apenas pelo que representa enquanto meio de sobrevivência, possui também, e sobretudo, o valor de assegurar às mulheres e homens a qualidade que os torna humanos. Nesta lógica, o trabalho funciona como acontecimento social e construtor da identidade. De acordo com Gernet e Dejours (2011), a prática de trabalho possibilita a vivência de trocas sociais, bem como das mobilizações subjetivas dela resultantes, o que possibilita a compreensão da atividade efetivamente realizada (em contraponto com a prescrita, demandada) como um trabalho vivo.

Dito isto, consideramos mister levar em consideração as questões de gênero na relação com o trabalho uma vez que os estudos acerca das relações de gênero apontam processos

históricos que levam a inserções e modos de trabalhar diferenciados de homens e mulheres nos processos de trabalho, a temporalidades cotidianas distintas, assim como à diversidade de vivências de sofrimento e processos de adoecimento (Brito, Bercot, Horellou-Lafarge, Neves, Oliveira & Rotenberg, 2014; Brito, Neves, Oliveira & Rotenberg, 2012).

Como vimos, dada essa temática de gênero ser academicamente recente, historicamente muitas teorias tomaram como norma o padrão masculino como referência de análise e de teorização. Chabaud-Rychter, Descoutures, Devreux e Varikas (2014) discutem no livro “O Gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour” como a temática do gênero não ocupou lugar central nas produções de autores clássicos da Sociologia, Filosofia, História e fazem uma análise crítica destas a partir das discussões e produções contemporâneas sobre gênero. Assim, o desafio posto para a produção científica é: como esses referenciais teórico-metodológicos podemos incorporar essas análises sócio-históricas que construíram o que é ser mulher, assim como apontar caminhos de intervenção para a mudança.

No campo da psicologia, as investigações da dinâmica psíquica – vivência subjetiva – das relações de gênero e trabalho podem se respaldar na Psicodinâmica do Trabalho (PDT), que também, como as demais abordagens, a princípio não levou em consideração nas suas teorizações a dimensão de gênero, fazendo-o a partir da provocação de algumas mulheres (Dejours, 2004). Contudo, no Brasil, podemos apontar algumas investigações que discutem a relação de gênero e trabalho embasadas na PDT, a partir da premissa do gênero como uma construção social, como, por exemplo, os trabalhos de Brito, Neves, Oliveira & Rotenberg (2012), Pezé (2004), Molinier (2004), Molinier (2008).

O tema da igualdade de gênero no mundo do trabalho é urgente e pode ser visto por três ângulos complementares: (1) é um tema de direitos humanos e faz parte das condições essenciais para atingir uma democracia efetiva. Contudo, ainda devem se passar muitas décadas para atingirmos a equidade de gênero em relação à remuneração e às condições no mundo do

trabalho (Fórum Econômico Mundial, 2012); (2) é um tema de justiça social e diminuição da pobreza, na medida em que é condição para ampliar as oportunidades de acesso a um trabalho decente (OIT, 2012); e (3) é um tema de desenvolvimento social e econômico. Segundo dados do Banco Mundial, estima-se que a equidade de gênero no mundo do trabalho, além de incrementar a renda familiar, estimularia o crescimento da economia mundial (Banco Mundial, 2012).

No campo das conquistas políticas e sociais, o debate das Políticas Públicas de Trabalho e Gênero estavam avançando no Brasil até o ano de 2016. A este respeito destacam-se: o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM); o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente no Brasil, no qual a OIT (2012) define Trabalho Decente como sendo o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego produtivo e de qualidade e a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social; as Convenções e Acordos Internacionais das quais o Brasil é signatário. São 12 convenções da OIT que dispõem sobre a proteção à mulher e a igualdade de gênero, das quais 06 foram ratificadas pelo Brasil.

Neste momento, dado à temática desta tese, daremos breve ênfase ao *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)* com os apontamentos de alguns elementos sobre esses planos. O PNPM define as Políticas Públicas que serão adotadas e um conjunto de metas, prioridades e ações, organizadas por eixos de atuação. Parte do pressuposto de que o enfrentamento das desigualdades de gênero não pode ser remetido apenas a um caráter burocrático, mas deve integrar uma rede de articulação entre estado e sociedade civil. Assim, o PNPM são fruto das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Essas conferências discutem a situação das mulheres brasileiras e tem o objetivo de propor as diretrizes para fundamentação do PNPM.

O PNPM teve a primeira edição em 2004, seguida de outras duas e uma conferência preparatória para a quarta edição. Dentro das diretrizes do PNPM, uma das áreas estratégicas

diz respeito à dimensão do trabalho da mulher. Assim, destacamos essas temáticas nas 4 edições do PNPM relativas ao eixo do trabalho: no I PNPM, em 2004, “Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania” (uma importante conquista foi garantir a promulgação da Lei Maria da Penha); no II PNPM, em 2008, “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social”; no III PNPM, em 2013, “Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica”; e na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”.

No âmbito político de monitoramento e luta social pela equidade de gênero também se destacou o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, criado em 2009 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), em parceria com outras instituições públicas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais. A atuação do observatório se deu a partir de áreas temáticas, tendo a sua primeira área temática “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do trabalho”.

Na luta por condições de transformação nas relações de gênero no mundo do trabalho, no campo do legislativo, algumas discussões e projetos de lei (PL) que buscam garantir e efetivar a igualdade de gênero no mundo do trabalho, dos quais destacamos o PL 6.653/2009 (apensado ao PL 4.857/2009 que até novembro de 2018 teve a sua última movimentação legislativa ocorrida em 2013). Esse PL prevê a criação de

mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens, para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, amparando-se na Constituição da República Federativa do Brasil (...), bem como em normas internacionais ratificadas pelo Brasil e dá outras providências. (Projeto de Lei nº 6.653/2009)

O PL 497/2015 –que dispõe sobre o percentual mínimo e máximo de participação de membros de cada sexo nos conselhos de administração das empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e outras empresas em que a União, direta ou

indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto—em consulta realizada em novembro de 2018, teve a última movimentação em agosto de 2017.

Apesar destes projetos de lei que visam garantir equidade para as mulheres no âmbito do trabalho, ainda vivenciamos desigualdade de oportunidades, de tratamento e de direitos em relação às questões de gênero no mundo do trabalho. O que tem se concretizado atualmente é um movimento de rápida aceleração das transformações trabalhistas com o avanço de propostas de mudanças da legislação trabalhista que precarizam e flexibilizam os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Mudanças que afetam de forma mais perversa as mulheres. A este exemplo podemos destacar transformações que também podem afetar as universidades federais: as Organizações Sociais (OS), a reforma trabalhista, a nova lei da terceirização irrestrita, a possibilidade de terceirização no setor público e a permissão de doação de ente privado para setores específicos de universidades, dentre outros.

As Organizações Sociais (OS) foram criadas por lei em 1998 (Lei 9.637/1998) e se constitui como

um título que a administração pública outorga a entidade privada sem fim lucrativo para que esta realize - com recursos públicos - atividades ligadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [ANDES-SN], 2015, p. 3).

Logo após a sua promulgação, foram enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) ações que contestavam a sua constitucionalidade. Após 17 anos aguardando julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADIN nº 1.923/DF), em 2015 o STF decidiu pela validade da parceria entre OS e o poder público. Desde então foi instituída a possibilidade das OS para a gestão e contratação de docentes, como também técnicos(as)-administrativos(as), para as universidades públicas federais. Já implementada na saúde pública, as OS intensificaram a precarização do trabalho e dos serviços. Ao se ter a possibilidade do uso das OS para contratação docente em universidades federais, além de se vislumbrar a precarização do

trabalho docente, ao criar uma segunda via de contratação/vínculo, também se vislumbra o enfraquecimento da articulação político-sindical do movimento docente.

No escopo de transformação e mudanças da legislação trabalhista, apontamos a reforma trabalhista vigente a partir de 11 de novembro de 2017 (Lei 13.467/2017), que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em pontos importantes como jornada de trabalho, férias, remuneração, plano de carreira, além de possibilitar que o acordado prevaleça sobre o legislado. Alguns meses antes já havia sido publicada a nova lei da terceirização (Lei 13.429/2017), também conhecida como lei da terceirização irrestrita. Também contestada no STF, foi julgada como constitucional em agosto de 2018.

A ideia em possibilitar a terceirização em atividades fim não é nova. Desde o final da década de 1990 já tramitava projeto de Lei que visava dar essa ampliação, assim como tantos outros surgiram ao longo das décadas. Contudo, o clima político e a pressão e controle social ao longo de décadas conseguiram barrar os avanços das reformas propostas. A regulamentação da terceirização irrestrita criou contexto social e político para a possibilidade da terceirização da atividade fim também no setor público. Esta foi instituída pelo Decreto 9.507/2018, e atinge, também, as universidades federais. Essa possibilidade de terceirização no setor público é prevista mesmo nos casos nos quais a empresa prestadora de serviço ofereça mão-de-obra já ofertada pelo poder público.

Anteriormente a essa possibilidade de terceirização, destacamos, também, a regulamentação da doação monetária por ente privado, para setores ou projetos específicos de universidades, inclusive públicas, a partir de 2017, por meio da Lei 13.490/2017. Esta lei alterou o art. 53 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), incluindo essa previsão [a Educação Superior é regulamentada pelo capítulo IV, artigos 43 a 57, da LDB (Lei 9.394/1996)]. Essa destinação dependerá de acordo firmado entre doadores(as) e universidades, podendo, assim, favorecer linhas de pesquisa que o(a) doador(a) entender como mais importante.

Como podemos observar, o cenário que se desenha para as universidades federais é preocupante, levando em consideração apenas o que já se tem de concreto, sem contar, neste momento, com o que temos de especulações e promessas de transformações. Como mencionamos anteriormente, em um cenário como esse as mulheres tendem a ser mais duramente afetadas. Já nos chamava a atenção Beauvoir (1975), em entrevista televisiva concedida, “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

Nessa direção, além dos estereótipos de gênero e da divisão sexual do trabalho, os estudos de gênero e trabalho apontam algumas das razões que fazem com que as mulheres sejam mais afetadas com os cenários de crise e transformações no mundo do trabalho: os métodos tradicionais de avaliação dos postos de trabalho são elaborados com base nos requisitos de ocupações com predominância de homens; e o poder de negociação mais fraco das trabalhadoras, que apresentam menor participação sindical e estão sobre-representadas em trabalhos precários e informais (IPEA, 2016; OIT, 2012; OIT,2018; Perseu Abramo, 2010).

Ainda nessa perspectiva, as mulheres têm menor organização nos movimentos sindicais. Cappellin (1994), ao discutir a relação das mulheres com o movimento sindicalista, demonstra como o movimento político e sindical se fundou a partir do imaginário masculino como universal, e apresenta uma série de dificuldades que esta estruturação impôs às mulheres nesses movimentos, e conclui que

estas dificuldades advêm da incompleta revisão, na linguagem política, de conjugar ao feminino o princípio da representação, enquanto mecanismo pelo qual as mulheres se legitimam na dinâmica do poder; e a ação de representar, enquanto mediação que leva para a prática política os problemas da valorização da diferença de gênero. Estes aspectos conferem concretude à política: a política tanto no sentido de relações internas que legitimam a representação, quanto de relações com o externo, evidenciando assim os vínculos entre a sociedade civil e a sociedade política (Cappellin, 1994, p. 272).

Frente aos aspectos e contexto apresentado, atrelado ao fato de se ter o imaginário social de que na docência em universidade federal há equidade de gênero nas relações de trabalho e de encontrarmos quase nenhuma produção da relação de gênero e trabalho com docentes de universidades federais, temos o seguinte problema de pesquisa: como a divisão sexual do trabalho e a relação de gênero no trabalho se manifestam na atividade de mulheres docentes em universidade federal?

Assim, pretendemos, com a presente tese, analisar articulações entre as relações sociais de gênero e trabalho, considerando no âmbito teórico a produção científica brasileira e no âmbito empírico a dinâmica psíquica – vivência subjetiva – das docentes da UFPB. Especificamente, pretendemos: a) analisar os indicadores nacionais da mulher no trabalho; (b) investigar a produção científica em psicologia sobre gênero e trabalho; (c) verificar possíveis repercussões da divisão sexual do trabalho no trabalho docente da UFPB; (d) identificar expressões da relação de gênero e trabalho das docentes no ambiente universitário; (e) analisar as relações entre gênero-trabalho na atividade de mulheres docentes da UFPB. Para atingirmos os objetivos propostos, a presente tese foi organizada em quatro artigos científicos.

O primeiro, intitulado “A situação da mulher no mundo do trabalho brasileiro: panorama atual” são apresentados e discutidos diversos indicadores sociais de trabalho e gênero no Brasil. Para tal, realizamos um levantamento dos relatórios, estatísticas e análises da relação trabalho e gênero no Brasil produzidos pelo IBGE, IPEA, Fundação Perseu Abramo, OIT Brasil, Fórum Econômico Mundial e ONU Mulheres. Conhecer esse cenário atual nos permite mapear as possíveis variáveis além de tornar visível o tamanho das disparidades no mundo do trabalho para as mulheres. Este artigo foi submetido à Revista Psicologia: Organizações e Trabalho (rPOT) (*Qualis A2 em Psicologia*).

O segundo artigo, já aprovado para publicação na Revista Psicologia: Organizações e Trabalho (rPOT) (*Qualis A2 em Psicologia*), intitulado “Gênero e Trabalho na Psicologia:

revisão sistemática e metanálise qualitativa”, refere-se ao estudo de metanálise qualitativa no qual apresentamos inicialmente uma revisão sistemática da produção científica brasileira a respeito das temáticas de gênero e trabalho em psicologia. Para tanto, uma revisão sistemática foi realizada a partir de cinco bases de dados nacionais eletrônicas: SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online), Portal Periódicos CAPES, LILASCS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), IndexPsi Periódicos / BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil). Inicialmente, após critérios de inclusão, 186 artigos foram selecionados em todas as áreas de conhecimento. Com análise de juízas, 59 artigos foram classificados como pertencentes à área da Psicologia. Nestes realizou-se uma análise cientométrica, dividindo-os em dois grupos por faixa de tempo: (1) (2008-2017, N=38), e (2) (1997-2007, N=21). Uma metanálise qualitativa foi realizada com os artigos publicados nos últimos 10 anos. Estes foram submetidos a análises textuais com auxílio de um software de análise textual lexicográfico [IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*)]. Fazer essa investigação nos permitiu, por um lado, conhecer o tipo e as características da produção científica em psicologia na área de gênero e trabalho assim como fazer a metanálise qualitativa propicia entendimento das convergências, divergências, direcionamentos e encaminhamentos de novas pesquisas.

No artigo 3 “A mulher docente em Universidade Federal: relações de gênero no trabalho docente” investigamos a inserção e a permanência da mulher na docência nas universidades federais. Para tal foram analisados dados censitários referente à quantidade de homens e mulheres na docência, área de inserção, qualificação e titulação, progressão funcional. Na UFPB foi investigado o período de 1998 a 2018 e no cenário nacional buscamos informações similares no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao período de 1999 a 2017, além das distribuições das bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A

produção dessa investigação nos permite localizar dentro das universidades elementos de como se operam as relações de gênero e trabalho nesse ambiente. Esse artigo terá sua formatação adequada para ser submetido aos Cadernos Pagu (*Qualis B1 em Psicologia*).

O artigo 4 “Relação gênero e trabalho: dinâmica psíquica das mulheres docentes da UFPB” visamos investigar a dinâmica psíquica de mulheres docentes em universidade federal a partir da relação gênero e trabalho. Este estudo teve um cunho qualitativo, no qual foram realizadas entrevistas individuais no contexto de trabalho das mulheres docentes de diferentes cursos do campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Analisamos evidências das expressões da relação gênero e trabalho no trabalho da mulher docente da UFPB, assim como as repercussões dessas no processo de naturalização das barreiras impostas e dos movimentos para enfrentamento desta situação. Esse artigo terá sua formatação adequada para ser submetido à Revista Estudos Feministas (*Qualis A2 em Psicologia*).

Por fim são apresentadas as considerações finais e os apêndices produzidos ao longo das investigações apresentadas.

Referências

- Banco Mundial (2012). Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento” está disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>
- Beauvoir, S. de (1967). *O segundo sexo – volume II: experiência vivida*. (2a. ed). S. Milliet (Trad.). Rio de Janeiro Difusão Européia do Livro. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>
- Beauvoir, S. de (1970). *O segundo sexo – volume I: fatos e mitos*. (4a. ed). S. Milliet (Trad.). Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro. Disponível em <https://materialfeminista.milharal.org/files/2012/08/O-Segundo-Sexo-vol1-Fatos-e-Mitos-Simone-de-Beauvoir1.pdf>
- Beauvoir, S. de. (1975). *Por que sou feminista* Entrevista de Simone de Beauvoir concedida para o programa “Questionnaire”, por Jean-Louis Servan-Schreiber.. Disponível em: <http://prceu.usp.br/uspdiversidade/genero/simone-de-beauvoir-porque-sou-feminista-1975/>

- Bittencourt, N. A. (2015). Movimentos feministas. *Revista InSURgência*, 1(1), 198-210. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/viewFile/16758/11894>
- Brito, J. C., Bercot, R., Horellou-Lafarge, C., Neves, M. Y., Oliveira, S., & Rotenberg, L. (2014). Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 24(2), 589-605. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000200014>
- Brito, J. C., Neves, M. Y., Oliveira, S. S., & Rotenberg, L. (2012). Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(126), 316-329. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572012000200013>
- Cappellin, P. (1994). Viver o sindicalismo no feminino. *Estudos feministas*, 2(N.E.), 271-290. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16110/14824>
- Chabaud-Rychter, D., Descoutures, V., Devreux, A. M. & Varikas, E. (Orgs.). (2014), *O gênero nas ciências sociais – releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.
- Cyfer, I. (2015). Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (94), 41-77. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-64452015009400003>
- Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018*. Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9507.htm
- Dejours, C. (2004). As relações domésticas; entre amor e dominação. In S. Lancman & L. I. Sznalwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 317-336). Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.
- Fórum Econômico Mundial (2012). 2015: Talvez, O Ano da Igualdade de Gênero na Área de Trabalho. Disponível em: http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/Portuguese_Gender_Gap.pdf
- Garcia, M. A. (1999). Simone de Beauvoir e a política. *Cadernos Pagu*, (12), 79-91. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634694>
- Gernet, I., & Dejours, C. (2011). Avaliação do trabalho e reconhecimento. In Bendassolli, P., Soboll, L. (Org), *Clínicas do trabalho - novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 61-70). São Paulo: Atlas
- Gregori, J. (2017). Feminismos e resistência. Trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino, Uberlândia/MG*, 30(2), 47-68. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/viewFile/38949/pdf>
- Heilborn, M. L. & Sorj, B. (1999). Estudos de gênero no Brasil. In S. Miceli (Org.) *O que ler*

- na ciência social brasileira (1970-1995)* (pp. p. 183-221). ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré. Disponível em: www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil11.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília: IPEA. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2_016.pdf
- Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases nacionais da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art53%C2%A71
- Lei 9.637 de 15 de maio de 1998*. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm
- Lei 13.429, de 31 de março de 2017*. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm
- Lei 13.467 de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm
- Lei. 13.490 de 10 de outubro 2017*. Altera o art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre doações às universidades. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Lei/L13490.htm
- Lobo, L. (2013). Simone de Beauvoir – e depois. 57-72. Disponível em: http://periodicos.uff.br/revistagenero_teste/article/download/23557/13766
- Molinier, P. (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar-1988-2002. *Production*, 14(3), 14-26. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300003>
- Molinier, P. (2008). A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 33(118), 06-16. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572008000200002>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>

- Organização Internacional do Trabalho. (2012). *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação*. / José Ribeiro Soares Guimarães; Organização Internacional do Trabalho; Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT. Disponível em: www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. (2018). *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018 Oficina Internacional del Trabajo* – Ginebra: OIT. Disponível em: www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619603.pdf
- Perseu Abramo. (2010). Pesquisa de opinião pública – Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. In G. Venturi & T. Godinho (Orgs.), *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* (pp. 411-501). São Paulo: Perseu Abramo.
- Pezé, M.-G. (2004). Forclusão do feminino na organização do trabalho: um assédio de gênero. *Production*, 14(3), 6-13. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300002>
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Santos, H. M. (2013). A importância de discutir gênero na psicologia. In: Andrade, D. S. V., Santos, H. M. (Orgs.), *Gênero na psicologia: articulações e discussões*, (19-33). Salvador-CRP-03. Disponível em: www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Genero-na-Psicologia-articulacoes-e-discussoes.pdf
- Santos, L. C., Carvalho, A. B., Amaral, J. G., Borges, L. A., & Mayorga, C. (2016). Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da Revista Psicologia & Sociedade (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 589-603. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p589>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Disponível em: https://archive.org/details/scott_gender e também em <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>
- Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 11-30. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>
- Sindicato Nacional dos Decentes das Instituições de Ensino Superior [ANDES-SN] (2015), Organizações Sociais ameaçam caráter público da educação federal. *InforANDES - Informativo Especial*, outubro de 2015. Brasília/DF. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-inf-1435036110.pdf>
- Sousa, L. P., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>
- Strey, M. N. (2008). Gênero. In Jacques, M da G. C., Strey, M. N., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A. & Fonseca, T. M. G. (Orgs.), *Psicologia Social Contemporânea* (11a ed.) (pp. 181-198). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Ubach, T. C. (2008). ¿Quién teme a la psicología feminista? Reflexiones sobre las construcciones discursivas de profesores, estudiantes y profesionales de psicología para que cuando el género entre en el aula, el feminismo no salga por la ventana. *Pro-Posições*, 19(2), 25-46. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072008000200004>
- Vásquez, G. G. H. (2017). Gênero não é ideologia: explicando os estudos de gênero. *Café História*. 27 de novembro de 2017. Disponível em: www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/
- Yannoulas, S. (2011). Feminização ou feminilização? apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, 11(22), 271-292. Disponível em: www.portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/download/1368/1583

ARTIGO 1

A Situação da Mulher no Mundo do Trabalho Brasileiro: Panorama Atual

A situação da mulher no mundo do trabalho brasileiro: panorama atual

Resumo

Frente ao fenômeno da desigualdade de oportunidades, de tratamento e de direitos entre homens e mulheres no mundo do trabalho perdurar até a contemporaneidade, o presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir a situação atual das mulheres no mundo do trabalho no Brasil, a partir de indicadores sociais de trabalho e gênero. Para tal, realizamos um levantamento dos relatórios, estatísticas e análises da relação trabalho e gênero no Brasil produzidos pelo IBGE, IPEA, Fundação Perseu Abramo, OIT Brasil, Fórum Econômico Mundial e ONU Mulheres. Observamos que no Brasil a desigualdade de gênero no trabalho apresentou na última década uma diminuição, mas que voltou a crescer nos últimos dois anos, colocando o Brasil em uma das piores colocações no mundo. Conhecer esse cenário atual é um dos fatores objetivos que auxilia a elaboração e implementação de estratégias de enfrentamento e promoção da equidade no trabalho.

Palavras-chave: mulher trabalhadora; indicadores sociais; gênero.

The situation of women in the Brazilian working world: current panorama

Abstract

Faced with the phenomenon of inequality of opportunities, treatment and rights between men and women in the workplace, the present article has the objective of presenting and discussing the current situation of women in the workplace in Brazil, using social indicators of work and gender. For this we conducted a survey of reports, statistics and analyzes of labor and gender relationship in Brazil produced by IBGE, IPEA, the Perseu Abramo Foundation, OIT Brazil, World Economic Forum and UN Women. We observed that in Brazil, gender inequality in the workplace has declined in the last decade but has rapidly increased in the last two years, putting Brazil in one of the worst positions in the world. Knowing this current scenario in the Brazilian workplace is one of the objective factors that will help the elaboration and implementation of coping strategies and promotion of work equality.

Keywords: working woman; social indicators; gender.

La situación de la mujer en el mundo del trabajo Brasileño: panorama actual

Resumen

Frente al fenómeno de desigualdad de oportunidades, de trato y de derechos entre hombres y mujeres en el mundo del trabajo perdurar hasta la contemporaneidad, el presente artículo tiene por objetivo presentar y discutir la situación actual de las mujeres en el mundo del trabajo en Brasil, a partir de indicadores sociales de trabajo y género. Para ello, realizamos un relevamiento de los informes, estadísticas y análisis de la relación trabajo y género en Brasil producidos por el IBGE, IPEA, Fundación Perseu Abramo, OIT Brasil, Foro Económico Mundial y ONU Mujeres. En Brasil, la desigualdad de género en el trabajo presentó en la última década una disminución, pero que rápidamente volvió a crecer en los últimos dos años, colocando a Brasil en una de las peores colocaciones en el mundo. Conocer este escenario actual es uno de los factores objetivos que auxilia la elaboración e implementación de estrategias de enfrentamiento y promoción de la equidad en el trabajo.

Palabras clave: mujer trabajadora; indicaciones sociales; género.

O presente estudo tem por objetivo apresentar a situação atual das mulheres no mundo do trabalho brasileiro. Inicialmente, apresentaremos uma breve contextualização histórica da inserção das mulheres no trabalho assalariado, dito formal. Em seguida, apresentamos uma leitura a partir de relatórios produzidos por órgãos e entidades que mapeiam e acompanham o cenário de trabalho nacional com esse recorte de gênero. Esse panorama nos permite conhecer alguns indicadores que desvelam esse fenômeno.

Considerações iniciais sobre a inserção da mulher no trabalho assalariado

A inserção da mulher no trabalho assalariado se deu sob a égide do patriarcado. Esse sistema organiza as relações sociais, pautando-se na dominação, regulação, controle, exploração e opressão da mulher, de seu corpo, de seu trabalho produtivo (remunerado) e reprodutivo (doméstico). O patriarcado, por sua vez, apresenta um “caráter assimétrico das relações entre homens e mulheres” (Rezende, 2015, p. 7) o que provoca desigualdades de condições e de direitos das mulheres frente aos homens nas esferas pessoal, laboral e econômica (Aguilar, 2000; Guillaumin, 2014; Saffioti, 2004). Por ser esse sistema basilar e estrutural da sociedade, na esfera do trabalho não seria diferente. Na realidade observamos uma reprodução do sistema de dominação masculina sobre as mulheres no campo do trabalho assalariado.

Pautado nesse contexto, o ingresso das mulheres no trabalho ocorreu principalmente para atender a uma necessidade econômica-social, necessidade essa oriunda da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII (Teixeira, 2009) e estendida principalmente para os demais países da Europa e América do Norte durante todo o século XIX e início do século XX. O sistema fabril, em seu início, com as indústrias têxteis, absorveu largamente a força de trabalho das mulheres para os trabalhos precários e insalubres, inserindo-as em jornadas exaustivas e degradantes de trabalho a baixo custo.

No século XIX, as mulheres ainda representavam a maior parte da força produtiva das fábricas. Em um censo realizado em 1872, as mulheres representavam 91% das pessoas empregadas nas fábricas têxteis e “estavam confinadas na fiação e na tecelagem, tarefas que, além de menos valorizadas em termos de salário e prestígio, eram árduas, penosas e de difícil execução, com grande exigência de velocidade e força física” (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [IPEA], 2014, p. 592). Aos homens eram resguardados os cargos que envolvessem maior qualificação formal, tais como manutenção das máquinas, coordenação e gestão da fábrica (IPEA, 2014).

Posteriormente, com a consolidação das indústrias e expansão para outras áreas produtivas –o que gerou reconhecimento, status e necessidade de qualificação–, as mulheres foram substituídas em grande escala por homens (Rago, 2004). Assim, o trabalho das mulheres nas indústrias passou a ser cíclico e a depender de demandas sociais e econômicas. Em períodos de crise, nos quais era necessário maximizar os lucros, as mulheres eram convocadas com mais intensidade para ocuparem postos de trabalhos industriais. Nesse sentido, as duas grandes guerras mundiais serviram como eventos nos quais as indústrias sentiram a necessidade de ampliar a força de trabalho das mulheres dado o impacto da diminuição da mão-de-obra masculina pós as duas grandes guerras atrelada à possibilidade de exploração da mão-de-obra precária e barata das mulheres.

Dito de outra forma, as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, não por terem reconhecidas suas capacidades, habilidades, direitos e reivindicações atendidas, mas sim por se configurarem em uma oportunidade de massificação da superexploração e maximização do lucro por parte das classes dominantes. Como mencionado anteriormente, esse panorama foi possível dada a sociedade patriarcal dominante na época na qual as mulheres deveriam ser tuteladas por algum homem, uma vez que as mulheres eram social e culturalmente vistas como seres de menor valor social, cognitivo e laboral. Assim, ingressaram em trabalhos de menor

valor social, que demandavam menos qualificação e com pouca possibilidade de organização. Assim, as mulheres tiveram que se submeter a essas condições de trabalho para auferirem alguma renda e garantirem a sua sobrevivência e da sua família. Isso sem deixar de serem as responsáveis pelo cuidado com a casa e filhos.

Por todas essas décadas, muitas lutas sociais e sindicais foram travadas e diversas conquistas trabalhistas e sociais estabelecidas. Por exemplo, em 1819 na Inglaterra, a aprovação de uma lei que diminuía a jornada de trabalho das mulheres e das crianças de 17 para 12 horas diárias. Contudo, apesar de no senso comum se falar que a mulher conquistou seu espaço no mundo do trabalho e que tem situação de trabalho e oportunidades similares a de um homem, o que de fato se observa é que desde o ingresso das mulheres no mercado de trabalho formal até a atualidade permanecem as diferenciações salariais, desigualdades de oportunidades e de condições de trabalho, além de dificuldades organizacionais e sociais de permanência no trabalho. Esse panorama é encontrado em todos os países, com graus e intensidade diferentes, independentemente de sua situação sócio-político e econômica.

A segregação ocupacional com base no sexo se manifesta em todas as latitudes, quaisquer que sejam os níveis de desenvolvimento econômico, sistemas políticos e entornos religiosos, sociais e culturais. É uma das características mais importantes e persistentes dos mercados de trabalho em todos os países (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2012, p. 191).

Compreender e combater esse fenômeno não é uma tarefa simples e rápida, pois tem raízes nos processos fundantes da estrutura de nossa sociedade contemporânea patriarcal, machista e misógina. A segregação ocupacional está atrelada um caráter essencialista do que é ser mulher – que atribui características às mulheres como sendo de sua essência natural, como por exemplo ser dócil, amável, cuidadosa, dentre outros –, tendo, assim, um grande impacto no ingresso destas mulheres no mercado de trabalho. Desta forma, o processo de feminização, fenômeno da incorporação de um importante quantitativo de mulheres no mercado de trabalho (Dias, 2013), geralmente está atrelado à desqualificação. Se por um lado as mulheres foram

inseridas em trabalhos precários e de menor valor social, por outro lado também lhe foram destinados trabalhos que têm em algum grau envolvimento com habilidades ditas naturais para as mulheres, como o cuidado e o educar. Ora, a partir da crença de que essas atividades implicam em características natas das mulheres, estas não precisariam empenhar muita energia para se qualificar ou executar esse trabalho. Desta forma, não há a necessidade em reconhecer com o mesmo valor social trabalhos ditos de mulher, implicando em atribuição de menor valor ao esforço cognitivo, psíquico e físico ao trabalho desenvolvido por uma mulher.

Nesse sentido, o processo de feminização do trabalho pode ser entendido como um encaminhamento seletivo das mulheres para determinadas ocupações e profissões relacionadas com as concepções essencialistas e naturalizantes do trabalho da mulher. Yannoulas (2011; 2013) distingue os processos de feminização e de feminilização do trabalho, destacando as implicações científicas e políticas desses processos. A feminilização está vinculada ao incremento na quantidade de mulheres em uma determinada ocupação ou profissão; ou seja, quando uma dada área começa a ser ocupada majoritariamente por mulheres. A feminização está relacionada também à feminilização, contudo nesse processo está presente um sentido social atribuído a esta profissão, entendendo-a como trabalho de mulher.

Nogueira (2004) destaca que o processo de feminização pode ser entendido com sentidos contraditórios: positivo, se levarmos em consideração que a entrada no mercado de trabalho pode ser entendida como uma possibilidade de emancipação da mulher; contudo, não se pode deixar de frisar os pontos negativos, quer seja do agravamento da precarização e da exploração do trabalho da mulher, atrelado à jornada doméstica historicamente desenvolvida pela mulher.

Para Hirata (2002) esse fenômeno tem um grande impacto quando se analisa o contexto patriarcal, racista e classista ainda vigentes e que afetam diretamente as mulheres no trabalho. Frente a estes apontamentos, entendemos que desde o ingresso da mulher no mercado formal,

seu trabalho é considerado como de menor valor social, seguindo uma concepção segundo a qual a função exercida pelas mulheres teria menor importância que as exercidas pelos homens, menor valor acadêmico (exigiria menor especialização) e menor valor pessoal (exigiria menor dedicação e empenho), sendo assim uma força de trabalho secundária.

A imagem da mulher como força de trabalho secundária é recorrente e pervasiva. Está presente no imaginário social, empresarial e sindical, no imaginário das próprias mulheres (que participam ou não no mercado de trabalho), assim como no imaginário dos formuladores de políticas públicas. Marca sua presença em diversas correntes do pensamento analítico e da literatura sobre o mercado de trabalho e esteve na base da constituição de muitas instituições do mercado de trabalho (Abramo, 2007, p. 7).

Mulheres & trabalho: contexto e panorama

Dada a importância da temática mulher e trabalho e seus impactos na economia de uma região, diversas organizações e instituições acompanham e mapeiam indicadores laborais das mulheres, permitindo-nos ter um panorama atual tanto no Brasil, quanto no planeta.

No cenário mundial o mapeamento das mulheres no trabalho recebe destaque do Fórum Econômico Mundial, que analisa as desigualdades de gênero entre homens e mulheres em quatro principais categorias (subíndices): a) participação econômica e oportunidade; b) realização educacional; c) saúde e sobrevivência; d) empoderamento político. Além de analisar essas quatro áreas, atribuindo pontuação a elas, também indica uma pontuação geral para cada um dos 144 países estudados, possibilitando, por um lado, verificar as regiões e/ou países que apresentam maior ou menor desigualdade de gênero, por meio de um ranqueamento; e, por outro lado, possibilita que se acompanhe a evolução (ou involução) de determinado país em um período de tempo (World Economic Forum [WEF], 2017)

Essas análises são publicadas anualmente no relatório intitulado de “*Global Gender Gap Report*” -em livre tradução, Diferenças Globais entre Gêneros- (WEF,2017). A partir da análise dessas áreas é feita uma pontuação de 0 (zero) a 1(um), sendo o ponto mais próximo a um indicando menor desigualdade de gênero. No ano de 2017, o Brasil ocupa a posição 90º dentre

144 países analisados pelo Fórum Econômico Mundial, tendo os escores indicados na figura 01.



Figura 01: Indicadores do Brasil 2017 - “Global Gender Gap Report” (2017)
Fonte: (WEF, 2017, p. 98)

De acordo com “Global Gender Gap Report” (WEF, 2017), após uma década de avanços, as desigualdades entre homens e mulheres voltou a crescer no cenário mundial. Comparado com sua classificação no ano anterior, 2016, o Brasil caiu 11 posições. Para termos a dimensão desse retrocesso, em 2006 o Brasil ocupava a 67^o colocação.

Embora, considerando a totalidade das dimensões, o Brasil tenha aumentado a desigualdade entre homens e mulheres, é importante destacar que considerando de forma isolada na subdimensão realização educacional (escore 1, o mais alto) houve um incremento na pontuação do Brasil, indicando que a desigualdade nesta categoria foi erradicada. Já a categoria saúde e sobrevivência permanece com escore elevado, 0,98, desde 2006. A aparente contradição do fato de as mulheres terem conquistado igualdade no acesso à educação e saúde, e as mesmas terem piorado nos índices relativos ao trabalho, nos dá elementos que a desigualdade no mundo

do trabalho não é uma questão cognitiva ou de competência das mulheres, mas sim relacionada a um processo sócio-histórico de dominação e exploração das mulheres que acaba por construir uma série de barreiras e impedimentos de oportunidades, acesso e permanência das mulheres no trabalho.

A desigualdade entre homens e mulheres no Brasil, comparada com os demais países da América Latina e Caribe (24 países), o coloca na antepenúltima colocação, o que mostra a gravidade do problema no contexto nacional.

LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN		
Country	Overall rank	Overall score
Nicaragua	6	0.814
Bolivia	17	0.758
Barbados	23	0.750
Cuba	25	0.745
Bahamas	27	0.743
Argentina	34	0.732
Colombia	36	0.731
Costa Rica	41	0.727
Ecuador	42	0.724
Panama	43	0.722
Peru	48	0.719
Jamaica	51	0.717
Honduras	55	0.711
Uruguay	56	0.710
Venezuela	60	0.706
El Salvador	62	0.705
Chile	63	0.704
Dominican Republic	70	0.697
Belize	79	0.692
Mexico	81	0.692
Suriname	86	0.689
Brazil	90	0.684
Paraguay	96	0.678
Guatemala	110	0.667

Figura 02: Classificação do Brasil na Região América Latina e Caribe - “*Global Gender Gap Report*” (2017)
Fonte: (WEF, 2017, p. 16)

Como podemos entender esses avanços e retrocessos? Os avanços fazem parte de lutas e conquistas históricas de Movimentos Sociais e Entidades e Organizações que se articularam para a elaboração e efetiva implementação de políticas públicas de promoção para a equidade de gênero. Nesse campo, historicamente o Brasil tem sido signatário de várias convenções e tratados internacionais relacionados à promoção da busca pela equidade de gênero. A esse exemplo, podemos destacar:

- * em 1979 a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), passando a vigorar no Brasil em 1984, porém com algumas ressalvas, sendo o texto integralmente adotado a partir de 2002 com a promulgação do Decreto 4.377/2002;
- * em 1995 o Plano de Ação elaborado pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim/China e as ratificações nas subseqüentes revisões para reafirmar e reforçar os compromissos, sendo a mais recente revisão realizada em 2015 referente ao 20 anos da IV Conferência, a Pequim +20 (ONU Mulheres, 2018) e a Agenda 2030 para superação dessa desigualdade (ONU Brasil, 2018);
- * além do Brasil ser signatário de 06 das 12 Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que dispõem sobre a proteção à mulher e a igualdade de gênero. Dentre essas destacamos a Convenção 156 de 1981, que trata sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores com Encargos de Família, a qual o Brasil não ratificou até a presente data.

No esteio dos elementos que propiciaram os avanços nos fatores da equidade de gênero devemos levar em consideração o panorama político nacional a partir de 2003, com a ascensão do governo Lula (2003-2011) à Presidência da República, e posterior continuidade no governo Dilma Rousseff (2011 – 2016), no qual as políticas, programas e ações implementados

propiciaram um campo fecundo para a aceleração de investimentos em Políticas Públicas para as Mulheres em todas as dimensões: sociais, trabalho, educação e saúde. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República, com status de Ministério, por meio da Medida Provisória 103 de 01 de janeiro de 2003, posteriormente convertida na Lei 10.683/2003. A partir desta Secretaria foi implementado, a partir de 2004, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), e em 2009 foi criado o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Em 2015, por meio da Medida Provisória 696/2015, convertida na Lei 13.266/2016, esta Secretaria deu origem ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRDH).

Como podemos observar, o debate das Políticas Públicas para as Mulheres, no Brasil, avançou extraordinariamente a partir dos anos 2000 como um campo profícuo das discussões de gênero em todos os espaços, aumento de eventos acadêmicos, científicos e culturais de todos os portes sobre gênero, surgimento de componentes curriculares que pautassem de forma direta e objetiva essa temática nas Universidades e a criação de Pós-Graduações com esse enfoque, como o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) na Universidade Federal da Bahia (UFPBA) criado em 2006. Nesse cenário destacamos também o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente no Brasil, no qual a OIT (2012) define Trabalho Decente como sendo o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego produtivo e de qualidade e a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Após o golpe de 2016 que viabilizou o Impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff e conduziu, em maio de 2016, ao posto de Presidente da República o então vice-presidente que iniciou a implementação de uma política radical com agenda neoliberal, os retrocessos foram rápidos e alarmantes, principalmente para as mulheres. Políticas públicas e programas de gênero foram cortados ou perderem seu capital político, significando importantes

retrocessos nas políticas sociais, de trabalho e de direitos. Tão logo assumiu a Presidência da República, através da Medida Provisória 726/2016 de 12 de maio de 2016 convertida na Lei 13.341/2016, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi extinto. Sua competência oficialmente foi transferida para o Ministério da Justiça e Cidadania com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em 2017 mais uma alteração coloca essa pasta como uma Secretaria da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Política para Mulheres (Medida Provisória 782/2017 convertida na Lei 13.502/2017).

A desigualdade entre homens e mulheres se opera de muitas formas, sendo uma delas a diferenciação salarial. O relatório “*Global Gender Gap Report*” (WEF, 2017) ao constatar que nenhum dos 144 países pesquisados tem o índice que represente a erradicação da desigualdade nesse fator nos dá uma dimensão da magnitude desse fenômeno. No Brasil, para o fator “renda estimada”, as mulheres recebem em média 58% da renda de um homem, considerando a média salarial em todas as ocupações e profissões. Contudo, se observarmos isoladamente o fator “igualdade salarial para trabalho semelhante” a situação piora, pois em média as mulheres recebem 52% da renda de um homem, ficando neste fator na colocação 119/144! (WEF, 2017)



Figura 03: Escores e ranqueamento do Brasil no subíndice participação econômica e oportunidade - “*Global Gender Gap Report*” (2017)

Fonte: (WEF, 2017, p. 98)

Mulheres & trabalho: indicadores nacionais

Após termos visibilidade da situação do Brasil no cenário mundial com relação à dimensão da equidade de gênero, passaremos a apresentar os principais indicadores que retratam a situação nacional da mulher no trabalho. Conhecer esse panorama é importante pois

nos permite, com base nos dados reais e atuais, compreender as implicações das dimensões de gênero no trabalho assim como fundamenta as ações, políticas e programas que visem a promoção de igualdades de direitos e oportunidades para as mulheres no trabalho.

Com relação aos parâmetros da situação do mercado de trabalho, um índice importante a se analisar é a taxa de participação da força de trabalho, que é a relação percentual entre pessoas na força de trabalho (quantitativo de pessoas que estão trabalhando somadas ao quantitativo de pessoas que não estão ocupadas, mas estão procurando emprego) pelo quantitativo de pessoas em idade de trabalhar (quantitativo de pessoas que estão trabalhando somadas ao quantitativo de pessoas que não estão ocupadas, mas estão procurando emprego mais o quantitativo de pessoas que não estão trabalhando e não estão procurando emprego).

A seguir apresentamos a taxa de participação no Brasil ao longo de 20 anos, entre os anos de 1995 a 2015.

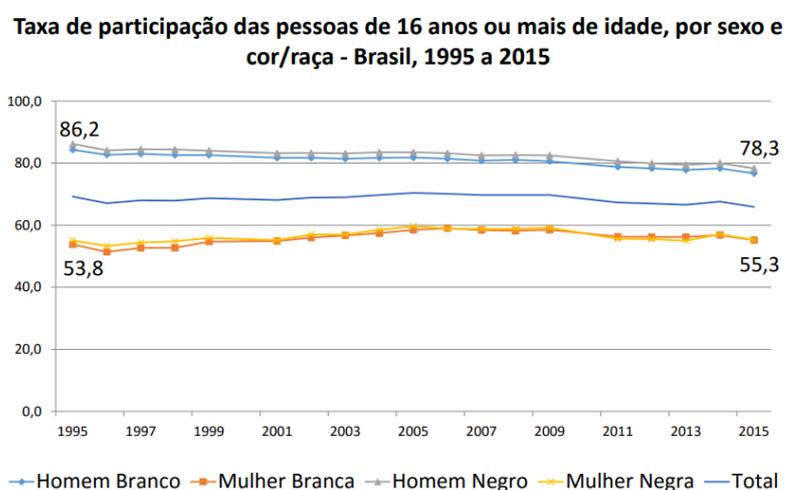


Figura 04: Taxa de participação no Brasil ao longo de 20 anos (1995 a 2015)
Fonte: IPEA (2017)

A taxa de participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro na última década apresentou um ligeiro crescimento da participação, enquanto que a dos homens no mesmo período diminuiu 7,9 pontos. Esse aumento na taxa de participação da mulher pode ser entendido pela saída de parcela das mulheres da situação de desalento (desânimo em procurar emprego)

aumentando as taxas de participação, que englobam as mulheres ocupadas e procurando emprego. Por outro lado, a diminuição da taxa de participação dos homens pode ser entendida como o aumento do quantitativo de homens sem emprego e que estavam sem perspectiva de procurar.

Apesar da estimativa da população brasileira feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2018 apontar que está equilibrada a distribuição entre homens e mulheres (IBGE, 2018b), a taxa de participação feminina no mercado de trabalho brasileiro é em média 20 pontos percentuais menores que a dos homens (IPEA, 2017), cenário similar no mercado de trabalho mundial (OIT, 2018).

De forma geral, as mulheres, por conta das barreiras sociais a elas impostas, têm menos oportunidades que os homens de ingressarem no mercado de trabalho, atrelado ao fato de que somam o maior quantitativo de pessoas em idade ativa que não procuram ocupação. Além de terem uma taxa de participação menor, as mulheres trabalhadoras estão predominantemente inseridas em atividades que envolvem Serviços e os homens majoritariamente estão vinculados ao setor de Produção de Bens e Serviços (IPEA, 2017; OIT, 2012).

Outro fator importante para a compreensão da relação gênero e trabalho diz respeito a atribuição de responsabilidade e ao tempo dedicado para as atividades domésticas, essas historicamente delegadas às mulheres.

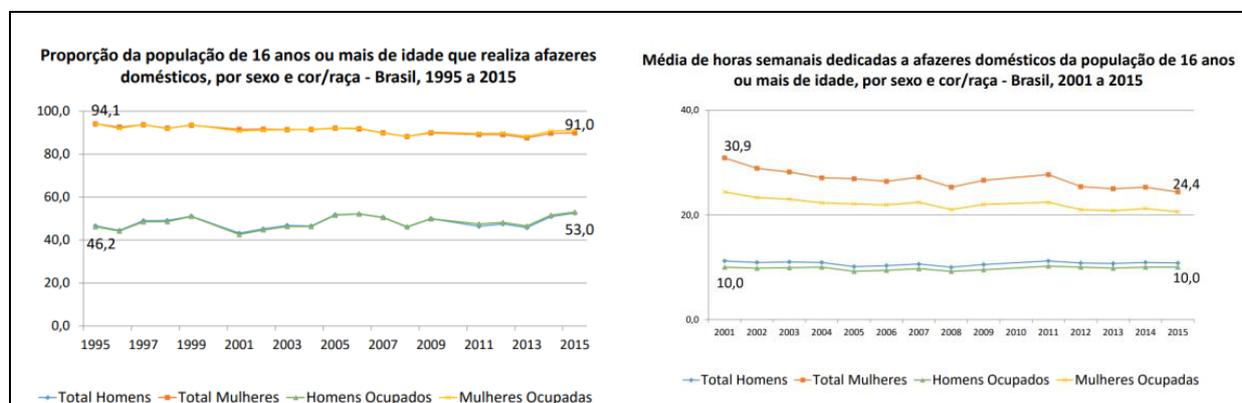


Figura 05: Comparativo entre a proporção da população brasileira que realiza atividades doméstica e a média de horas semanais dedicadas.

Fonte: IPEA (2017)

Conforme observamos na figura 05 quase a totalidade de mulheres (91%) gasta em média mais de 24 horas semanais em trabalho doméstico não remunerado ao mesmo tempo em que em média pouco mais que 50% dos homens desenvolvem não mais que 10 horas semanais em atividades domésticas. Esse dado reflete uma dura realidade das responsabilidades culturalmente atribuídas às mulheres e impacta sobremaneira na possibilidade de entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho.

Essa sobrecarga do trabalho doméstico para a mulher acontece em qualquer tipo de situação em que ela se encontrar quando comparada com a mesma situação em que se encontra o homem.

Características das pessoas/ domicílios		Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos	
		Homens	Mulheres
Total		10,9	25,3
Condição de atividade	Inativo/a	13,7	30,2
	Ativo/a	10,2	21,7
Condição de ocupação	Ocupado/a	10,0	21,2
	Desocupado/a	12,4	26,7
Renda no trabalho principal	Até 1 S.M.	10,5	24,4
	Mais de 8 S.M.	8,1	13,9
Trabalhadora doméstica morando no domicílio	Sim	9,7	17,5
	Não	10,9	25,3
Situação de pobreza ⁽¹⁾	Extremamente pobres	12,5	29,9
	Não-pobres	10,7	23,0
Número de filhos	Nenhum	12,2	24,8
	5 ou mais	9,7	32,5
Ter máquina de lavar roupa	Sim	10,6	24,5
	Não	11,3	26,4
Posição na família	Chefe	11,5	25,3
	Cônjuge	10,1	28,7

Fonte: Pnad/ IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Notas: (1) Extremamente pobres – renda domiciliar per capita de até R\$ 77,87; Pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 77,87 e menor que R\$ 155,74; Vulneráveis – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 155,74; Não-pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 724 (um salário mínimo de 2014).

Figura 06: Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por sexo em diferentes condições
Fonte: IPEA (2016, p. 23)

E ocorre nos diversos extratos econômicos

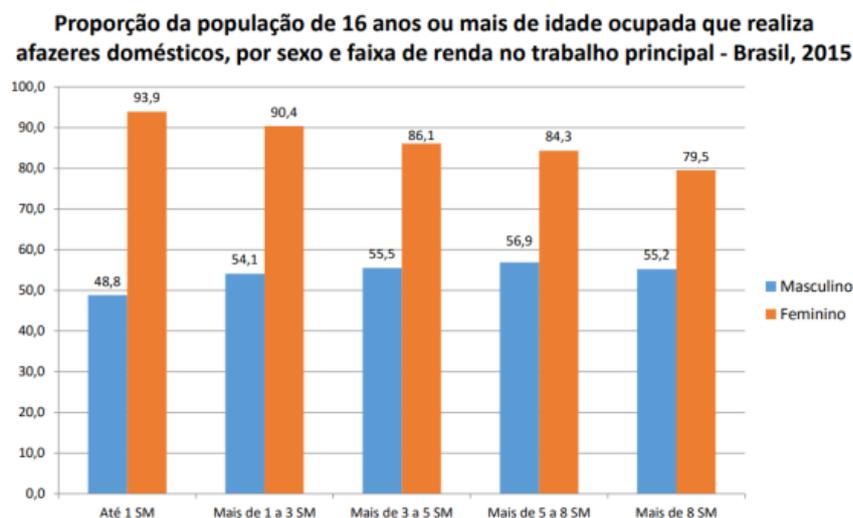


Figura 07: Proporção da população ocupada que realiza afazeres domésticos por sexo e faixa de renda
Fonte: IPEA (2017)

O mesmo ocorre em todas as regiões do Brasil, independentemente do grupo de idade, cor ou raça, as mulheres dedicam mais horas semanais em trabalhos domésticos.

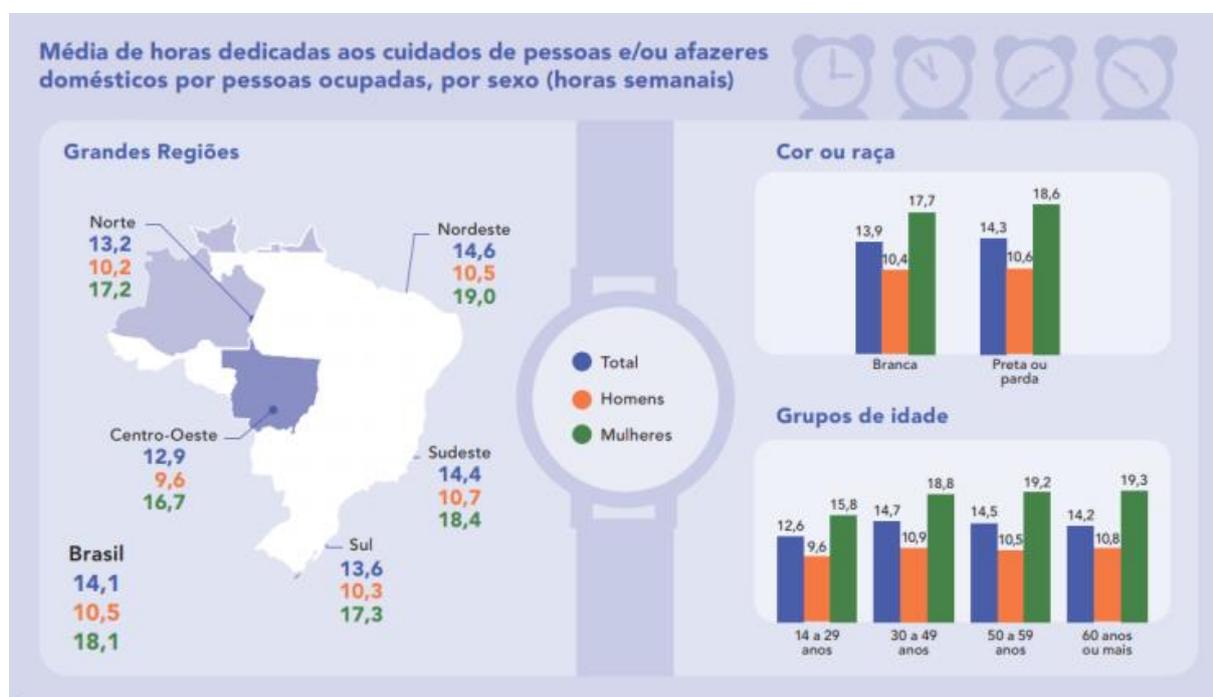


Figura 08: Média de horas por pessoa ocupada que realiza afazeres domésticos por Região
Fonte: IBGE (2018a)

Um dado relevante apontado na pesquisa desenvolvida pela Fundação Perseu Abramo é que mesmo os homens dedicando menos horas semanais para as atividades domésticas,

quando fazem é geralmente enquadrada como “ajuda” (não sendo do componente obrigação e/ou divisão) e via de regra são realizadas atividades ditas mais simples ou relacionadas ao prazer, como brincar com os(as) filhos(as) (Perseu Abramo, 2010). Além disso, há de chamarmos atenção para a distância entre essa declaração dos homens do que dizem fazer de atividade doméstica e o que efetivamente fazem (Yannoulas, 2013).

Como mencionamos anteriormente, essa questão das atribuições e responsabilidades do trabalho é cultural e histórica e que se perpetua inclusive atualmente. Se observarmos a proporção de crianças, meninos e meninas, que realizam afazeres domésticos temos que a maior proporção é de meninas, o que repercutirá na vida adulta dificultando o entendimento de que o trabalho doméstico deveria ser compartilhado entre todas as pessoas que convivem naquele espaço.

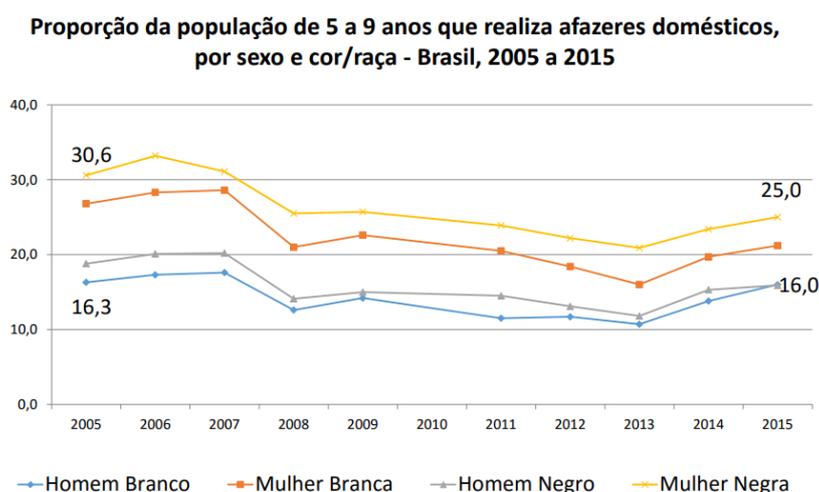


Figura 09: Proporção de crianças (5 a 9 anos) que realiza afazeres domésticos por sexo e cor/raça
Fonte: IPEA (2017)

Nesse cenário é fácil cair em uma explicação simplista e atribuir a responsabilidade à mulher, mãe, uma vez que, via de regra, é ela quem educa as crianças. Contudo, essa mulher assume o papel de mãe como tendo certas atribuições em consonância com uma lógica da engrenagem cultural, social e política que perpetua essa situação. Para mudar esse fenômeno precisam ser implementadas políticas públicas, principalmente de educação e de trabalho, que favoreçam avanços nessa dimensão e possibilitem a construção de um novo parâmetro.

Nesse quesito, apesar de ser uma situação mundial, a má distribuição do trabalho doméstico com maior peso para as mulheres, considerando o tempo total de trabalho remunerado e doméstico não remunerado, o Brasil, no grupo da América Latina e Caribe, é um dos países que apresenta uma pior distribuição entre homens e mulheres.

Tempo total de trabalho

América Latina (10 países): Tempo médio destinado ao trabalho remunerado e não remunerado da população acima de 15 anos, por sexo, por país, último período disponível (Média de horas semanais)

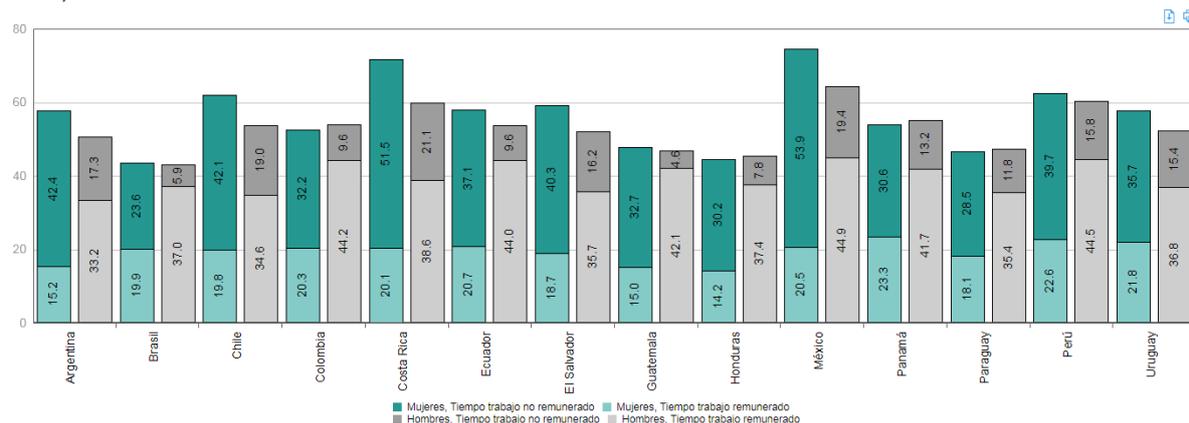


Figura 10: Tempo total de trabalho entre 10 países da América Latina
Fonte: Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe (2017)

Com relação a questão de rendimentos, não diferente do que ocorre no restante do planeta, no Brasil as mulheres recebem em média 75% dos rendimentos de um homem, conforme observamos nos dados do 4º trimestre 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE 2017). Embora o fator financeiro não seja o único presente neste quadro de dominação masculina, ele é certamente um elemento que historicamente manteve e mantém as mulheres em uma posição de subalternidade diante das dificuldades de se manter economicamente, aliado ao papel a ela atribuído, como dissemos há pouco, de cuidar dos filhos.

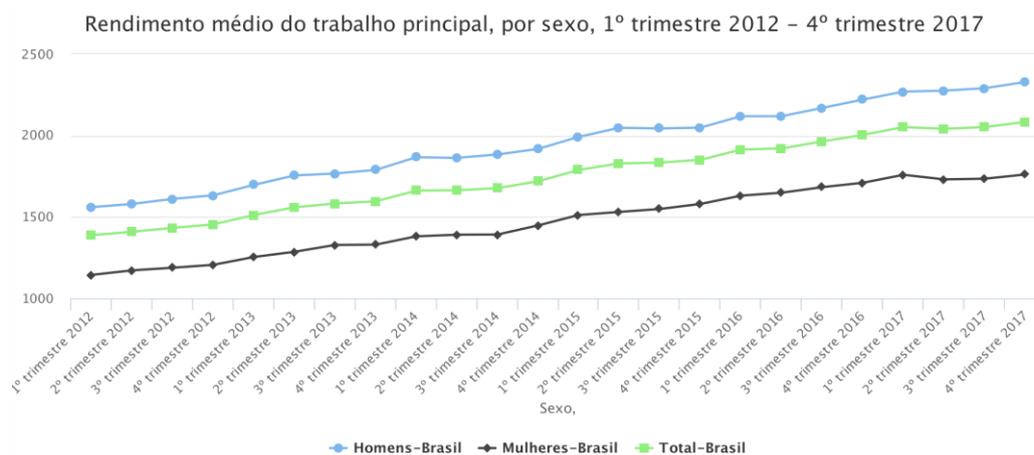


Figura 11: Rendimento médio por sexo, entre 2012 a 2017

Fonte: IBGE, PNAD Contínua 2017

Esta situação sofre uma grande variação a depender da região geográfica analisada. Com base nos dados da PNAD contínua do 4º trimestre de 2017, por região no Brasil, o rendimento médio das mulheres em relação aos rendimentos de um homem é aproximadamente: Região Norte 87,3%, Região Nordeste 84,4%, Região Centro-Oeste 76,5%, Região Sudeste 74,6% e Região Sul 70,5%.

É importante destacar que as regiões Norte e Nordeste apresentam uma das menores diferenciações salariais entre homens e mulheres (respectivamente 87,3% e 84,4%). Essa menor distinção, em uma rápida análise isolada, poderia ser confundida com um indicador de que nessas regiões as questões de equidade de gênero no trabalho estariam menos gritantes. Contudo, uma outra explicação é apontada pela literatura, ou seja, o fato de que, de forma geral, os salários nessas regiões girarem em torno do mínimo oficial. Já nas regiões Sudeste e Sul, que aglutinam a maior parte do pólo industrial do Brasil, os salários se afastam do mínimo oficial (OIT, 2012).

Uma outra questão importante para a análise da conjuntura sócio-econômica das mulheres no trabalho é o fato de que a disparidade entre os rendimentos das mulheres e homens aumenta conforme aumenta a sua escolaridade e qualificação. Ou seja,

quanto mais anos de estudo menor o salário das mulheres em relação aos homens (IBGEa, 2018; IPEA, 2017; OIT, 2012).

Se fizermos um recorte interseccional de gênero e raça a situação fica ainda mais gritante! No Brasil em média uma mulher negra recebe apenas 40,9% do rendimento de um homem branco.

Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015

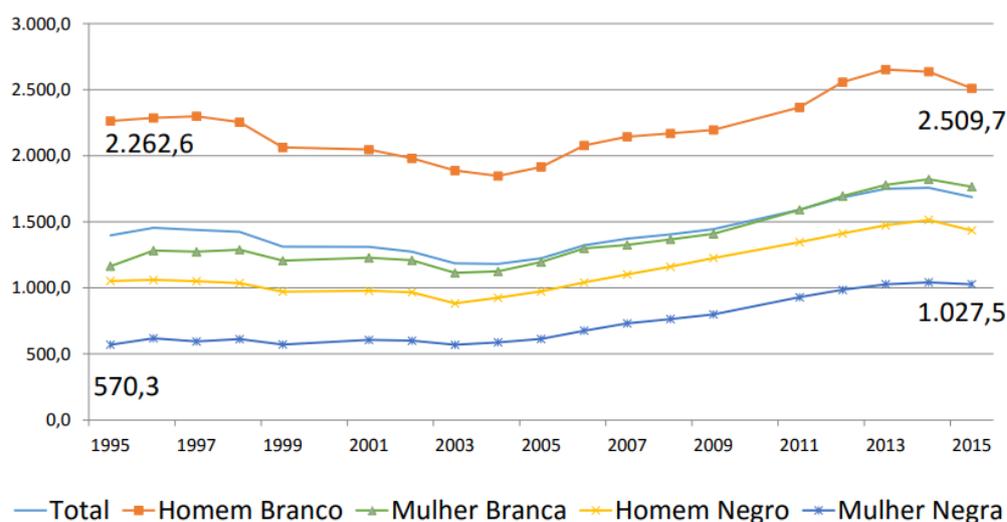
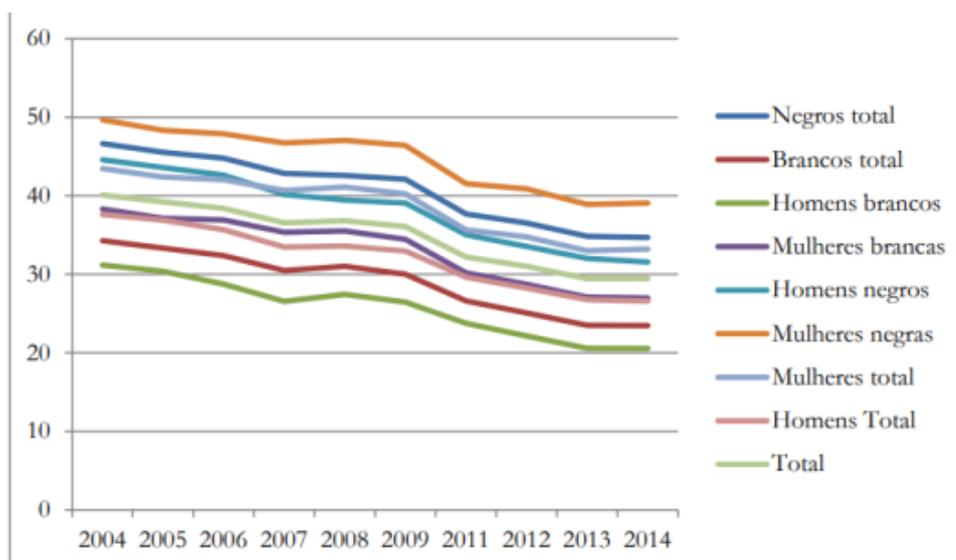


Figura 12: Rendimento médio mensal dos(as) trabalhadores(as) por sexo e cor/raça em 20 anos (1995-2015)
Fonte: IPEA (2017)

Conforme observamos na figura 12, em 1995 as mulheres negras recebiam 40% dos rendimentos de um homem branco (IPEA, 2017). Apesar de vivenciarmos um cenário de desigualdades muito preocupante podemos pensar que talvez um indicador para a diminuição dessa discrepância seja a PEC das domésticas, uma vez que a maior parte das domésticas são mulheres negras (IPEA 2016), ao promover a regularização desta categoria, além de outras políticas públicas de emprego e renda.

As mulheres negras estão mais expostas aos trabalhos precarizados (IPEA, 2016) e representam o segmento com a maior taxa de desemprego.



Fonte: Pnad/ IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

*Foram classificados como trabalhadores precarizados aqueles trabalhadores com renda de até 2 salários mínimos e com as seguintes posições na ocupação: sem carteira assinada, construção para próprio uso, conta-própria (urbano), empregador com até 5 empregados (urbano), produção para próprio consumo (urbano) e não-remunerados (urbano).

Figura 13: Proporção de trabalhadores(as) precarizados(as) por sexo e cor/raça

Fonte: IPEA (2016)

Além das barreiras, aqui apresentadas, as quais as mulheres enfrentam no mundo do trabalho, somam-se alguns outros fatores que contribuem para a diferenciação salarial das mulheres: uma alta demanda de horas para às atividades domésticas (independentemente de idade, qualificação e tipo de trabalho desenvolvido), a dificuldade em fazer horas extras, a maior inserção das mulheres em atividades de horas parciais, métodos tradicionais de avaliação dos postos de trabalho elaborados com base nos requisitos de ocupações com predominância de homens e poder de negociação mais fraco das trabalhadoras, que apresentam menor participação sindical e estão sobre-representadas em trabalhos precários e informais. (IPEA, 2017; IPEA, 2016; OIT, 2012; Perseu Abramo, 2010).

Considerações finais

Em resumo, as mulheres estudam e se qualificam mais, desenvolvem mais trabalhos precários, trabalham mais horas totais (trabalho e atividades domésticas) e recebem menos.

O cenário nacional atual não é promissor para a promoção de mudanças em busca da equidade de gênero no trabalho. A reforma trabalhista vigente a partir de 11 de novembro de 2017 (Lei 13.467/2017) que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) coloca a mulher em situação de vulnerabilidade. Sob o argumento de modernização e suposta busca de equidade de direitos dos homens, desconsidera a estrutura sociocultural e histórica das mulheres, da configuração nacional das mulheres no trabalho, a jornada exaustiva das atividades domésticas e de cuidados.

Tais mudanças vêm na contramão de políticas públicas e ações produzidas nas últimas décadas –a exemplo do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, do “Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente no Brasil” e das “Convenções e Acordos Internacionais” dos quais o Brasil é signatário– tendo repercussões na saúde psíquica e na produção de subjetividade das trabalhadoras no cenário de maximização da flexibilização das relações de trabalho.

Ao invés de buscar promover “oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas” (OIT 2012, p. 8) pressupõe-se que essas mudanças trabalhistas afetam e afetarão as mulheres trabalhadoras negativamente, de forma objetiva e na produção de subjetividades, além de criar e fortalecer mecanismos de promoção de políticas e práticas que busquem a equiparação salarial entre homens e mulheres.

Objetivamente a referida reforma permite que as mulheres grávidas e lactantes possam realizar atividades em locais insalubres mediante apresentação de atestado médico. E frente ao cenário aqui apresentado pressupõe-se que as mulheres estão mais expostas a possibilidade de se submeterem ao trabalho intermitente e ao parcelamento de férias e uma maior vulnerabilidade frente ao disposto do negociado sobre o legislado.

Referências

- Abramo, L. W (2007). *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?*. Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo - SP. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/pt-br.php
- Aguiar, N. (2000). Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade e Estado*, 15(2), 303-330. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>
- Decreto 4.377, de 13 de setembro de 2002*. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm
- Dias, M. J. S. (2013). A feminização do trabalho no contexto da saúde pública: reflexos da reestruturação produtiva no Serviço Social e na Medicina. In S. C. Yannoulas. (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações* (pp. 181-205). Brasília: Abaré. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31211/1/LIVRO_TrabalhadorasAnaliseFeminizacao.pdf
- Guillaumin, C. (2014). Prática do poder e ideia de natureza. In V. Ferreira, M. B. Ávila, J. Falquet & M. Abreu (Orgs.), *O patriarcado desvendado – teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu* (pp 27-99). . Recife: SOS Corpo.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade* (Coleção Mundo do Trabalho). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. 4º trimestre de 2017*. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=20106&t=destaques
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018a). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018a). *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018b). *População – projeção da população do Brasil e das unidades da federação*. Disponível em: www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2014). Igualdade de Gênero. In IPEA, *Políticas sociais: acompanhamento e análise* (pp. 553-612). BPS, nº 22. IPEA: Brasília. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília: IPEA. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2_016.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2017). *Retrato da desigualdade de gênero e raça – 1995 a 2015*. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf

Lei 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm

Lei 13.266, de 05 de abril de 2016. Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº-11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13266.htm

Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 17, de 16 de março de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13341.htm

Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm

Lei 13.502, de 01 de novembro de 2017. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei nº13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória nº768, de 2 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13502.htm

Nogueira, C. M. (2004). *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, São Paulo: Autores Associados.

Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe. (2017). *Indicadores – Tempo total de trabalho*. CEPALSTAT, Base de Dados. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/tempo-total-trabalho>

ONU Brasil (2018). *Direitos Humanos das mulheres*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>

ONU Mulheres. (2016). *Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*. Brasília: ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-ONU-mulheres_2a-impresao_final.pdf

- ONU Mulheres. (2018). *Documentos de referência*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/>
- Organização Internacional do Trabalho. (2012). *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação*. / José Ribeiro Soares Guimarães; Organização Internacional do Trabalho; Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. (2018). *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018 Oficina Internacional del Trabajo – Ginebra*: OIT. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619603.pdf
- Perseu Abramo. (2010). Pesquisa de opinião pública – Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. In G. Venturi & T. Godinho (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* (pp. 411-501). São Paulo: Perseu Abramo.
- Rago, L. M. (2004). Trabalho feminino e sexualidade. In M. Del Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (8a ed.) (pp. 578-606). São Paulo: Contexto.
- Rezende, D. L. (2015). Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Pensamento Plural*, s/v(17), 07-27 doi: <http://dx.doi.org/10.15210/pp.v0i17.6568>
- Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo.
- World Economic Forum. (2017). *The Global Gender Gap Report*. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf
- Teixeira, C. M. (2009). As mulheres no mundo do trabalho: ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 237-244. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a12v25n2
- Yannoulas, S. (2011). Feminização ou feminilização? apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, ano 11(22), 271-292. Disponível em: <http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/download/1368/1583>
- Yannoulas, S. (2013). Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In S. C. Yannoulas. (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações* (pp. 31-65). Brasília: Abaré. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31211/1/LIVRO_TrabalhadorasAnaliseFeminizacao.pdf

ARTIGO 2

***Gênero e Trabalho na Psicologia:
Revisão Sistemática e Metanálise Qualitativa***

Gênero e trabalho na psicologia: revisão sistemática e metanálise qualitativa

Resumo

O presente estudo objetiva analisar a produção científica brasileira em psicologia sobre trabalho e gênero. Para tanto, uma revisão sistemática foi realizada a partir de cinco bases. Inicialmente, após critérios de inclusão, 186 artigos foram selecionados em todas as áreas de conhecimento. Com análise de juízas, 59 artigos foram classificados como pertencentes à área da Psicologia. Nestes realizou-se uma análise cientométrica, dividindo-os em dois grupos: (1) (2008-2017, N=38), e (2) (1997-2007, N=21). Uma metanálise qualitativa foi realizada com os artigos publicados nos últimos 10 anos. Estes foram submetidos a análises textuais com auxílio de software. Os resultados indicam que, dentre eles, predominantemente a temática gênero tem sido tratada como foco, sendo o trabalho temática de fundo; e que ainda há uma naturalização dos papéis femininos. Aponta-se a necessidade de estudos em Psicologia do trabalho sobre identidade profissional da trabalhadora, trabalho e não-trabalho para mulheres e precarização do trabalho feminino.

Palavras-chave: psicologia; cientometria; metanálise qualitativa.

Gender and work in psychology: systematic review and qualitative methanalysis

Abstract

The present study aims to analyze Brazilian scientific production in work and gender psychology. For this, a systematic review was carried out from five bases. Initially 186 articles were selected in all areas of knowledge. With analysis of judges, 59 articles were classified as being from the area of Psychology. In these, a scientometric analysis was performed, dividing them into two groups: (1) (2008-2017, N = 38), and (2) (1997-2007, N = 21). A qualitative meta-analysis was performed with articles published in the last 10 years. These were submitted to textual analysis using software. The results indicate that predominantly the theme of gender has been treated as a focus, with thematic work as the background; and that there is still a naturalization of women's roles. There is a need for studies in work psychology on work and professional identity, work and non-work for women, and precarization of women's work.

Keywords: psychology; scientometrics; qualitative meta-analysis.

Género y trabajo em la psicología: revisión sistemática y metanálisis cualitativa

resumen

El presente estudio objetiva analizar la producción científica brasileña en psicología sobre trabajo y género. Para ello, una revisión sistemática se realizó a partir de cinco bases. Inicialmente, después de criterios de inclusión, 186 artículos fueron seleccionados en todas las áreas de conocimiento. Con análisis de juicios, 59 artículos fueron clasificados como pertenecientes al área de la Psicología. Estos llevan a cabo un análisis cientométrica, dividiéndolos en dos grupos: (1) (2008 a 2017 N = 38), y (2) (1997 a 2007 N = 21). Una metanálisis cualitativa fue realizada con los artículos publicados en los últimos 10 años. Estos fueron sometidos a análisis textuales con ayuda de software. Los resultados indican que, entre ellos, predominantemente la temática género ha sido tratada como foco, siendo el trabajo temático de fondo; y que aún hay una naturalización de los papeles femeninos. Se apunta la necesidad de estudios en Psicología del trabajo sobre identidad profesional y de la trabajadora, trabajo y no trabajo para mujeres y precarización del trabajo femenino.

Palabras clave: psicología; cientometría; metanálisis cualitativa.

Os novos cenários produtivos, oriundos das transformações dos paradigmas no mundo do trabalho e das rápidas transformações sociais e tecnológicas têm impactado sobremaneira os estudos acerca da compreensão da relação trabalho e gênero. Partimos do entendimento que a categoria gênero é distinta de sexo. Enquanto que sexo diz respeito à uma questão fisiológica, genital e reprodutiva, embora também questionável atualmente; gênero é compreendido como uma construção histórica, social e cultural, implicando em sujeições e regulações (Butler, 2014; Scott, 2005; Strey, 2008). Nesse contexto, o campo dos estudos de gênero e suas relações com o trabalho tem recebido cada vez mais destaque no cenário da Psicologia nacional (Macêdo & Macedo, 2004), uma vez que a “desigualdade de gênero, na nossa sociedade, se manifesta em variadas formas sutis e repercute em uma violência cotidiana e silenciosa” (Santos, 2013, p. 27).

As mulheres ainda vivenciam desigualdade de oportunidades, de tratamentos e de direitos no mundo do trabalho. Dados atuais indicam que após 20 anos da realização da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, os países membros da ONU reconheceram que a desigualdade de gênero ainda é uma realidade em todos os países do mundo (ONU Brasil, 2018). No Brasil, a desigualdade de gênero no trabalho afeta as mulheres de forma mais objetiva nos salários e nas taxas de participação no mercado de trabalho. As mulheres recebem em média 75% da renda dos homens e tem uma taxa de participação 20% menor (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2017; Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2018).

As pesquisas de gênero na psicologia historicamente focaram as diferenças individuais, buscando estabelecer relações entre as diferenças sexuais e suas habilidades correlatas ou de papéis sociais (Fonseca, 2000; Nuernberg, 2008; Saavedra & Nogueira, 2006; Strey, 2008). No início da década de 1960 foi criada uma divisão na Associação Americana de Psicologia dedicada aos estudos das mulheres. Tal divisão permanece até os dias atuais com a

denominação de *Society for the Psychology of Women* (American Psychological Association [APA], 2017). Contudo, vale frisar que sua criação, dentro do contexto dominante da ciência psicológica da época, não colocou no bojo das discussões a questão política e as práticas hegemônicas da Psicologia (Nogueira, 2000). A partir de 1990 estudos de abordagens metodológicas com perspectiva social, histórica e cultural se intensificaram na Psicologia (Portugal & Jacó-Vilela, 2012; Santos, 2013), discutindo para além das questões objetivas das desigualdades de gênero, refletindo as questões de produção de subjetividades das mulheres (Guimarães, 2012).

Diante desse contexto, para compreender as configurações das relações de gênero e trabalho na Psicologia, optamos por fazer um estudo metanalítico de cunho qualitativo das produções científicas brasileiras publicadas em periódicos nacionais indexados na área da Psicologia. Para tanto, procuramos responder aos seguintes questionamentos: (a) quais as características dos estudos científicos sobre as temáticas *trabalho* e *gênero* nas revistas científicas brasileiras de psicologia? (b) quais os consensos e contradições encontradas nos achados dos estudos selecionados? (c) qual a agenda de pesquisa que se configura, diante dos achados e lacunas existentes na produção científica da área de psicologia sobre a temática gênero e trabalho?

Método

O delineamento do presente estudo se configura como de levantamento de dados secundários para a realização de revisão sistemática da literatura científica nacional em psicologia, seguida de uma metanálise com as informações acessadas nos artigos selecionados, compondo, portanto, um estudo documental e de levantamento bibliográfico, seguindo as indicações das Normas de Publicação para metanálises - MARS (APA, 2012).

Procedimento de levantamento de dados

Foi desenvolvida uma revisão sistemática com análise cientométrica dos achados, seguida de uma metanálise qualitativa. A revisão sistemática ocorreu com base em artigos sobre a temática “gênero” e “trabalho” em 05 (cinco) bases de dados nacionais eletrônicas: SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online), Portal Periódicos CAPES, LILASCS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), IndexPsi Periódicos / BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil).

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: periódico nacional, língua portuguesa, ter os descritores gênero e trabalho no assunto. Com o intuito de averiguar a dimensão dos estudos da área que atendem aos critérios de inclusão, assim como para se ter um panorama do desenvolvimento desses estudos, não foi delimitado um recorte temporal limite de publicação. Mesmo assim, o artigo mais antigo está datado de 1997. O levantamento e sistematização desse estudo ocorreu entre os meses de maio a setembro de 2017.

Dadas as características de busca de cada base de dados, foram utilizados os descritores “gênero” e “trabalho” no campo “assunto” nos portais SciELO, Portal Periódicos CAPES e PePSIC; “descriptor de assunto” no portal LILACS; e “descriptor PsiPortugues” no portal BVS-PSi. Na base de dados da BVS-Psi, utilizou-se o refinamento adicional “Index Psi Periódicos Técnico-Científicos”. Nas bases de dados do Portal Periódicos CAPES ainda foram aplicados os refinamentos que atendessem os critérios deste levantamento, tais como: tipo de recurso - artigos; idioma - português; periódicos revisados por pares. Procedimento similar foi realizado na base de dados da LILACS, onde se utilizaram os refinamentos adicionais como: base de dados - nacionais e Brasil; idioma – português. Após a realização desse procedimento foram encontrados 269 artigos sem restrição de ano ou de área indexada no Qualis CAPES (Qualis CAPES, quadriênio 2013-2016). Após a exclusão de 73 artigos repetidos que estavam indexados em mais de uma base de dados, e 10 que não atendiam aos critérios de inclusão desse

estudo, restaram 186 artigos que atenderam aos critérios iniciais de consecução da presente pesquisa.

Dada a amplitude encontrada, a relação de artigos foi enviada a 3 (três) juízas para que avaliassem: (1) se o artigo, de fato, discutia as temáticas tanto de *gênero* como de *trabalho*, e (2) se o artigo estava circunscrito na área de Psicologia, independente da área de avaliação do periódico no Qualis CAPES. Após essas análises, o artigo era incluído se houvesse o consenso de ao menos duas juízas. Diante disso, 59 artigos foram classificados com temática de *gênero* e *trabalho* na Psicologia, todos também estavam classificados no Qualis Capes na área de Psicologia, independentemente do ano de publicação.

A Figura 1 demonstra todos os passos descritos.

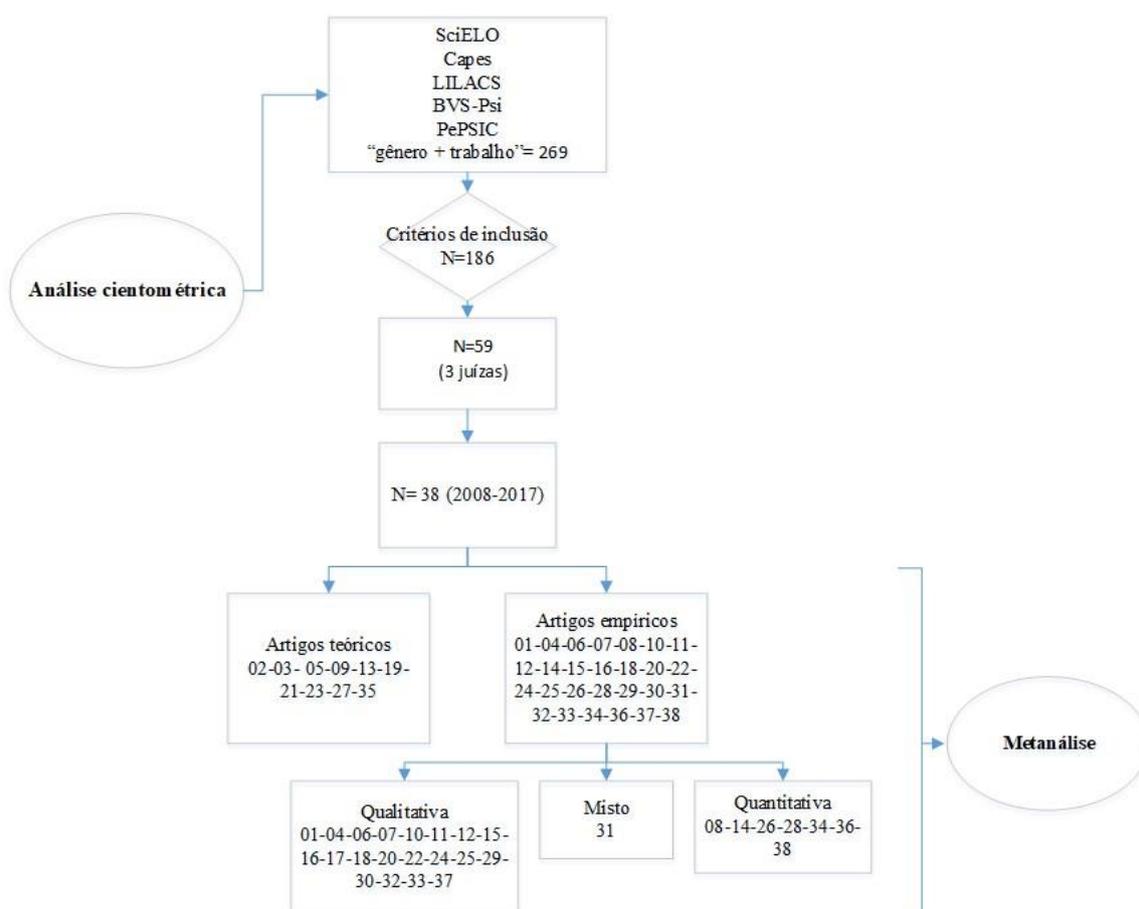


Figura 1.
Diagrama de fluxo dos procedimentos da análise cientométrica.

Procedimento de análise de dados

Para análise cientométrica buscamos primeiro evidenciar as características dos(as) primeiros(as) autores(as) dos artigos: (1) gênero, (2) área de formação acadêmica, (3) localização das instituições. Depois, optou-se por caracterizar os artigos acessados considerando: (1) Qualis CAPES, (2) frequência anual e (3) quantidade de autores por artigo.

Dadas as características dos estudos selecionados, optamos por realizar uma metanálise qualitativa. Apesar da metanálise comumente ser enquadrada como uma forma de análise estatística de dados secundários para estimar o posicionamento da literatura sobre um determinado problema de pesquisa (Figueiredo Filho, Paranhos, Silva Júnior, Rocha & Alves, 2014), observa-se que a metanálise qualitativa é entendida como um procedimento que, a partir da revisão sistemática, pode propiciar uma integração dos achados, consolidando a teorização de diversos temas pesquisados, ressaltando as contradições entre eles (Bicudo, 2014; Lopes & Fracolli, 2008; Pinto, 2013; Zimmer, 2006).

Como no fundamento teórico-metodológico das pesquisas qualitativas não está o objetivo de fazer generalizações, a metanálise qualitativa também não pretende fazê-la. Busca-se, assim, obter uma interpretação dos diversos temas estudados, quais seus achados e para onde estão apontando, “ênfatizando nessa metodologia técnicas de descrição, narração e interpretação” (Pinto, 2013, p. 1037). Nas metanálises qualitativas se propõe “interpretar as interpretações” constitutivas das análises nos estudos primários (Bicudo, 2014, p. 9), visando a possibilidade de aplicação em situações práticas (Zimmer, 2006).

Para a realização da metanálise no presente estudo, optamos por utilizar o auxílio de um software de análise textual lexicográfico [IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*)], considerando para a composição do *corpus* de análise, a seção de resultados e discussão dos artigos selecionados na fase de revisão

sistemática, sendo possível assim, identificar as características consensuais e contraditórias dos estudos analisados.

O referido *corpus* foi submetido à análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e análise de similitude, respectivamente. Na CHD o corpus é dividido em segmentos de texto e agrupado considerando as similaridades e distanciamentos das palavras e segmentos. Considera-se para a inclusão na análise os seguintes critérios: (1) frequência média igual ou acima do ponto de corte estabelecido, (2) $X^2 \geq 3,84$ e $p < 0,0001$. Na análise de similitude, verifica-se quais os elementos centrais e organizadores de outros elementos que compõem o corpus de análise, considerando para tal a co-ocorrência e conexões entre as palavras nos segmentos de texto.

Resultados

Os resultados desse estudo se dividem em duas partes. Inicialmente serão apresentados os dados cinetométricos da revisão sistemática da literatura, para posteriormente, descrever a metanálise qualitativa dos estudos selecionados (Figura 2).

2008 a 2017		1997 a 2007	
01	Arreal & López (2014). www.scielo.br/pdf/rbso/v39n130/0303-7657-rbso-39-130-184.pdf	01	Brito & Athayde. (2003). www.scielo.br/pdf/tes/v1n2/05.pdf
02	Brito, Neves, Oliveira, Rotenberg. (2012). www.scielo.br/pdf/rbso/v37n126/a13v37n126.pdf	02	Leite. (2004). www.scielo.br/readcube/pdf.php?doi=10.1590/S1981-77462004000100005&pid=S1981-77462004000100005&pdf_path=tes/v2n1/05.pdf&lang=pt
03	Prado, Fleith, Gonçalves. (2011). www.scielo.br/pdf/pcp/v31n1/v31n1a12.pdf	03	Rocha, Sarriera. (2006). www.scielo.br/pdf/pee/v10n2/v10n2a03.pdf
04	Salvaro, Estevam, Felipe. (2014). www.scielo.br/pdf/pcp/v34n2/v34n2a10.pdf	04	Santana & Dimenstein. (2005). www.scielo.br/pdf/pust/v10n1/v10n1a12.pdf
05	Meurer & Strey. (2012). www.scielo.br/pdf/pcp/v32n2/v32n2a13.pdf	05	Salvaro. (2004). www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21705.pdf
06	Amazonas, Vieira, Pinto. (2011). www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a09.pdf	06	Siqueira. (1997). http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100007&lng=pt&nrm=iso
07	Galvane, Salvaro, Moraes (2015) www.scielo.br/pdf/fractal/v27n3/1984-0292-fractal-27-3-0301.pdf	07	Areias & Guimarães. (2004). www.scielo.br/pdf/pe/v9n2/v9n2a11.pdf
08	Vieira, Alves, Monteiro, Garcia. (2013). www.scielo.br/pdf/rlae/v21n5/pt_0104-1169-rlae-21-05-1127.pdf	08	Maciel, Cavalcante, Matos, Rodrigues. (2007). www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a16v19n3.pdf
09	Chies. (2010). www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/13.pdf	09	Jonathan & Silva. (2007). http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a11v19n1.pdf
10	Teixeira. (2009). www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a12v25n2.pdf	10	Pezé. (2004). www.scielo.br/pdf/prod/v14n3/v14n3a01.pdf
11	Silva, Amazonas, Vieira. (2010). www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a16v15n1.pdf	11	Araújo, Godinho, Reis, Almeida. (2006). www.scielo.br/pdf/csc/v11n4/32347.pdf
12	Curado & Menegon. (2009). www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a17v21n3.pdf	12	Brito. (2005). www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a12v10n4.pdf
13	Brito, Bercot, Horellou-Lafarge, Neves, Oliveira, Rotenberg. (2014). www.scielo.br/pdf/physis/v24n2/0103-7331-physis-24-02-00589.pdf	13	Rotenberg, Portela, Marcondes, Moreno, Nascimento. (2001). www.scielo.br/pdf/csp/v17n3/4646.pdf
14	Silva, Mendonça, Zanini. (2010). www.scielo.br/pdf/paideia/v20n45/a06v20n45.pdf	14	Brito. (2000). www.scielo.br/pdf/csp/v16n1/1578.pdf
15	Lago, Souza, Kaszubowski, Soares. (2009). www.scielo.br/pdf/paideia/v19n44/a09v19n44.pdf	15	Faria & Rachid. (2007). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v7n1/v7n1a05.pdf
16	Zibetti & Pereira. (2010). www.scielo.br/pdf/er/nspe2/16.pdf	16	Lima, Gondim, Santos, Sá, Bonfim. (2005). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v5n1/v5n1a04.pdf
17	Bezerra, Minayo, Constantino. (2013). www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/11.pdf	17	Siqueira. (2002). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v2n1/v2n1a02.pdf
18	Bazzarelli & Amorim. (2010). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a07.pdf	18	Diogo & Maheirie. (2007). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/16.pdf
19	Barham, Vanalli. (2012). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a05.pdf	19	Diogo & Coutinho. (2006). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v11n21/v11n21a07.pdf
20	Fiorin, Oliveira, Dias. (2014). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v15n1/05.pdf	20	Rodrigues & Seligmann-Silva (2006). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v6n1/v6n1a06.pdf
21	Saavedra, Taveira, Silva. (2010). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v11n1/v11n1a06.pdf	21	Silveira. (2006). http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36543/39264
22	Almeida, Neves, Santos. (2010). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n2/v12n2a04.pdf		
23	D'Alonso. (2008). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400003&lng=pt&nrm=iso		
24	D'Ávila Neto & Jardim. (2015). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n1/13.pdf		
25	Nascimento, Gianordoli-Nascimento, Trindade. (2008). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v6n11/v6n11a09.pdf		
26	Carlotto & Wendt. (2016). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v9n1/v9n1a05.pdf		
27	Santos, Diogo, Shucman. (2014). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n1/a03v17n1.pdf		
28	Gondim, Sobrinho, Santana, Santos, Saveia. (2013). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v16n2/a02v16n2.pdf		
29	Belo & Camino. (2012). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v15n2/v15n2a09.pdf		
30	Ribeiro, Nardi, Machado. (2012). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v15n2/v15n2a07.pdf		
31	Amato Pavin, Martins, Batista, Ronzani. (2010). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v13n1/v13n1a09.pdf		
32	Diogo & Maheirie. (2008). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n2/a09v11n2.pdf		
33	Silva. (2013). http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/808/785		
34	Oliveira, Barbosa, Gauer. (2012). http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/9992/8504		
35	Silva, Nogueira, Neves. (2010). http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8312/5950		
36	Cavazotte, Oliveira, Miranda. (2010). http://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44494/48114		
37	Tagliamento & Toneli. (2010). www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/15.pdf		
38	Sadir, Bignotto. Lipp. (2010). http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n45/a10v20n45.pdf		

Figura 2. Relação dos Artigos Científicos em Psicologia

(A) Dados Cientométricos

Tendo em vista que após a análise das juízas foram encontrados 59 artigos publicados nos últimos 20 anos – ou seja, variando entre os anos de 1997 a 2017 –, decidimos por analisar, inicialmente, a produção científica por meio da cientometria dos artigos divididos em duas categorias de tempo, uma mais recente incluindo as publicações dos últimos 10 anos (2008 a 2017) e outra das publicações anteriores (1997 a 2007). Nesse sentido, a cientometria aqui realizada permitiu dar visibilidade a caracterização dos estudos de gênero e trabalho na área da Psicologia.

Caracterização das/os primeiras(os) autoras/es

Referente aos dados e informações levantadas nesta investigação, com relação a “quem pesquisa”, “estuda” e “escreve” sobre esse tema, observamos uma predominância de mulheres (aprox. 95%), conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1.

Gênero das(os) primeiras(os) autoras(es) [N=59]

Período	1ª Autoria	
	Mulher (%)	Homem (%)
2017 a 2008[N=38]	94,74	5,26
2007 a 1997[N=21]	95,24	4,76

Tentamos identificar se alguma autora se destacava, contudo foi observada uma pulverização de autoria. Dentre os 59 artigos, encontramos 51 diferentes primeiras/os autoras/es, assim sendo, 47 (79,66%) artigos foram escritos por diferentes primeiras/os autoras/as. Das 51 diferentes autoras apenas quatro publicaram mais de um artigo, totalizando 12 trabalhos (20,33%) dos 59. Nessas publicações se sobressai a pesquisadora Jussara Cruz de Brito que publicou, como primeira autora, 05 artigos discutindo a temática de gênero e trabalho, correspondendo a 8,47% do total de publicações. Outras três pesquisadoras publicaram mais de um artigo como primeira autora: Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Maria Fernanda e Maria Juracy Toneli Siqueira.

Com relação à área de formação acadêmica das primeiras autoras, observamos uma concentração na área da psicologia – conforme assinalado no Gráfico 1.

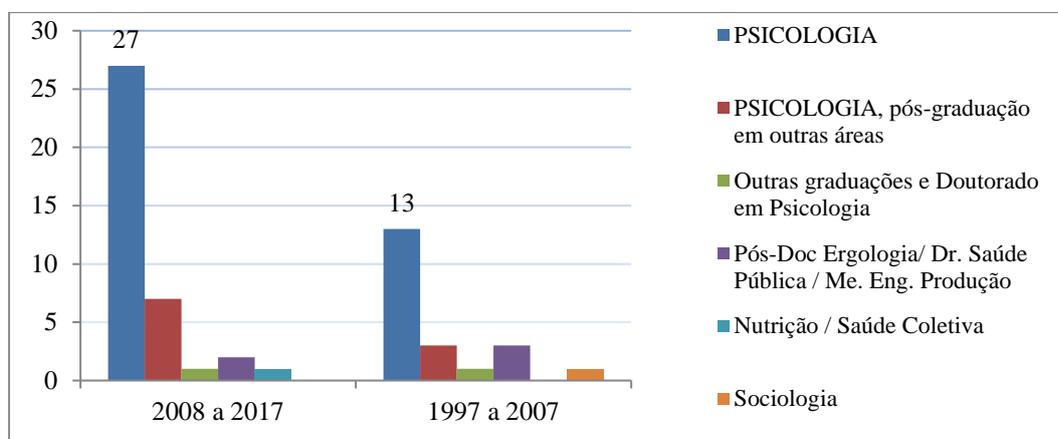


Gráfico 1.

Área de formação acadêmica das primeiras autoras, nos períodos de 2008–2017 (N=38) e 1997–2007 (N=21)

No que concerne a localização das instituições nas quais as/os autoras/es estão afiliadas/os, a concentração da produção científica brasileira está no eixo Sul-Sudeste, e ainda é a realidade da produção científica na área da psicologia no Brasil, conforme demonstrado no Gráfico 2.

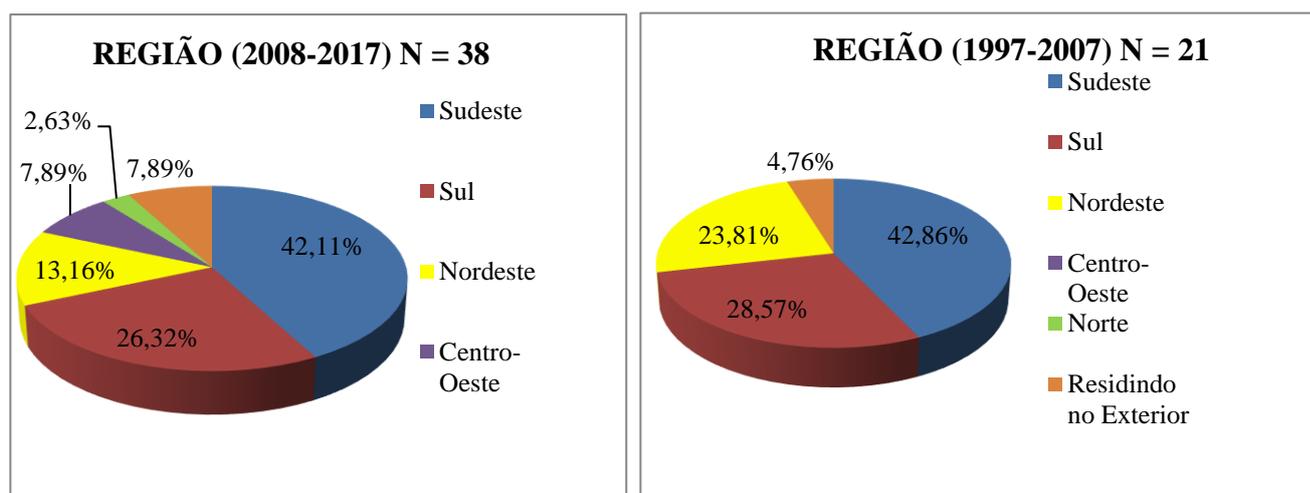


Gráfico 2.

Região de localização das Instituições de vínculo das(os) autoras(es), nos períodos de 2008–2017 (N=38) e 1997–2007 (N=21).

Caracterização dos artigos

Com relação aos estratos de classificação do Qualis-Periódico (Qualis CAPES, quadriênio 2013-2016), no Gráfico 1 observa-se uma maior concentração em revistas com classificação A2 na área de conhecimento psicologia.

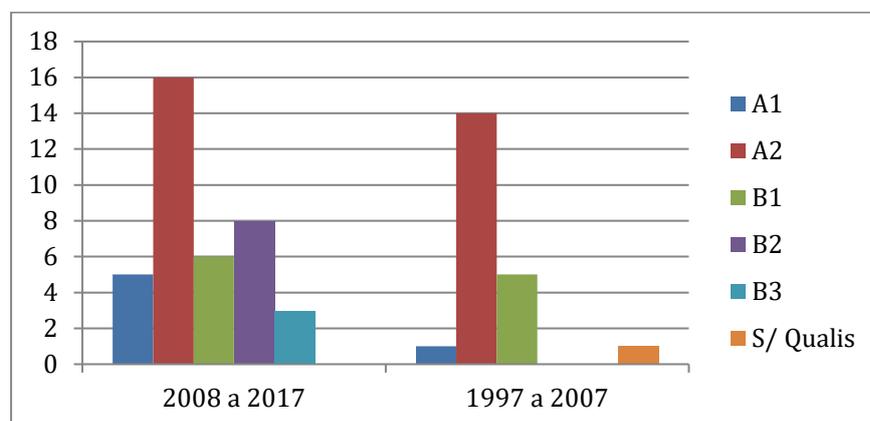


Gráfico 3.

Distribuição das publicações pelos estratos de classificação do Qualis-Periódico (Qualis CAPES, quadriênio 2013-2016) nos períodos de 2008–2017 (N=38) e 1997–2007 (N=21).

O gráfico 4 ilustra a distribuição da quantidade de publicações ao longo dos anos, no qual é possível observar que o ano de 2010 apresentou acentuado número de publicação em comparação aos demais anos anteriores e subsequentes. Ao se ler os artigos, não se identificou os possíveis motivos para tal demanda, uma vez que não se tratou de publicação de uma série especial, por exemplo.

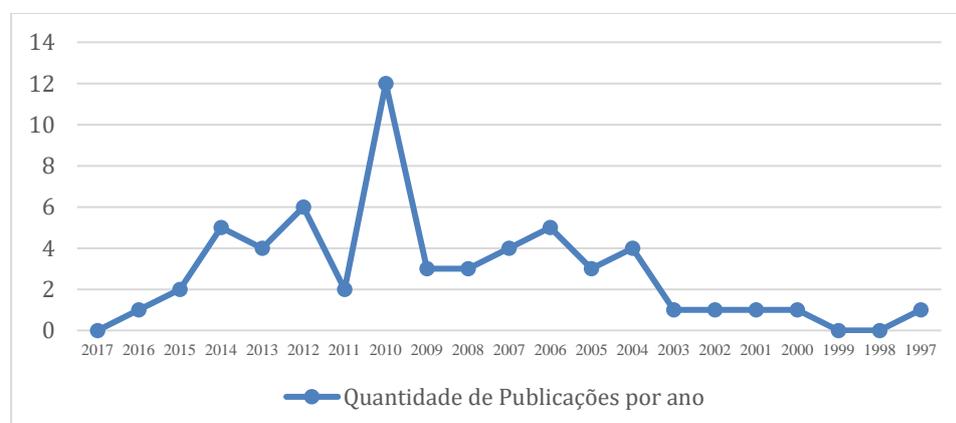


Gráfico 4.

Quantidade de artigos publicados por ano, nos períodos de 2008–2017 (N=38) e 1997–2007 (N=21)

Com relação à quantidade de pessoas envolvidas na autoria dos artigos que discutem gênero e trabalho na área da Psicologia (Tabela 2), observamos que, enquanto nas publicações mais antigas (1997 a 2007) a predominância era autoria individual ou de até duas pessoas (38,10% e 42,86%), no período mais recente (2008 a 2017), a concentração se dá principalmente com a autoria de 03 (três) pessoas (44,74%), aparecendo até 06 (seis) pessoas autoras de um artigo.

Tabela 2.
Quantidade de autoras/es por artigo [N=59]

Período	Quantidade de Autoras/es					
	1	2	3	4	5	6
2008 a 2017[N=38]	10,52%	28,95%	44,74%	7,89%	5,26%	2,63%
1997 a 2007 [N=21]	38,10%	42,86%	0%	9,52%	9,52%	0%

(B) Metanálise qualitativa

A partir de uma análise minuciosa observamos que havia semelhança das características cientométricas entre os artigos publicados nos últimos 10 anos (2017 a 2008) e no período anterior (2007 a 1997). Assim, considerando a necessidade em se fazer uma análise mais acurada dos diferentes artigos, para a metanálise qualitativa foram considerados os artigos publicados na última década. As características dos artigos selecionados para a metanálise foram descritas na Tabela 3.

Tabela 3.
Características dos estudos selecionados para análise.

Características	F	%
<i>Abordagem (38)</i>		
Empírico	28	73,68
Teórico*	10	26,32
<i>Tipo (28)</i>		
Qualitativa	20	71,43
Quantitativa	07	25,00
Misto	01	3,57
<i>Instrumento (28)</i>		
Entrevista	10	35,71
Entrevista e/ou outro inst. qualitativo	10	35,71
Entrevista e/ou outro instrumento quantitativo	08	28,57
<i>Análise (28)</i>		
Conteúdo	06	21,43
Discurso	04	14,29
Interpretação livre com ou sem uso de software	10	35,71
Análise estatística	08	28,57

*Os estudos teóricos não apresentaram as características de tipo, instrumento e análise de dados.

Conforme foi explanado na seção de método do presente estudo foram utilizados dois tipos de análises textuais: (1) Classificação Hierárquica Descendente e (2) Análise de similitude, respectivamente. Optamos assim, por uma descrição separada das análises.

(1) Classificação Hierárquica Descendente

O corpus foi constituído por 203 páginas e 38 textos composto pela seção de “resultados e discussão” dos artigos selecionados na análise das juízas, apresentou 3.646 segmentos de texto, 13.282 formas, 128.382 ocorrências, com frequência média de aproximadamente dez ocorrências por forma. De todos os segmentos de texto do corpus, 86,62% foram agrupados em três classes. O dendrograma da Figura 3 demonstra o conteúdo das classes constituídas na análise.

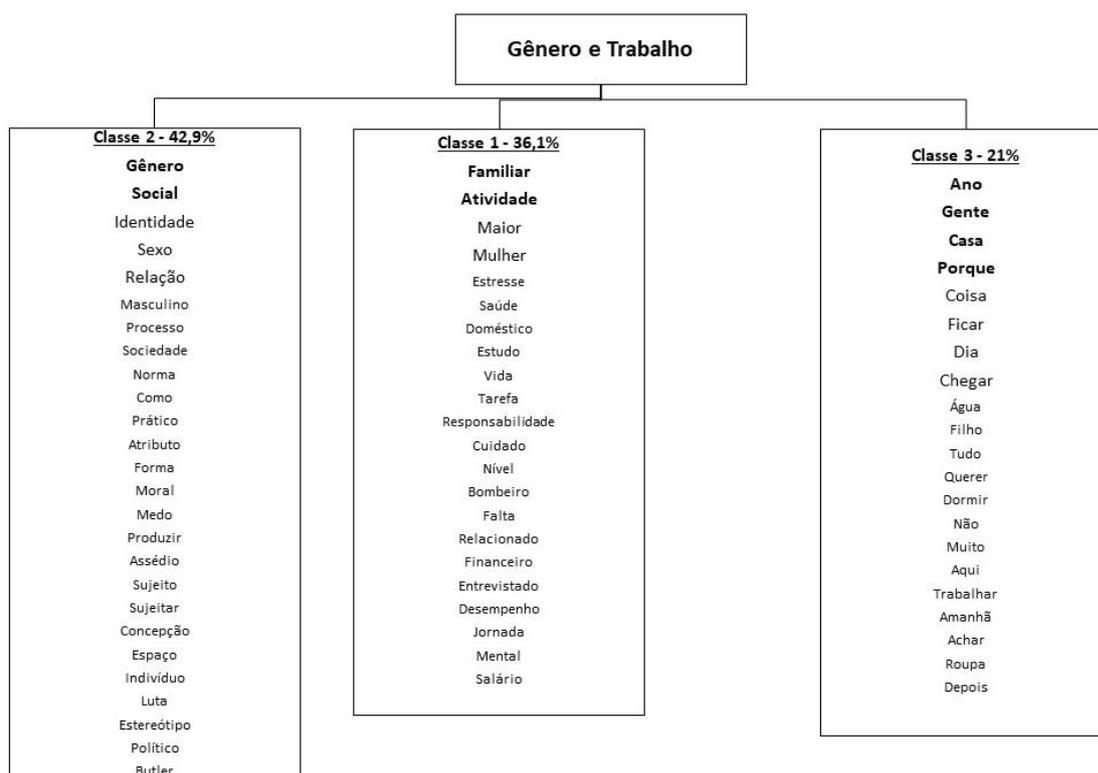


Figura 3. Dendrograma do *corpus* gênero e trabalho.

O corpus sofreu a primeira partição formando a classe 3 (20,9% dos segmentos de texto) que não mais se dividiu. Posteriormente, numa segunda partição, as classes 2 (42,9%) e 1 (36,1%) foram constituídas. Percebemos que houve uma divisão em dois eixos. O primeiro eixo composto pela classe 3, que denominamos de “Trabalho doméstico como destino e obrigação”, e o segundo eixo composto pelas classes 1, nomeada de “Dupla jornada: condições de trabalho e reflexos na família” e pela classe 2, chamada de “Perspectivas teóricas: gênero e trabalho”. Observa-se que houve uma oposição, especialmente entre a classe 2 e a classe 1, isto porque quase metade de todo o corpus textual foi agrupado na classe 2, onde se encontram principalmente os aspectos teóricos desenvolvidos nos artigos analisados. Desse modo, o conteúdo da classe 2 se opõe às outras duas classes, como é possível visualizar melhor na Figura 4.

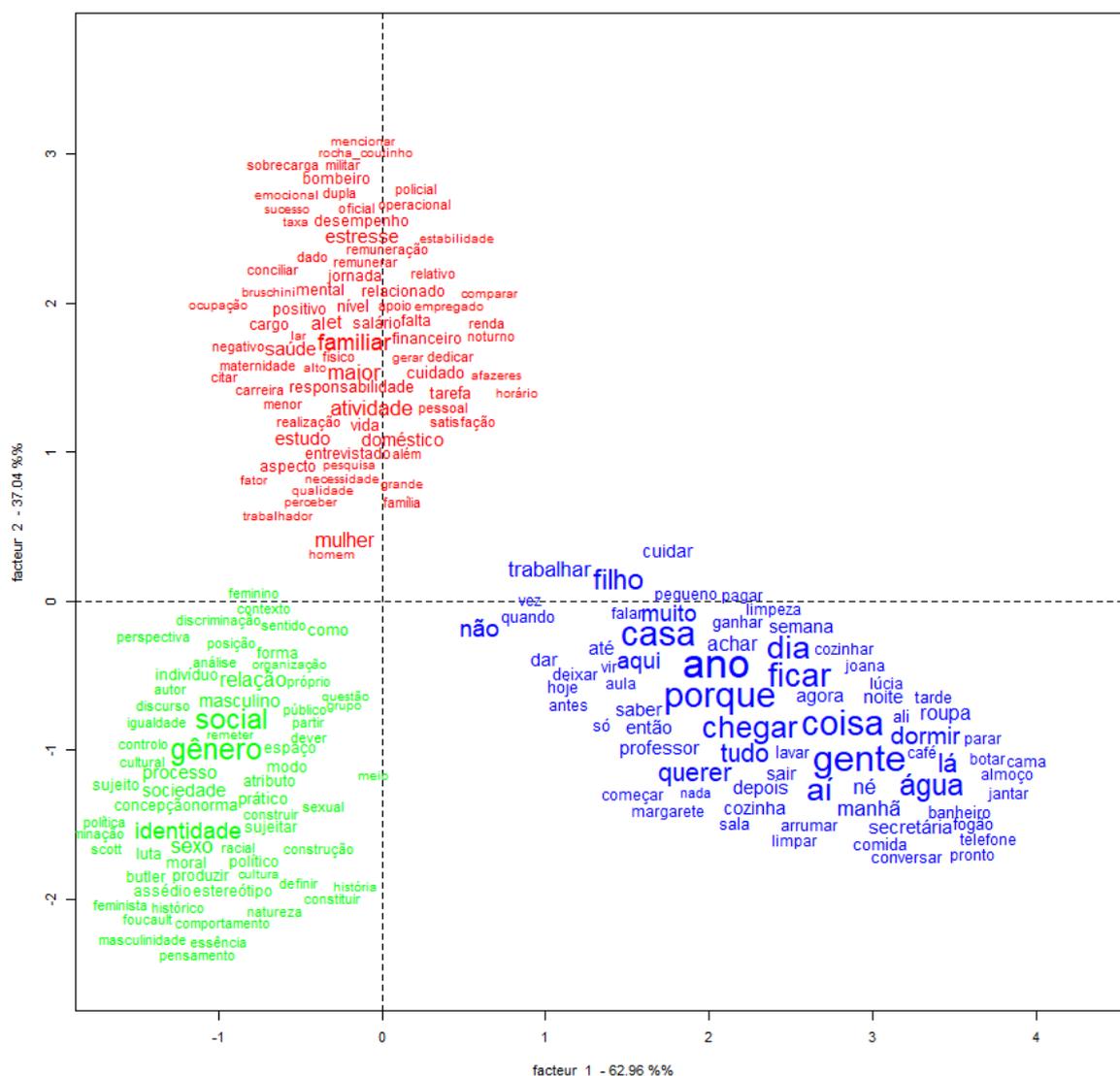


Figura 4.
Plano fatorial (Fator 1 x Fator 2) com base na Análise Fatorial de Correspondência (AFC).

Observamos na Figura 4 que as classes 2 e 3 permanecem no mesmo eixo fatorial, enquanto a classe 1 se opõe as mesmas. Sendo que esta última se circunscreve no âmbito teórico e de discussão dos artigos, enquanto que as classes 2 e 3 revelam um conteúdo mais atrelado aos achados empíricos encontrados nas entrevistas e demais instrumentos de acesso às informações.

Na classe 2 “Perspectivas teóricas: gênero e trabalho”, destacam-se os elementos: gênero, social e identidade, como os mais associados à classe ($X^2 \geq 100$). Além disso, os termos

“masculino” e “feminino” só aparecem de forma significativa nesta classe, demonstrando que tais termos são utilizados na literatura científica para decompor a identificação de gênero contrapondo a sua conceituação em relação ao gênero, pois muitos estudos analisados evidenciaram essa diferença nos resultados e suas discussões. De forma geral, os estudos que compuseram esta classe demarcam a questão do gênero como foco em relação ao tema trabalho, como ilustra o segmento de texto a seguir:

“... usamos o termo gênero como categoria analítica que se torna explicativa dos atributos específicos que cada sociedade impõe ao masculino e ao feminino a partir dos lugares social e cultural construídos hierarquicamente como relações de poder” (texto 1).

Ainda na classe 2, os aspectos mais evidentes revelam uma discussão que perpassa teorias sobre estereótipos, preconceito, discriminação, com destaque para a desigualdade entre os gêneros com base numa construção social, que reflete na desigualdade das relações de trabalho. Muito embora, variadas autorias tenham explorado essa temática em suas discussões e resultados, Judith Butler foi a mais citada no corpo do texto que compôs o *corpus* de análise. Alguns segmentos de texto exemplificam o conteúdo da classe:

“... em decorrência de atributos pessoais construídos a partir de estereótipos sexistas como voz mais suave convincente.” (texto 2)

“...os estudos passaram a considerar que o trabalho produtivo e o lugar que as mulheres ocupam na sociedade também são determinados pelo papel que ocupam na família, um salto qualitativo nos estudos pode ser evidenciado quando a esfera produtiva e esfera doméstica ou reprodutiva começam a ser articuladas.” (texto 4)

Na classe 3 intitulada “Trabalho doméstico como destino e obrigação”, destaca-se a perspectiva das mulheres de que parece não haver possibilidade de escolha no que diz respeito a execução do trabalho doméstico. De modo que cabe às mulheres a conciliação entre o trabalho doméstico e a carreira, ou a escolha pela exclusividade do trabalho doméstico. Nesta classe

também se evidencia o cuidado com os filhos como “destinado essencialmente” às mulheres. Elementos dos segmentos de texto como: ano, casa, filho, dormir, de forma mais predominante; mas também: cozinha, almoço, jantar, limpar, lavar, cama, arrumar, comida; revelam uma funcionalidade no conteúdo da classe. As tarefas domésticas aparecem, assim como a responsabilização de cuidado dos filhos pequenos. Nesse sentido, quando há uma coresponsabilização com esse trabalho, majoritariamente ele é atribuído às outras mulheres, como mães, irmãs, vizinhas, ou terceirizado para as empregadas domésticas e/ou babás.

“...uma das entrevistadas trabalha sozinha, outra relata que conta com a contribuição da irmã e da filha, outra com a ajuda esporádica da filha.” (Texto 04)

“... uma das saídas que pais e mães adotam hoje é lançar mão do que poderíamos chamar de substitutos da família ou redes de apoio, esses substitutos da família ou das tarefas, que antes eram delegadas exclusivamente à mulher são as creches e a escola.” (Texto 06)

Na classe 1, intitulada “Dupla jornada: condições de trabalho e reflexos na família”, tornam-se evidentes elementos que circunscrevem a dificuldade de conciliação entre as escolhas de carreira profissional da mulher em relação ao trabalho doméstico e sobretudo a convivência familiar. Esta classe representa uma relação híbrida entre família e trabalho, que nos textos analisados se apresentam de forma conflituosa. Relembrando que esta classe reflete o conteúdo empírico dos estudos selecionados, observa-se uma perspectiva recorrente de que as mulheres seriam mais apropriadas para algumas funções, não porque seriam mais qualificadas para tal, mas porque características femininas se adequariam melhor para as atividades, sobretudo as domésticas e aos trabalhos flexíveis.

“... ao reduzir a carga horária de trabalho ou abandonar um emprego tradicional, muitas mulheres assumem atitudes de carreiras mais flexíveis e permitem a seus companheiros manter padrões de atitudes de carreira mais tradicionais.” (texto 34).

Ainda na classe 1, outro aspecto também se evidencia: a gestão do tempo, pois diante

do desenvolvimento da carreira profissional e da divisão desigual do trabalho doméstico, as mulheres apresentam sofrimento psíquico, com sentimentos de inutilidade e de frustração, por vezes reverberando tais sentimentos em adoecimento. Isso ocorre porque sendo a carga de trabalho aumentada pela justaposição do trabalho doméstico e do trabalho da carreira profissional, não raro há uma inviabilização dos momentos de descanso e recuperação da trabalhadora.

“... ela não tinha tempo livre para fazer amigos, conhecer a cidade, fazer cursos, buscar melhores oportunidades de trabalho ou mesmo dedicar-se a si, nesse caso o trabalho assumia uma função marginalizante.” (Texto 33)

Enquanto na classe 2 a discussão se baseia na identificação e desequilíbrio socioeconômico voltado para uma construção social dos gêneros, nos conteúdos textuais compostos pelos dados empíricos, há um destaque para os termos homem e mulher na classe 3, onde se infere que se trate de uma perspectiva mais naturalizada do que seria característico do homem ou da mulher.

“... diferente do homem, ela tem sempre que cuidar mais dos filhos, cuidar da casa, por isso que hoje em dia as mulheres estão estressadas demais, porque o homem é aquela história, o homem tem que colocar o dinheiro em casa e a mulher fica em casa, mas não é porque ela tem que dividir, além de ser mãe ela tem que ser profissional também!” (texto 06)

Observamos nas narrativas reveladas nos estudos acessados na metanálise que o discurso de naturalização de papéis do homem e da mulher ainda se perpetuam, mesmo nas narrativas das mulheres participantes das pesquisas acessadas na revisão de literatura. Em comum, identifica-se nas três classes desenvolvidas a partir da CHD sobre o *corpus* trabalho e gênero, que: (a) os estudos baseados nas teorias de gênero são predominantes, (b) as relações família e trabalho são centrais no entendimento das questões de gênero, (c) nos estudos empíricos o trabalho doméstico ainda é naturalizado como atividade (não-trabalho) a ser

desempenhada pela mulher, e por isso mesmo, considerado leve e desvalorizado, e (d) a jornada dupla de trabalho é evidenciada nos achados empíricos como uma escolha da mulher.

(2) *Análise de Similitude*

A análise de similitude foi realizada na tentativa de visualizar as relações entre os elementos textuais que compõe o corpus, ilustrando os elementos centrais e organizadores, as frequências de palavras, as conexões entre os elementos e os arranjos semânticos, a partir das co-ocorrências de palavras e segmentos de textos. Para compor a análise, o ponto de corte (F=10) foi ampliado em cinco vezes (F=50) de modo a facilitar a visualização no grafo de similitude e assim diminuir a quantidade de elementos, como é possível identificar na figura 5.

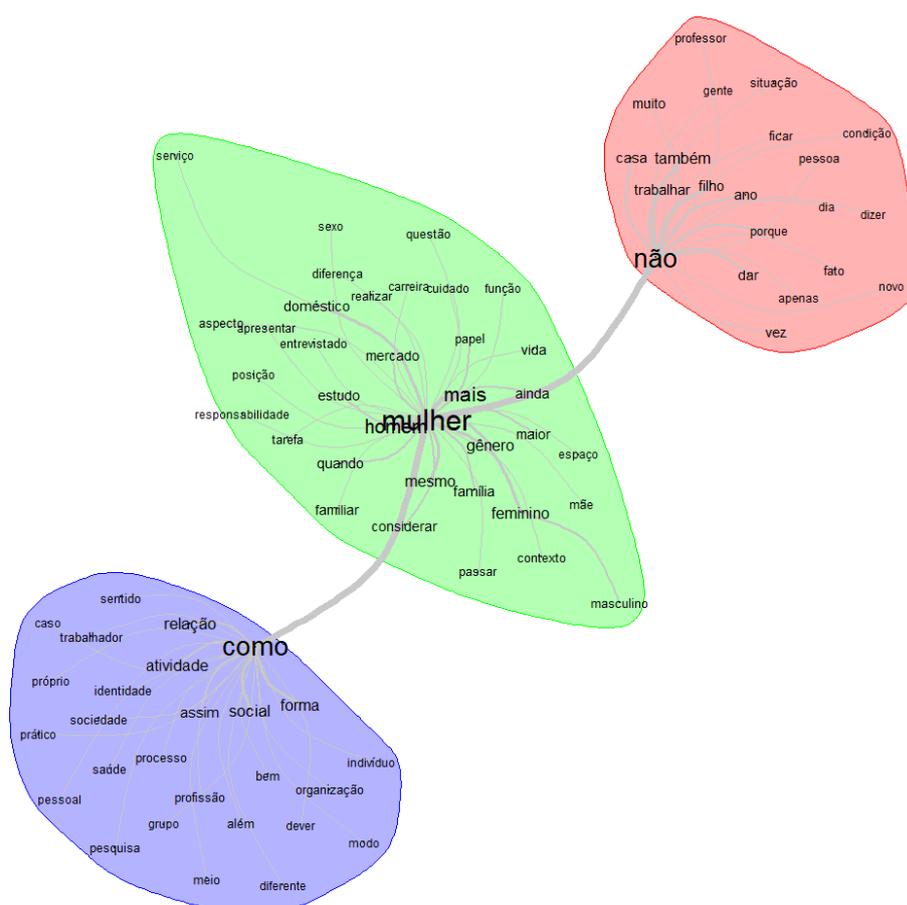


Figura 5.
Análise de similitude considerando com ponto de corte (50).

Para a composição da figura 5 pelo *software*, optamos por solicitar o agrupamento de conexões dos elementos. É possível perceber que houve três agrupamentos em torno das palavras organizadoras: mulher, não e como, com forte conexão entre eles. No arranjo onde a palavra organizadora foi “mulher”, evidencia-se uma sobreposição em relação a palavra homem, demonstrando a maior frequência e conexão com os outros elementos pela primeira palavra (mulher), em detrimento da segunda (homem). Nesse arranjo foi possível identificar uma configuração que relaciona o feminino e o masculino, conforme evidenciado na análise da CHD na classe 2, mas também encontramos elementos relacionados ao trabalho doméstico, questões de gênero (construções sociais) e sexo (condição biológica), além dos papéis, posição e funções sociais das mulheres. Nesse sentido, o referido arranjo apresenta uma composição de mosaico que aproximou as análises e discussões teóricas, com os resultados empíricos de entrevistas e outros instrumentos descritos nos artigos.

Inferimos de forma mais objetiva que os três arranjos apresentados na figura 5, configuram os dispositivos de ação e interpretação dessa mulher apresentada nos estudos, “como” ela se circunscreve nas pesquisas. Desde sua identidade social, como trabalhadora, até a relação com seus grupos profissionais, com a organização de trabalho, com o sentido de si e do trabalho, que reverberam em sua condição de saúde. Por outro lado, o outro agrupamento organizado pela palavra “não”, demonstra os variados impedimentos refletidos pela situação de conflito e conciliação entre trabalho e família. Uma vez que acumular o trabalho com os cuidados com os filhos aparece como uma polivalência de difícil manutenção, de modo que parece mais fácil solucionar esse conflito assumindo o não-trabalho produtivo, voltando-se para o trabalho doméstico.

Considerando-se que uma das categorias eleitas para análise foi o gênero do primeiro autor do artigo científico, sem nos ser possível apenas a partir do nome conhecer de que maneira tais pessoas se definem em termos de gênero, também optamos por realizar uma análise

professora, de modo a continuar conciliando, com todos os custos que isso acarreta para elas, trabalho fora de casa (dito produtivo), família e trabalho doméstico.

Faz-se necessário explicar que mesmo em minoria quantitativa de textos (apenas 2), os artigos de autoria de pesquisadores homens tiveram expressão significativa na elaboração das co-ocorrências e no arranjo dos elementos, fato que não se repetiu para nenhuma outra categoria considerada no presente estudo (abordagem metodológica, instrumentos utilizados, análises e foco temático do artigo em gênero ou trabalho). Para tais estudos, destacaram-se os elementos do contexto que circunscrevem o feminino, ao trabalho unicamente como uma atividade e os impedimentos relacionados principalmente a sobreposição dos trabalhos femininos (doméstico e produtivo).

Vislumbramos assim, que as análises baseadas na CHD e na análise de similitude a partir dos 38 artigos selecionados, conseguiram demonstrar as características dos referidos estudos, além de descrever de forma mais minuciosa os consensos e contrastes encontrados na literatura nacional publicada na área de psicologia. Sendo indispensável discutir tais achados para circunscrever os direcionamentos já encontrados, de modo a sustentar uma linha mais compartilhada entre os autores e autoras, mas ao mesmo tempo, dar visibilidade às lacunas e contradições encontradas.

Discussão

Os dados bibliométricos encontrados no presente estudo permitiram uma análise quantitativa descritiva, mas também qualitativa. A partir do mapeamento e da construção de um panorama sistemático da literatura construída nas publicações científicas brasileiras foi possível identificar as discussões já realizadas e os novos campos de estudo a serem delineados (Oliveira, Lima & Morais, 2016).

O fato de se ter quase uma predominância de mulheres autoras de estudos que envolvem

a relação gênero e trabalho é decorrente, muito provavelmente, de a problemática de gênero no ambiente de trabalho tratar prioritariamente da luta por equidade de condições e de direitos para as mulheres, sendo tal tema de interesse primordialmente de pesquisadoras mulheres, pois as próprias autoras se incluem no universo da temática.

Tanto os atuais indicadores bibliométricos do SciELO quanto os atuais indicadores de pesquisa do CNPq não incluem a distribuição da autoria por gênero. Contudo, no Brasil a quantidade de mulheres autoras cresceu 11% nas últimas duas décadas, chegando ao patamar de 49% de publicações de artigos científicos por mulheres, segundo o relatório *Gender in the Global Research Landscape* (Elsevier, 2017). Esse é um dado a ser celebrado como conquista de políticas públicas de Educação e de C&T com o foco em diminuir a disparidade de gênero na ciência. Neste sentido, desde 2016 foi criado o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência. A Organização das Nações Unidas (ONU) “afirma que ciência e igualdade de gêneros são vitais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pois uma pesquisa feita em 14 países mostrou que o índice de graduação de mulheres na área de ciências é a metade do índice de homens” (Rádio ONU, 2016, *on line*).

A concentração de afiliações às instituições localizadas no eixo Sul-Sudeste pode ser compreendida a partir de várias perspectivas explicativas, dentre elas (mas não só), estão: (a) a concentração, nessas regiões do país, de investimentos e recursos para o desenvolvimento científico de todas as áreas do conhecimento, (b) a grande concentração dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia e (c) pouca articulação entre pesquisadores e pesquisadoras de regiões diferentes do país, culminando com a mobilidade de pesquisadores das regiões norte-nordeste para o eixo sul-sudeste.

A despeito de o gênero ser um tema de estudo e investigação da psicologia há algumas décadas, assim como são as questões de trabalho, quando realizado um inter cruzamento dessas duas categorias, observamos estudos pontuais ao longo dos anos, tendo um crescimento mais

concreto no número de publicações nos últimos 10 anos (2007-2017). Isso pode ser explicado pelo crescimento geral no número de publicações da área de psicologia, estimulado pelas qualificações de revistas e Programas de Pós-Graduação, especialmente no quesito produção intelectual que tem sido um aspecto importante na avaliação dos programas (Relatório do Seminário de Acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia, 2015). O mesmo fato pode explicar o aumento na quantidade de coautorias de um artigo, pois se de um lado pode ser entendido como ampliação do tema e/ou do estabelecimento de parcerias institucionais (embora tenha sido verificado a pouca relação interinstitucional na publicação dos artigos), por outro lado pode ser compreendido por uma ótica de cobrança institucional e/ou da necessidade de produtividade.

Em síntese, observamos que a análise cientométrica indicou que ainda há uma concentração de publicações no eixo sul-sudeste, que tem aumentado o número de pesquisadores envolvidos com a temática gênero e trabalho, mas que isso não parece refletir parcerias interinstitucionais, que prevalecem mulheres como autoras principais e que o número de publicações sobre a temática foi ampliado na última década, embora tenha ocorrido um pico de produção em 2010, que não se manteve nos anos seguintes. Evidenciando assim a necessidade de expandir os laços interinstitucionais no território nacional, uma vez que a internacionalização tem sido uma política permanente nas avaliações de Programas de Pós-Graduação, mas o incentivo às colaborações entre pesquisadores de diferentes regiões do país tem ficado restrito às entidades, como: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), entre outras.

Com base na metanálise qualitativa observamos que os estudos envolvendo gênero e trabalho são marcados pela interdisciplinaridade, a exemplo dos achados de Lago e Toneli (2008). Havendo, entretanto, um destaque para as Teorias de Gênero que prevalecem na maioria dos estudos. Ao que parece, a Psicologia do Trabalho ainda tem tratado da temática de forma

periférica, enquadrando as questões de gênero em discussões “ilustrativas”, que mais descrevem as diferenças dos resultados entre homens e mulheres, ou contextualizam o fenômeno estudado para o grupo de mulheres.

Destacamos ainda que a abordagem metodológica tem se apresentado predominantemente qualitativa, e por vezes combinada com instrumentos quantitativos, mas o uso preferencial de entrevistas semiestruturadas se mantém como a técnica mais utilizada pelos pesquisadores da temática, confirmando estudos anteriores (Lago & Toneli, 2008). Embora os estudos empíricos sejam maioria, uma parte dos artigos retratou o tema de forma teórica, e novamente, a perspectiva da Teoria de Gênero obteve destaque.

Evidenciamos, portanto, a necessidade de que a Psicologia do Trabalho se debruce efetivamente sobre as questões de gênero nas discussões que abordem condições de trabalho, preconceito e discriminação no contexto de trabalho, além dos direitos trabalhistas e da saúde da trabalhadora, temáticas tão atuais e pertinentes diante das mudanças na legislação trabalhista brasileira.

Na análise lexicográfica (CHD e similitude), evidenciamos certa contradição no que diz respeito à constituição do gênero, uma vez que nos dados empíricos secundários acessados, se evidencia a ideia de que haveria papéis para homens e mulheres constituídos de forma supostamente essencial, derivado da natureza, supostamente apenas biológico, quando entendemos que são constituídos socialmente, elegendo-se em cada contexto social e cultural o que se define como características masculinas e femininas. Essa contradição foi discutida nos artigos, que evidenciaram especialmente as relações de poder e a construção da realidade social a partir de aportes teóricos como: (a) perspectiva histórico-cultural, (b) perspectiva foucaultiana, (c) clínicas do trabalho, especialmente psicodinâmica (Dejours) e, (d) Teorias de Gênero, especialmente teorias modernas (patriarcado, marxismo) e pós-modernas (performatividade) (De Tilio, 2014).

A perspectiva de Judith Butler, muito referenciada pelos autores e autoras dos artigos analisados, prevê uma reflexão a respeito dos assim nomeados problemas do gênero, caracterizando uma subversão do feminismo e da identidade feminista (Rodrigues, 2005), de modo que para a autora não faz sentido colocar uma dualidade entre sexo e gênero, pois concebe ambos como culturalmente construídos. Essa perspectiva mais radical, ou seja, mais profunda e firme, de Butler, nem sempre é relatada nos artigos, mesmo entre os que se alinham ao posicionamento feminista.

Inferimos, portanto, que aí pode estar a explicação para uma suposta cautela em tratar a temática gênero nos estudos e publicações referenciados na Psicologia do Trabalho. Tal temática pode estar demasiadamente circunscrita no campo do embate feminista, o que pode colocar os pesquisadores não militantes numa sensação de tendenciosidade ou de pouca propriedade para tratar do tema.

Para além dos enquadres teóricos, a análise dos artigos demonstrou que a grande problemática retratada nos estudos se refere principalmente, ao trabalho doméstico e a dupla jornada feminina. Percebemos que nas relações de gênero e trabalho abordadas nos artigos, a responsabilização com os/as filhos/as apareceu como componente do cuidado mais vinculado com as obrigações das tarefas domésticas cotidianas, não evidenciando, desta forma, o componente do educar e das relações afetivas; mesmo quando o gênero aparece como o foco, sendo o fundo o trabalho, é essa relação gênero-trabalho e suas implicações que se sobressai.

O trabalho doméstico não é visto como trabalho, mas como uma atividade tida como fatalmente feminina, até mesmo as mulheres participantes dos estudos apresentavam essa naturalização da função como sendo algo do feminino e da mulher. Alguns dos estudos retrataram o adoecimento dessas trabalhadoras, por causa da exaustão ocasionada pela dupla-jornada, sendo, portanto, importante temática para o desenvolvimento de políticas públicas.

Mais recentemente, a relação entre família e trabalho, assim como trabalho e não-

trabalho, têm sido temáticas abordadas pela psicologia do trabalho. Em nossas análises, essa relação foi evidenciada, especialmente quanto aos impedimentos constituídos no embate trabalho e não trabalho, uma vez que o trabalho, muitas vezes precário e invisível, seja ele doméstico ou dito produtivo – para diferenciá-lo do reprodutivo, desqualificando-o (Kergoat, 2009) –, parece impedir a realização de outras dimensões da vida, causando sofrimento e adoecimento. Há aqui uma interseccionalidade de fatores, pois tal trabalho seria ainda mais precário para mulheres, negras e pobres (Guimarães, 2012; IPEA, 2016).

Outro aspecto evidenciado na análise dos resultados e discussões dos artigos selecionados, diz respeito às diferenças encontradas nas publicações de autores e autoras, de modo que para os primeiros o trabalho (doméstico e/ou produtivo) se apresenta como uma atividade dentre outras para a mulher, enquanto que para as autoras, o trabalho assume um conteúdo identitário. Além disso, elas, as autoras, evidenciam mais enfaticamente as diferenças entre sexo (biológico, natural) e gênero (socialmente construído). Embora tenha sido evidenciado pela análise textual tais diferenças, o número inferior de artigos de autores do gênero masculino, não permite interpretações mais apuradas sobre essa diferenciação.

Identificamos, portanto, uma agenda de pesquisa que pode servir de diretriz para futuros estudos: (1) avançar nos estudos sobre trabalho doméstico e trabalho produtivo, na perspectiva do gênero em Psicologia do Trabalho, (2) diversificar as abordagens metodológicas, configurando estudos quantitativos e mistos, (3) caracterizar em novas revisões sistemáticas o crescimento pontual da produção científica sobre trabalho e gênero, articulando com políticas em ciências e tecnologia, (4) ampliar estudos comparativos considerando a autoria de homens e mulheres sobre questões de gênero.

Considerações Finais

Considerando tanto a abrangência temporal – sem delimitação prévia de período de

publicação – quanto a busca em cinco bases de dados, identificamos, em nosso parecer, um número de publicações científicas com pouca expressividade frente à necessidade em se debater e dar visibilidade ao tema das relações de gênero no mundo do trabalho. Especificamente no campo da psicologia a situação fica mais restrita, sendo tais temáticas marcadas pela recentitude na área, uma vez que o primeiro artigo encontrado data do final da década de 90.

O uso dos indicadores por meio da cientometria e da metanálise qualitativa além de ter permitido dar visibilidade aos indicadores da produção científica nacional em Psicologia que trata das temáticas de gênero e trabalho, também possibilitou vislumbrar a agenda de pesquisa desenhada até então com essa temática. Observa-se que as publicações foram quase que exclusivamente feitas por mulheres como primeiras autoras, o que é diferente do panorama nacional geral de publicações.

Os diversos artigos analisados por meio da metanálise qualitativa apontam a contradição ainda existente em nosso meio social no qual ainda se atribui à “essência” da mulher características e traços que as colocam em situações de inferioridade com relação as suas capacidades físicas, cognitivas e conseqüentemente laborais. Estas, por sua vez, são usadas como justificativas para as barreiras implícitas para a entrada, permanência e ascensão das mulheres no mundo do trabalho.

Por entender que na psicologia contemporânea a discussão das relações de gênero e trabalho desempenha um papel importante para a efetiva promoção da autonomia e da conscientização da classe trabalhadora, assim como para uma atuação que garanta a equidade no mundo do trabalho é que esse estudo aponta para a necessidade de novas investigações na área. Mais estudos e investigações na área poderão subsidiar a formação e os trabalhos de intervenção das/os profissionais de psicologia, além de poderem ser uma ferramenta importante para a proposição de novas estratégias de formulação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero. Para tal é mister que também se busque estratégias de fomento e práticas

de pesquisa nessa área que abranja todo o território nacional.

Referências

- American Psychology Association. (2012). *Manual de publicação da APA* (6a. ed.). Porto Alegre: Artmed.
- American Psychology Association. (2017). *Society for the Psychology of Women.- Historical Highlights*. Recuperado de <http://www.apadivisions.org/division-35/about/heritage/historical-highlights.aspx>
- Bicudo, M. A. V. (2014). Meta-análise: seu significado para a pesquisa qualitativa. *REVEMAT: Revista Eletrônica de Educação Matemática*, 9, 7-20. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/1981-1322.2014v9nespp7>
- Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, s/v(42), 249-274. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>
- De Tilio, R. (2014). Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Gênero*, 14(2), 125-148. doi: <https://doi.org/10.22409/rg.v14i2.626>
- Elsevier. (2017). *Gender in the Global Research Landscape*. Recuperado de https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf
- Figueiredo Filho, D. B., Paranhos, R., Silva Júnior, J. A., Rocha, E. C, & Alves, D. P. (2014). O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? *Teoria e Pesquisa*, 23(2), 2015-228. doi: <http://dx.doi.org/10.4322/tp.2014.018>
- Fonseca, T. M. G. (2000). *Gênero, Subjetividade e Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guimarães, J. R. (2012). *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000*. Organização Internacional do Trabalho; Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT. Recuperado de http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_234424.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018a). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018a). *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília: IPEA. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2_016.pdf

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2017). *Retrato da desigualdade de gênero e raça – 1995 a 2015*. Recuperado de www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, D. Senotier. (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67-75). São Paulo: EdUNESP.
- Lago, M. C. de S, & Toneli, M. J. F (2008). Psicologia e Estudos de Gênero – o caso da UFSC. In M. C. de S Lago, M. J. F. Toneli, A. Beiras, M. B. Vavassori & R. de C. F. Müller (Orgs.), *Gênero e pesquisa em Psicologia Social* (pp. 09-17). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lopes, A. L. M., & Fracolli, L. A. (2008). Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 771-778. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400020>
- Macêdo, G. S., & Macedo, K. B. (2004). As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 4(1), 61-90. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v4n1/v4n1a04.pdf>
- Nogueira, C. (2000). Psicologia e construção social do gênero. In *Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática* (pp. 169-188). Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64465/2/87809.pdf>
- Nuernberg, A. H. (2008). Reflexões sobre gênero e psicologia no Brasil. In M. C. de S Lago, M. J. F. Toneli, A. Beiras, M. B. Vavassori & R. de C. F. Müller (Orgs.), *Gênero e pesquisa em Psicologia Social* (pp. 19-32). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, A. A. S., Lima, C. S. L., & Morais, K. K. C. (2016). Bibliometria e metassíntese de estudos sobre trabalho publicados na Revista Psicologia & Sociedade. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 572-581. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p572>
- ONU Brasil (2018). *Direitos Humanos das mulheres*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>
- Organização Internacional do Trabalho. (2018). *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018*. Oficina Internacional del Trabajo – Ginebra: OIT. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619603.pdf
- Pinto, C. M. (2013). Metanálise qualitativa como abordagem metodológica para pesquisas em letras. *Atos de Pesquisa em Educação*, 8(3), 1033-1048. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2013v8n3p1033-1048>

- Portugal, F. T., & Jacó-Vilela, A. M. (2012). Fazendo gênero na história da Psicologia. In F. T. Portugal & A. M. Jacó-Vilela (Orgs.), *Clio-Psyché: gênero, psicologia, história* (pp.13-18). Rio de Janeiro: NAU.
- Rádio ONU. (2016). ONU celebra primeiro Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência. Disponível em www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/02/onu-celebra-primeiro-dia-internacional-das-mulheres-emeninas-na-ciencia/#.VsFY1PkrLDc
- Rodrigues, C. (2005). Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 179-183. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100012>
- Saavedra, L. & Nogueira, C. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 11, 113-127. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/saavedranogueira01.pdf>
- Santos, H. M. (2013). A importância de discutir gênero na psicologia. In: D. S. V. Andrade & H. M. Santos (Orgs.), *Gênero na psicologia: articulações e discussões* (19-33). Salvador - CRP-03. Disponível em: www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Genero-na-Psicologia-articulacoes-e-discussoes.pdf
- Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 11-30. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100002>
- Strey, M. N. (2008). Gênero. In M da G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, Carlos, S. A. & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia Social Contemporânea* (11a ed.) (pp. 181-198). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Zimmer, L. (2006). Qualitative meta-synthesis: a question of dialoguing with texts. *Journal of Advanced Nursing*, 53(3), 311–318. doi: 10.1111/j.1365-2648.2006.03721.x Recuperado de: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2648.2006.03721.x/pdf>

ARTIGO 3

***A Mulher Docente em Universidade Federal:
Relações de Gênero no Trabalho Docente***

A mulher docente em universidade federal: relações de gênero no trabalho docente

Resumo

O principal objetivo deste estudo é refletir sobre a mulher docente em universidades federais, particularmente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Partimos do pressuposto de que as relações de dominação de gênero de trabalho são também reproduzidas nas Universidades Federais no Brasil. Para tal, investigamos dados censitários, referente ao período de 1998 a 2018, dos(as) docentes da UFPB. No cenário nacional buscamos informações similares no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao período de 1999 a 2017, além das distribuições das bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As mulheres têm, tanto na UFPB quanto no cenário nacional das universidades federais, representação total quase que paritária, além de terem proporcionalmente a mesma titulação máxima, doutorado. Contudo, identificamos que existe um processo de feminização, que agrupa as docentes prioritariamente às áreas de conhecimentos dos cuidados em saúde e educação. Ademais, elas têm dificuldades em progredirem na carreira, recebem menos bolsas de PQ e ocupam menos espaços de gestão em alta hierarquia universitária. Apontamos que é necessário estudos desse tipo para formulação de políticas universitárias de gênero.

Palavras-chave: Gênero e Trabalho; Mulher docente; Universidade Federal.

The teaching woman at federal university: gender relations in teaching work

Abstract

The main objective of this study is to reflect on the teaching staff at federal universities, particularly at the Federal University of Paraíba (UFPB). We started from the assumption that the relations of domination of gender at the workplace are also reproduced at the Federal Universities in Brazil. For that we investigated census data referring to the period between 1998 and 2018 of the professors at UFPB. In the national scenario, we looked for similar information in the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), referring to the period between 1999 and 2017, in addition to the distributions of Research Productivity grants (PQ) of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). The women have, in the UFPB as well as in the national setting of the federal universities, almost totally equal representation, in addition to having the same maximum degree, doctorate level. However, we identify that there is a process of feminization, which groups teachers primarily in the areas of health care and education. In addition, they have difficulties in career advancement, receive fewer PQ scholarships, and occupy less management space at a higher university level. We point out that such studies are needed for the formulation of university gender policies

Keywords: Gender and Work; Teaching woman; Federal University.

La mujer docente en universidad federal: relaciones de género en el trabajo docente

Resumen

El principal objetivo de este estudio es reflexionar sobre la mujer docente en universidades federales, particularmente en la Universidad Federal de Paraíba (UFPB). Partimos del supuesto de que las relaciones de dominación de género de trabajo son también reproducidas en las Universidades Federales en Brasil. Para esto, investigamos datos censales, referentes al período de 1998 a 2018, de los (as) docentes de la UFPB. En el escenario nacional buscamos

informaciones similares en el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP), referente al período de 1999 a 2017, además de las distribuciones de las bolsas de Productividad en Investigación del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (PQ)/CNPq. Las mujeres tienen, tanto en la UFPB como en el escenario nacional de las universidades federales, representación total casi paritaria, además de tener proporcionalmente la misma titulación máxima, doctorado. Sin embargo, identificamos que existe un proceso de feminización, que agrupa a los docentes prioritariamente a las áreas de conocimientos de la atención en salud y educación. Además, tienen dificultades para progresar en la carrera, reciben menos becas de PQ y ocupan menos espacios de gestión en alta jerarquía universitaria. Señalamos que es necesario estudios de ese tipo para la formulación de políticas universitarias de género.

Palabras clave: Mujer docente; Universidad Federal; UFPB y nacional.

O presente artigo tem como principal objetivo discutir o lugar da mulher docente de ensino superior em Universidades Federais. Entendendo as universidades como espaço eminentemente de produção do conhecimento tecnológico e científico, nos interessa aqui, a partir de censos, localizar os espaços que as mulheres têm ocupado na ciência brasileira, sua qualificação e sua progressão na carreira. Partimos do pressuposto de que nas universidades públicas federais, nas quais o ingresso se dá por via de concurso público e nas quais há isonomia salarial para as mesmas classes/níveis, há, também, no trabalho da mulher docente, repercussões da relação gênero-trabalho que podem ser observadas nas condições e organização do trabalho universitário.

Função da universidade e relações de gênero

No Brasil, as primeiras escolas com cursos superiores isolados surgiram a partir da primeira década dos anos 1800, estas tinham a finalidade de formação profissional voltada para a aplicabilidade de forma apartada entre o ensino e a produção científica (Vasncelos,2007). Nas décadas finais dos anos de 1800 surgiram várias tentativas de criação de universidades no Brasil, todas fracassadas, O impedimento de articulação e criação de universidades no Brasil atendia a interesses dos colonizadores portugueses em controlar os modos de produção e permanecer colônia dependente em todas as esferas, social, cultural, política e econômica. Mesmo após a independência do Brasil, em 1822, não foram efetivados esforços para a construção de uma universidade brasileira, permanecendo o surgimento de escolas superiores com cursos de Medicina, Belas Artes, Direito e Engenharias (Almeida Filho, 2008). Apesar de haver na literatura indicações de possíveis universidades brasileiras surgidas ainda no período de colonização, Almeida Filho (2008, p. 130) nos chama atenção para o fato destas trataram-se de “simples ajuntamento de faculdades isoladas pré-existentes, sem articulação funcional, institucional, pedagógica e científica de algum modo concretizada, em princípio não definiria

uma universidade no seu sentido pleno”. Durante todo esse tempo as mulheres foram proibidas de frequentarem os cursos superiores, recebendo autorização para frequentá-los apenas a partir de 1879 (Backes, Thomaz & Silva, 2016), que não indica o ingresso imediato e significativo de mulheres nestes cursos, mas a possibilidade de ingresso. De toda forma foi um importante avanço.

Oficialmente, a primeira universidade brasileira é bastante recente. Há quem defenda que tenha sido a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) criada em 1921 e há quem defenda que tenha sido a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, apoiada no modelo europeu de universidade (Vasncelos,2007; Almeida Filho, 2008). Com relação à criação da Universidade do Brasil em 1921, Almeida Filho (2008) indica que esta tratou-se de uma manobra política, congregando diversos cursos isolados, com a única finalidade de conceder honraria de titulação de Doutor Honoris Causa para o então Rei da Bélgica por ocasião das comemorações do centenário da independência. Este autor também critica o fechamento de uma experiência embrionária, iniciada por Anísio Teixeira em 1934, a Universidade de Distrito Federal. Somente após a era Vargas, em 1945, que as universidades foram federalizadas.

De toda forma, nos cabe a reflexão que, para os 518 anos de história do Brasil, desde a sua colonização, temos apenas 84 anos de organização de universidades no Brasil e 73 anos destas instituições federalizadas. Esse dado é importante pois nos fornece um contexto para a compreensão dos fenômenos que ocorrem ainda hoje em dia, um deles é a temática de gênero, de suas relações com o trabalho e da mulher docente.

O modelo de universidade atual, no Brasil, é eminentemente o lugar de produção do conhecimento científico (Carlotto & Pizzinato 2009; Mancebo, 2013; Mendonça. 2003; Oliveira & Moraes, 2016), constituindo-se como um espaço privilegiado no fazer docente. Ao centrar nessa produção, reveste os espaços universitários de extrema importância para a

promoção do desenvolvimento de diversos setores da sociedade. Frente a esse aspecto podemos vislumbrar que as universidades têm uma função social para além da estrita formação profissional.

Costuma-se dizer, com fundamentação nas reflexões e discussões, tanto antigas como modernas, que as principais tarefas de uma universidade seriam, por ordem decrescente de importância:

(a) a investigação, pois a verdade só é acessível a quem a procura sistematicamente;

(b) um centro de cultura com a finalidade de educar o ser humano no seu todo;

(c) o ensino, como a possibilidade de transmitir a verdade (Jaspers, 1965, p. 51). Evidentemente, verdade não precisa ser entendida como algo fechado e absoluto, mas como um processo de busca, uma instância crítica de compreensão dos seres humanos e do mundo (Guareschi, 2003, p.10).

A ausência da pesquisa, extensão e/ou da pós-graduação das universidades a reduz a espaços de ensino superior e de faculdades (Santos, 2008). Assim, ao produzir conhecimento científico, cria-se um movimento de reflexão crítica da realidade estudada e da própria produção científica. Toda essa importância das universidades reveste não só um importante status social para quem o ocupa, mas também constitui em um espaço de poder acadêmico (Furlin, 2016). Esses espaços historicamente, diferentemente do que ocorre no ensino básico, foram ocupados majoritariamente por homens com incremento de ingresso das mulheres nas últimas décadas.

Desta forma, se diversos indicadores (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018; Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2018) apontam para o fato de que: as mulheres têm mais tempo de escolarização que os homens, as mulheres são numericamente maiores como estudantes nas universidades, as mulheres apresentam ligeiramente mais que 50% das titulações de doutorado, naturalmente seria de se esperar que houvesse um equilíbrio em direção a uma paridade na docência em universidades.

Método

Para o desenvolvimento e execução deste estudo investigamos dados da mulher docente em Universidade Federal no cenário nacional assim como localmente, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foram observadas as normas e etapas preconizadas nas diretrizes éticas relacionadas às investigações envolvendo pesquisa com banco dados (Resolução CNS 510/2016) e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), popularmente conhecida como Lei da Transparência.

Referente aos dados nacionais, foram analisados os Censos da Educação Superior produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/Ministério da Educação (MEC) desde 1995. Os dados dos censos de 1995 a 1998 foram descartados neste estudo uma vez que não traziam o recorte da distribuição por gênero. Nacionalmente as dimensões coletadas referiram-se à quantidade de homens e mulheres da docência em universidade federal e a qualificação profissional geral.

Paralelamente também coletamos informações da base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) referente aos relatórios das Bolsas de Produtividade a Pesquisa (PQ) concedidas entre os anos de 2001 a 2015, disponibilizados no campo estatísticas do Programa “Mulher e Ciência”. Esse programa, lançado em 2005, como um esforço de entes do governo federal, visa, além de estimular a participação da mulher na ciência e no mundo acadêmico, o estudo e produção científica que permitam a compreensão das relações de gênero, mulheres e feminismos no Brasil.

Os dados locais foram coletados de duas formas. A UFPB disponibiliza, em livre acesso, em seu portal *online* do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH, 2018) dados de “total de docentes por titulação” e também “total de técnico-administrativos e docentes por unidade”. Contudo, como esses dados não estratificavam a distribuição por gênero, foram

solicitados, por e-mail, à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)/UFPB os dados: (1) referente ao quantitativos de mulheres e homens docentes; (2) o detalhamento da distribuição por qualificação profissional em cada gênero; e (3) o detalhamento da distribuição por classe funcional e por gênero. Esses três dados foram detalhados por menor unidade de lotação da(o) docente (departamento). Uma quarta informação foi solicitada, no que diz respeito ao quantitativo de docentes efetivos(as) e na ativa, distribuídos por gênero, nos últimos 20 anos (1998 a 2018).

Todas as informações, tanto nacionais quanto locais, foram organizadas, tabuladas e contabilizadas para podermos dar visibilidade aos dados aqui apresentados. Como todos esses dados trataram-se de censo não há a necessidade em se fazer teste estatístico, uma vez que trabalhamos com os dados totais e não estimativas.

A mulher docente na universidade federal: apontamentos a partir da realidade da UFPB

Desde a Constituição Federal de 1988 as universidades federais brasileiras são autarquias ou fundações públicas, dotadas de autonomia didático-científica, administrativa e financeira. Essa autonomia é uma liberdade de se autogerir, limitadas às leis federais, por isso não se confunde com soberania.

Com a expansão das universidades ocorrida no início dos anos 2000, passamos de 42 universidades federais em 2002 para 63 em 2014. Estas estão assim distribuídas pelas regiões: 05 (cinco) no Centro-Oeste, 10 (dez) no Norte, 18 no Nordeste, 19 no Sudeste e 11 no Sul, além dos Institutos Federais que desde 2012 ofertam também uma formação superior (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior [ANDIFES], 2018).

Com relação à UFPB, esta foi criada em 1955, sob a tutela do Estado da Paraíba, e federalizada em 1960 com abrangência nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. No ano de 2002, com a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), quatro *campi* da

UFPB passaram a ser daquela nova universidade (UFPB, 2018). Atualmente a UFPB é constituída de 04 (quatro) campi (Campus I - João Pessoa, Campus II – Areia, Campus III – Bananeiras e Campus IV – Rio Tinto e Mamanguape). Esses campi estão organizados em 16 Centros de Ensino, destes 13 estão no campus I. Oferta 109 cursos presenciais e 11 cursos à distância (conforme dados de Consulta de curso no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas [SIGAA]), disponibilizando 8.890 vagas no SISU 2018.

Das atuais 63 universidades federais brasileiras a UFPB é o 6º maior quadro no banco de professores-equivalentes (BPEq), com 4.908,17 (Portaria Interministerial MPOG-MEC nº 313, 2015). É importante pontuar que os quadros docentes das universidades federais brasileiras a partir de 2011 é organizada a partir da constituição de banco de professor-equivalente (Decreto 7.485/2011, alterado pelo Decreto 8.259/2014).

O banco de professor-equivalente é um parâmetro adotado entre dois Ministérios – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação – para a gestão do quadro docente das IFES. Este banco é constituído pelos(as) professores(as) efetivos(as) e substitutos(as) em exercício, além das perspectivas de expansão das universidades. Assim, para cada classe e nível é atribuído um valor, sendo um fator inteiro o(a) “professor do Magistério Superior, Classe A, com denominação Adjunto, nível 1, com regime de trabalho de quarenta horas semanais e titulação equivalente a doutor” (art. 2º do Decreto 8.259/2014).

Compreender como se dá a formação do banco de professor-equivalente é importante para analisarmos as possíveis correlações de forças da administração universitária na gestão docente. De forma direta podemos citar, por exemplo, a geração e destinação de novas vagas para concurso de docentes efetivas(os); a negociação de criação de novos componentes curriculares, cursos ou centros que demandem a contratação de novas(os) docentes e até mesmo a contratação de docentes substitutas(os) para os casos de afastamento para qualificação e até mesmo para as licenças maternidades das docentes.

Como mencionado anteriormente, a UFPB disponibiliza, no SIGRH, dados de “total de docentes por titulação” e também “total de técnico-administrativos e docentes por unidade”, podendo ser consultado em cada mês de referência, do atual até os onze meses imediatamente anteriores. Apesar de dar essa transparência das informações de seu quadro de servidores, não é possível verificar a proporção de mulheres ou homens que ali atuam. A falta desta informação por si só já é sintomática do quanto as questões de gênero permanecem frequentemente escondidas (Taborda & Engeroff, 2017), demonstrando uma invisibilidade para a temática de gênero e indicando prováveis elementos da ausência da discussão de uma política de gênero dentro da atividade docente. Se, por um lado, o conhecimento de tal distribuição nos permite ter elementos mais objetivos no que se refere não só a proporção de mulheres e homens no ensino superior, mas também observarmos quais são as áreas de concentração, por outro lado, também pode nos fornecer elementos de investigação do fazer docente.

A distribuição entre mulheres e homens docentes está representada na tabela 1.

Tabela 1. Distribuição do quadro de docentes efetivos(as) na ativa da UFPB, total por gênero e por Campus e por gênero, em outubro de 2018.

	MULHER		HOMEM		TOTAL	
	Frequência		Frequência		Frequência	
	F	%	F	%	F	%
Campus I – sede (João Pessoa)	1.094	41,71%	1.105	42,13%	2.199	83,84%
Campus II (Areia)	60	2,29%	68	2,59%	128	4,88%
Campus III (Bananeiras)	61	2,32%	71	2,71%	132	5,03%
Campus IV (Rio Tinto e Mamanguape)	91	3,47%	73	2,78%	164	6,25%
TOTAL UFPB	1.306	49,79%	1.317	50,21%	2.623	100%

Autoria própria. Fonte: Dados fornecidos por e-mail pela PROGEP sobre a situação em 16/10/18.

Observamos que os dados gerais, tanto de toda a UFPB quanto de cada um dos 4 *campi*, aparentemente indicam uma distribuição equilibrada, apontando para uma possível paridade na ocupação. A proporção de mulheres e homens na docência nas universidades federais é similar também ao cenário geral das universidades federais brasileiras, no qual, em 2017, do total de 95.772 docentes de Universidades Públicas Federais, 43.972 (45,91%) são mulheres e 51.800

(54,09%) homens (INEP, 2018). O levantamento da série histórica do quantitativo do quadro docente efetivo e sua distribuição entre mulher e homem, nos últimos 20 anos na UFPB e nos últimos 18 anos no Brasil estão representados a seguir.

Tabela 2. UFPB, Série Histórica de 1998 a 2018 da distribuição do quadro docente efetivos(as) na ativa (em exercício e afastados) por gênero.

	MULHER		HOMEM		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
1998	926	37,34%	1.554	62,66%	2.480	100%
1999	890	37,11%	1.508	62,89%	2.398	100%
2000	873	37,15%	1.477	62,85%	2.350	100%
2001	867	37,50%	1.445	62,50%	2.312	100%
2002*	895	38,00%	1.460	62,00%	2.355	100%
2003	576	40,25%	855	59,75%	1.431	100%
2004	614	41,21%	876	58,79%	1.490	100%
2005	619	41,63%	868	58,37%	1.487	100%
2006	653	41,02%	939	58,98%	1.592	100%
2007	661	41,81%	920	58,19%	1.581	100%
2008	739	43,09%	976	56,91%	1.715	100%
2009	858	45,13%	1.043	54,87%	1.901	100%
2010	925	45,50%	1.108	54,50%	2.033	100%
2011	1.007	47,01%	1.135	52,99%	2.142	100%
2012	1.059	47,11%	1.189	52,89%	2.248	100%
2013	1.194	47,84%	1.302	52,16%	2.496	100%
2014	1.216	48,27%	1.303	51,73%	2.519	100%
2015	1.248	48,90%	1.304	51,10%	2.552	100%
2016	1.277	49,25%	1.316	50,75%	2.593	100%
2017	1.284	49,33%	1.319	50,67%	2.603	100%
2018	1.306	49,79%	1.317	50,21%	2.623	100%

* Desmembramento e criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Autoria própria. Fonte: Dados fornecidos por e-mail pela PROGEP em 24/10/2018

Tabela 3. Brasil, Série Histórica de 1999 a 2017 da distribuição do quadro docente efetivos(as) na ativa (em exercício e afastados) por gênero.

	MULHER		HOMEM		TOTAL	
	Frequência		Frequência		em exercício (+afastados)	
	F	%	F	%	F	%
1999 (39 IFES)	17.909	40,30%	26.526	59,70%	44.435	100%
2000 (39 IFES)	19.498	40,69%	28.424	59,31%	47.922	100%
2001 (39 IFES)	20.216	41,32%	28.710	58,68%	48.926	100%
2002 (43 IFES)	19.746	41,09%	28.310	58,91%	48.056	100%
2003 (44 IFES)	20.087	41,36%	28.483	58,64%	48.570	100%
2004 (46 IFES)	20.504	41,76%	28.600	58,24%	49.104	100%
2005 (52 IFES)	21.492	41,46%	30.346	58,54%	51.838	100%
2006 (53 IFES)	22.015	41,63%	30.866	58,37%	52.881	100%
2007 (55 IFES)	23.944	42,13%	32.889	57,87%	56.833	100%
2008 (55 IFES)	24.490	42,45%	33.198	57,55%	57.688	100%
2009 (55 IFES)	30.381	43,54%	39.397	56,46%	69.778	100%
2010 (58 IFES)	32.242	43,54%	41.817	56,46%	74.059	100%
2011 (59 IFES)	34.678	44,05%	44.046	55,95%	78.724	100%
2012 (59 IFES)	36.330	44,51%	45.294	55,49%	81.624	100%
2013 (62 IFES)	38.425	44,94%	47.082	55,06%	85.507	100%
2014 (63 IFES)	40.100	45,18%	48.648	54,82%	88.748	100%
2015 (63 IFES)	41.555	45,50%	49.782	54,50%	91.337	100%
2016 (63 IFES)	43.214	45,81%	51.114	54,19%	94.328	100%
2017 (63 IFES)	43.972	45,91%	51.800	54,09%	95.772	100%

Autoria própria. Fonte: INEP (2018)

Os dados que representam o crescimento da participação de mulheres na docência em universidades federais, na UFPB e no Brasil, apresentados nas tabelas 1 e 2, podem ser observados também nos gráficos

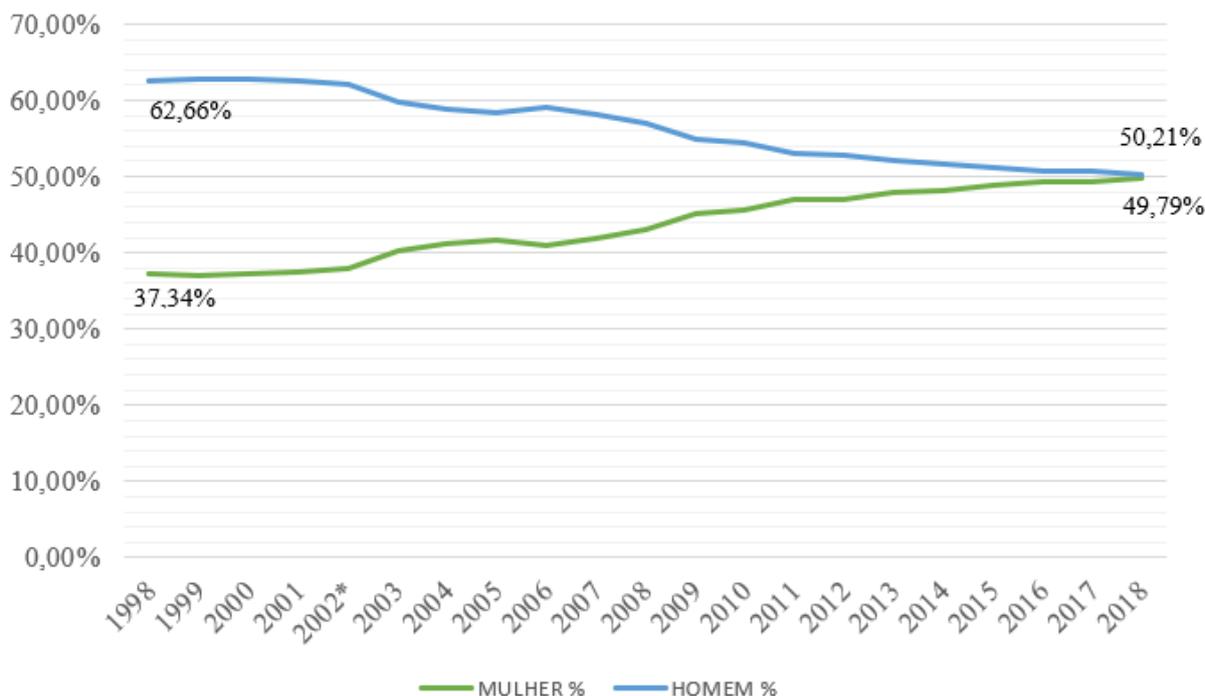
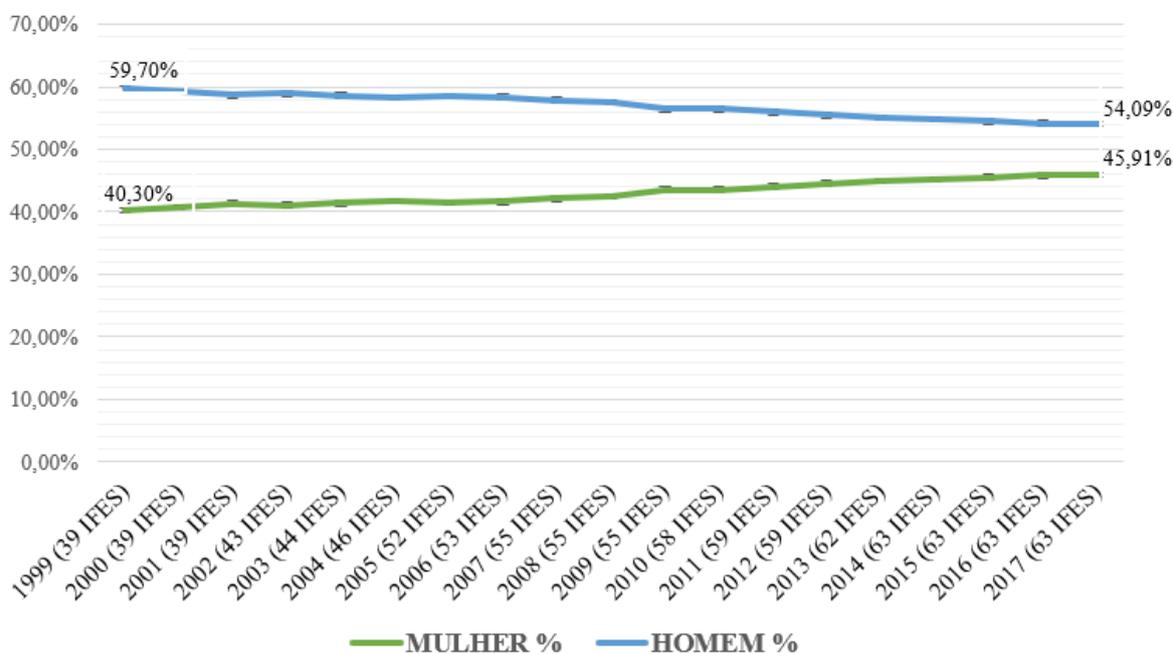


Gráfico 1:
UFPB, Série Histórica de 1998 a 2018 da distribuição do quadro docente efetivos(as) na ativa (em exercício e afastados) por gênero.

Fonte: Dados fornecidos por e-mail pela PROGEP em 24/10/2018



	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
MULHER %	40,30	40,69	41,32	41,09	41,36	41,76	41,46	41,63	42,13	42,45	43,54	43,54	44,05	44,51	44,94	45,18	45,50	45,81	45,91
HOMEM %	59,70	59,31	58,68	58,91	58,64	58,24	58,54	58,37	57,87	57,55	56,46	56,46	55,95	55,49	55,06	54,82	54,50	54,19	54,09

Gráfico 2:
Brasil, Série Histórica de 1999 a 2017 da distribuição do quadro docente efetivos(as) na ativa (em exercício e afastados) por gênero.

Autoria própria. Fonte: INEP (2018)

Tanto o movimento local quanto o nacional indicam um crescimento da representação da participação das mulheres das universidades federais. Na UFPB houve um aumento em 12,45% da participação das mulheres na docência nos últimos 20 anos (tabela 2). No cenário nacional esse crescimento foi (tabela 3) foi menos significativo, tendo sido de 5,61% em período similar, nos últimos 18 anos.

Contudo, olhar apenas para o dado numérico geral, sem olharmos minimamente aonde essas mulheres estão mais inseridas e quais possíveis atividades estão fazendo pode nos levar a conclusões enganosas, no sentido de interpretarmos como uma situação de equidade. Ao analisarmos alguns aspectos mais pormenorizados temos alguns indicadores das repercussões da estrutura social das relações de gênero engendrados também no funcionamento acadêmico-administrativo da universidade federal. Nos deteremos aos dados de qualificação, classe funcional e cargo de gestão dos centros.

A mesma distribuição do total geral da UFPB não se repete na distribuição docente de mulheres e homens por Centro / área. Esta distribuição está representada no gráfico 3.

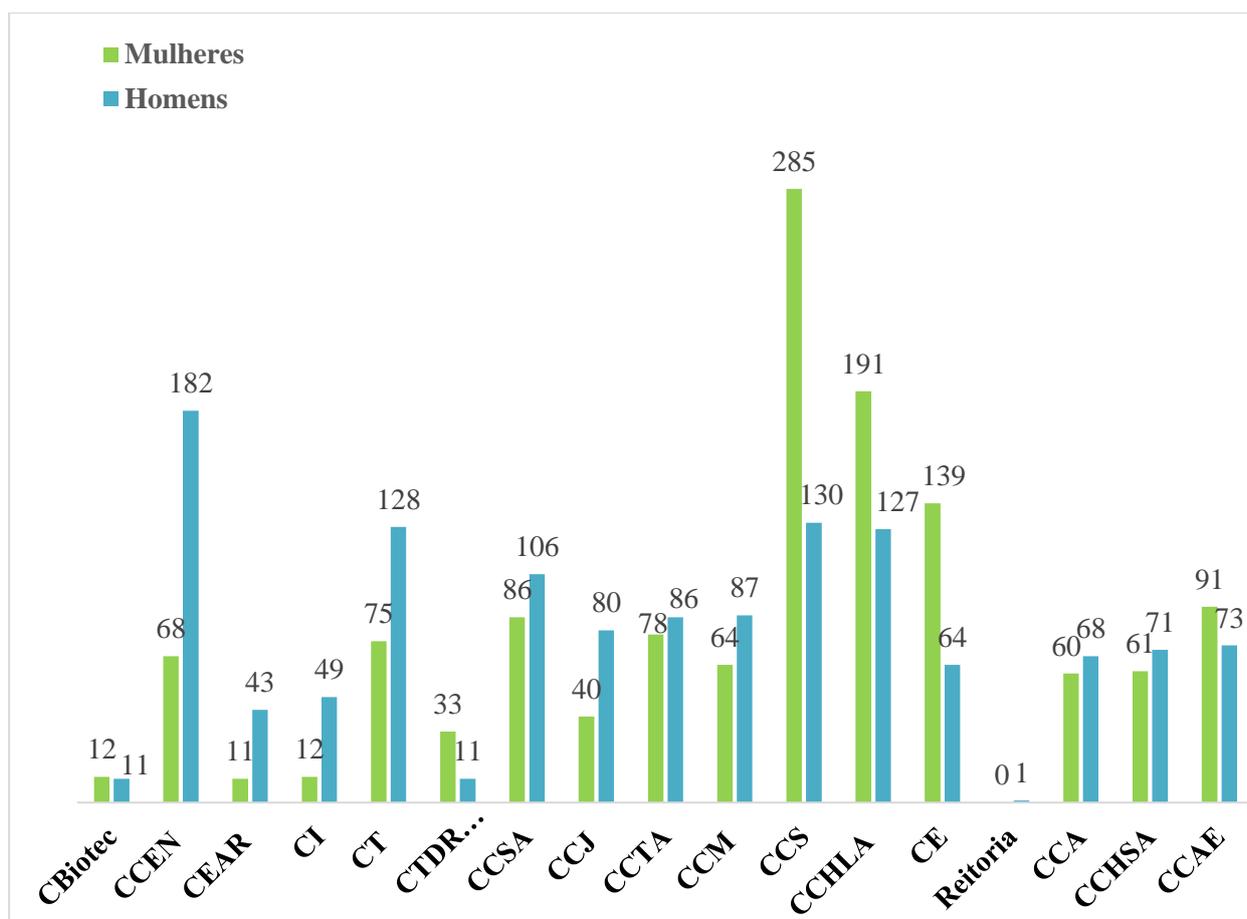


Gráfico 3: Distribuição de docentes ativas(os) da UFPB por Centro e por gênero (N = 2.623)
 Autoria própria. Fonte: Dados fornecidos por e-mail pela PROGEP sobre a situação em 16/10/18.

Coadunando com a literatura, observamos uma concentração de docentes mulheres em torno de áreas relacionadas à educação e aos cuidados em saúde, pois envolvem características e habilidades ditas femininas. Os três centros que tem a maioria de mulheres (CCS, CCHLA e CE) representam 47,10% das mulheres da UFPB. Nesta mesma direção chama atenção o fato de que em áreas como a de tecnologias, produção e jurídica observamos uma alta concentração de homens. A título de exemplo está o Departamento de Física do CCEN, no qual não tem nenhuma mulher em seu quadro dos 32 docentes ali lotados.

Esse panorama que se apresenta na UFPB não é diferente de demais universidades federais. Reproduzem-se nesta instituição as mesmas estruturas sócio-laborais da divisão sexual do trabalho, do processo de feminização, das naturalizações e dos estereótipos de gênero. Tampouco é diferente do que ocorre em outros países, a exemplo de Portugal no qual

observamos distribuição similar (Saavedra, Vieira, Araújo, Faria, Silva, Loureiro, Taveira & Ferreira, 2011).

A titulação do quadro efetivo de docente da UFPB é demonstrada na tabela 4.

Tabela 4.

Distribuição do quadro de docentes efetivos(as) da UFPB, total por gênero e por titulação, em outubro de 2018.

	MULHER			HOMEM			Total	
	F	% no gênero	% do total	F	% no gênero	% do total	F	% do total
Sem graduação	0	---	---	1	0,08%	0,03%	1	0,03%
Graduação	31	2,37%	1,18%	37	2,81%	1,41%	68	2,59%
Especialização	12	0,92%	0,46%	33	2,51%	1,26%	45	1,72%
Mestrado	269	20,60%	10,26%	213	16,17%	8,12%	482	18,38%
Doutorado	994	76,11%	37,90%	1.033	78,44%	39,38%	2.027	77,28%
TOTAL	1.306	100%	49,79%	1.317	100%	50,21%	2.623	100%

Autoria própria. Fonte: Dados fornecidos por e-mail pela PROGEP sobre a situação em 16/10/18.

Para melhor ilustrar esses dados, E alternativamente no gráfico 4

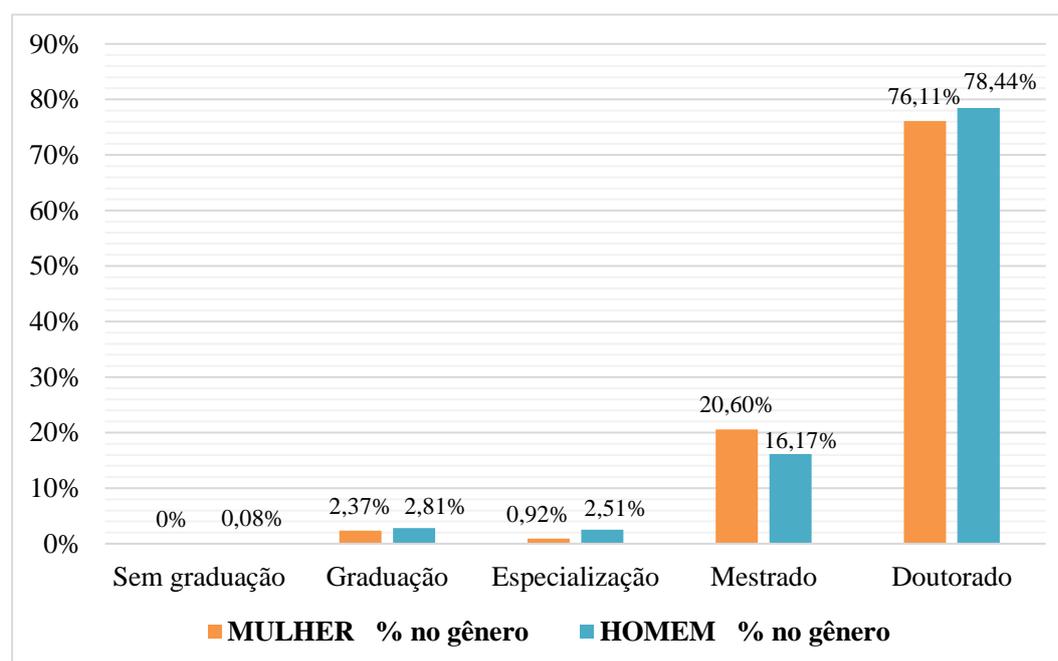


Gráfico 4: Distribuição de docentes ativas(os) da UFPB por titulação (N = 2.623)

Autoria própria. Fonte: Dados fornecidos por e-mail pela PROGEP sobre a situação em 16/10/18.

Podemos observar que na UFPB quase a totalidade a grande maioria do quadro docente tem doutorado, sendo 76,11% das mulheres doutoras e 78,44% dos homens doutores. Se adicionarmos a esses grupos a titulação de mestrado chegamos ao percentual de 96,71% para

as mulheres e 94,61% de homens. Chama a atenção de um pequeno quantitativo de docente sem graduação, ou seja, apenas com o ensino básico, (0,08%), muito provavelmente ingressante de legislação antigas.

O quadro de titulação observado na UFPB assemelha-se com o que ocorre nacionalmente. Muito embora o INEP (2018) não faça o recorte de gênero por qualificação profissional, observamos que o crescimento de docentes com doutorado foi expressivo, chegando a representar 72,18% da titulação da categoria docente em universidades federais.

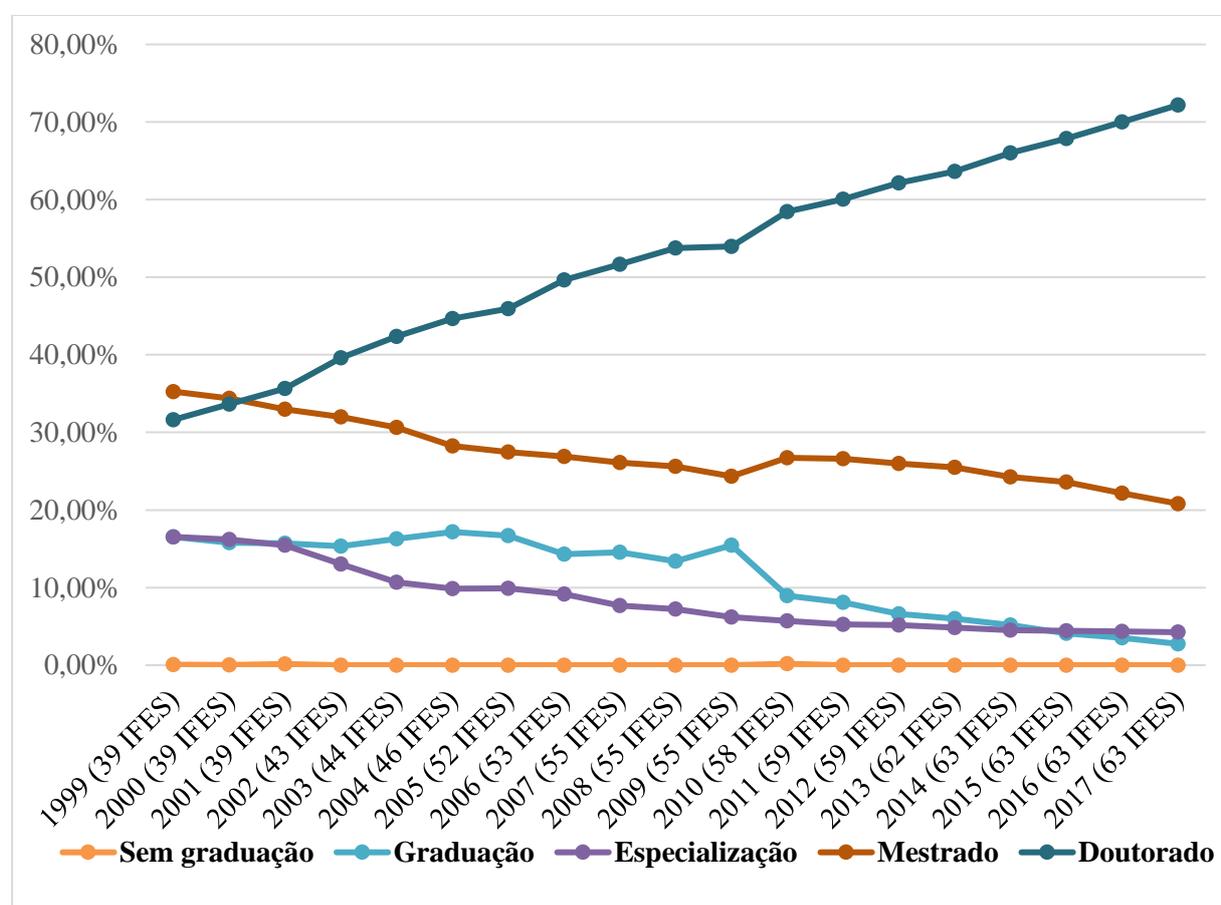


Gráfico 5: Titulação do quadro docente efetivo na ativa das Universidades Federais ao longo dos anos de 1999 a 2017.

Autoria própria. Fonte: INEP (2018)

A Carreira de Magistério Superior das universidades federais é atualmente regida pela Lei 12.772/2012. As progressões podem ser requeridas no interstício de cada 24 meses, desde que tenha seu relatório de atividades, com comprovação de ter atingido pontuação mínima,

aprovado. Esta lei estipula que para a classe de Associado, somente pode requerer docentes com doutorado e ser aprovado(a) em avaliação de desempenho. Cabe a cada universidade estipular e normatizar os critérios desse processo. Na UFPB a pontuação mínima para aprovação do relatório de atividades, deve também apresentar publicação de produção intelectual, aumentando a necessidade a cada nível dessa classe (Resolução CONSEPE/UFPB 54/2006).

Para a classe de titular até 2012 era necessário fazer um outro concurso para tal, passando essa classe, a partir da reestruturação de carreira em 2012 a integrar o Plano de Carreiras do Magistério Superior. Assim, docentes integrantes dos quadros das universidades podem requerer a promoção para titular, caso atendam aos requisitos de ter o título de doutorado, estar há 02(dois anos) na classe nível anterior, Associado-IV, ter relatório de desempenho aprovado e ter memorial aprovado por banca de titulares dos quais 75% devem ser externos à instituição. Este memorial deverá comprovar atividade e contribuição nas 5 (cinco) dimensões da vida acadêmico-universitária: ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, além de produção em sua área. Alternativamente o(a) docente pode apresentar e defender tese acadêmica inédita (Resolução CONSEPE/UFPB 33/2014).

Tabela 5.

Distribuição do quadro docente na ativa UFPB total por gênero e por classe funcional (N = 2.623)

	MULHER			HOMEM			Total	
	F	% no gênero	% do total	F	% no gênero	% do total	F	% do total
EBTT	76	5,82%	2,90%	48	3,64%	1,83%	124	4,73%
Auxiliar	161	12,33%	6,14%	150	11,39%	5,72%	311	11,86%
Assistente	87	6,66%	3,32%	89	6,78%	3,39%	176	6,71%
Adjunto	577	44,18%	22%	510	38,72%	19,44%	1.087	41,44%
Associado	332	25,42%	12,65%	402	30,52%	15,33%	734	27,98%
Titular	73	5,59%	2,78%	118	8,96%	4,50%	191	7,28%
TOTAL	1.306	100%	49,79%	1.317	100%	50,21%	2.623	100%

Autoria própria. Fonte: Dados fornecidos por e-mail pela PROGEP sobre a situação em 16/10/18.

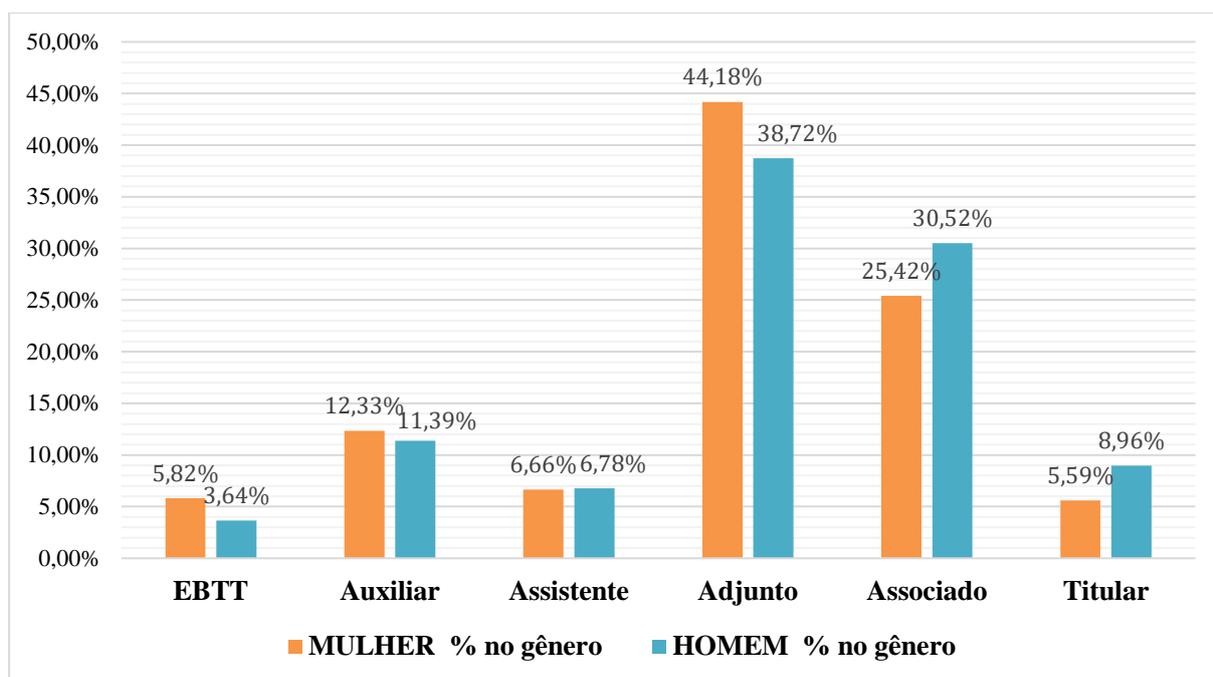


Gráfico 06:

Distribuição do quadro docente na ativa da UFPB total por gênero e por classe funcional (N = 2.623)
 Autoria própria. Fonte: Dados fornecidos por e-mail pela PROGEP sobre a situação em 16/10/18.

Com relação à classe funcional, a maior proporção de mulheres é na classe adjunto. Não acompanhando proporções similares nas classes ditas topo da carreira, Associado e Titular. Como observamos, apesar de as mulheres terem atualmente praticamente a mesma participação na docência da UFPB e serem majoritariamente doutoras, quando analisamos a progressão de carreira nas classes funcionais associado e titular a mesma proporção – de ter frequência similar ao do homem – não se verifica. Cabe destacar que a classe de Associado foi criada em 2006 e a possibilidade de promoção para a classe de Titular permitida a partir de 2013. Desta forma, a interpretação de que questão temporal, no que diz respeito à representatividade de mulheres na docência da UFPB, observada no gráfico 1, poder ser um fator preponderante para justificar a não progressão das mulheres para as classes finais, parece não se sustentar. Principalmente se observarmos que no quadro geral das universidades federais, gráfico 5, o quantitativo de docentes com titulação de doutorado chegou a 50% do quadro docente em 2006, nos sinalizando que se fosse por uma questão preponderante do tempo, os homens também teriam dificuldades semelhantes. Assim, esse fenômeno nos aponta uma indagação: se as mulheres na docência, em

universidades federais, têm avançado a cada ano a sua representação, atrelada a questão de quem tem formação pós-graduada na mesma proporção que os homens, era de se esperar que tivessem uma representação dentro de gênero mais significativa nas classes de associado e titular. Por que isso não ocorre?

Esse dado nos leva a crer que as barreiras impostas pelas relações de gênero e trabalho, divisão sexual do trabalho, assim como das questões do trabalho produtivo e reprodutivo (Hirata & Kergoat, 2007; Kergoat, 2009). são elementos importantes para a reflexão deste ponto. Estes, somados às normatizações internas para solicitarem as progressões para essas classes podem se constituir como um importante barreira para as carreiras das mulheres. As universidades têm “mecanismos instituídos internamente na academia, que reproduzem os vieses sexuais socialmente existentes” (Fiúza, Pinto & Costa, 2016, p.805).

Um importante termômetro da produção científica no Brasil é a concessão de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq. Estas têm o objetivo de valorizar e estimular a produção científica, concedendo, à pesquisadores(as) que se destacam em sua área e entre seus pares, bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), regida pela Resolução Normativa CNPq 28/2015, anexo III. A bolsa tem várias categorias e níveis (2F, 2, 1D, 1C, 1B, 1A e PQ-Sr), com valores finais, somadas a bolsa e adicional de bancada, que variam de R\$ 1.100,00 a R\$ 2.800,00. Para concorrer a esta bolsa, a regra geral é possuir o título de doutorado e dedicar-se às atividades de pesquisa propostas, além de regras específicas apontadas por cada área de conhecimento organizadas por meio de seu Comitê de Assessoramento.

Em 2015 o CNPq criou o programa “Mulher e Ciência”, com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no Brasil e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. A partir desse programa, disponibiliza estatísticas de mulheres na ciência, uma delas referente às bolsas PQ. Muito embora essa preocupação, os últimos dados disponíveis no portal do CNPq em 2018

são referentes ao ano de 2015.

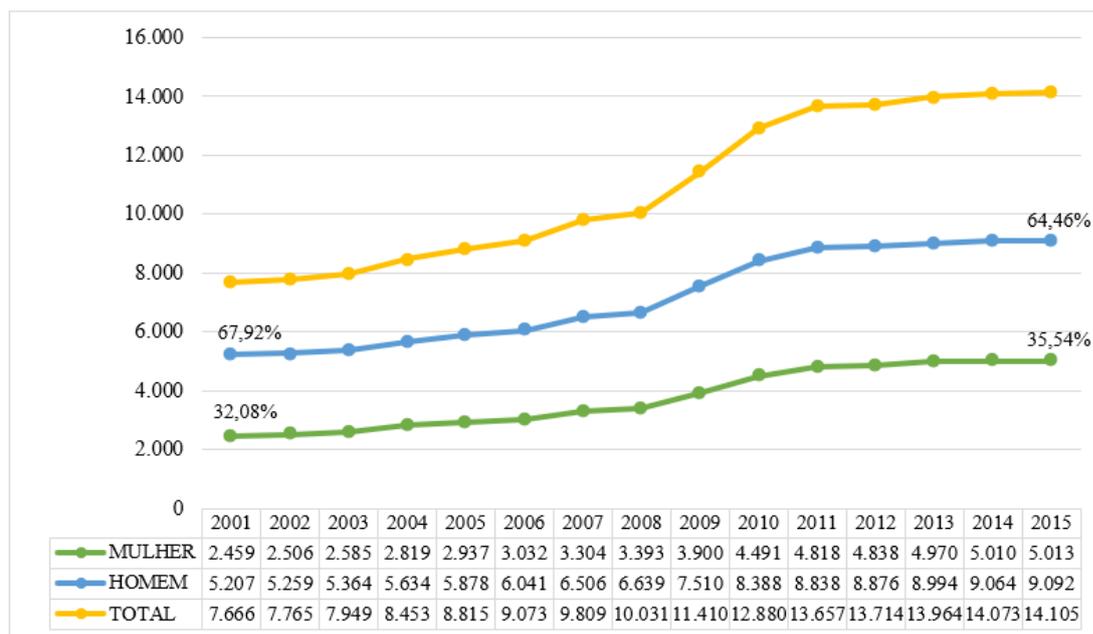


Gráfico 07:

Distribuição de Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq por Gênero, de 2001 a 2015
 Autoria própria. Fonte: CNPq (2018)

Este cenário confirma a dificuldade das mulheres desenvolverem-se profissionalmente, pois mesmo tendo sido dobrado a quantidade total das bolsas PQ no intervalo de 14 anos, a participação das mulheres permaneceu em torno dos 30% das bolsas concedidas.

Dois aspectos chamam atenção como elementos de reflexão para essa questão. Como se para alcançar os mais altos patamares da carreira universitária há a necessidade em se comprovar produção intelectual, que na maior parte das vezes decorre da prática de pesquisa e se as mulheres estão menor representadas nas classes de titular e de bolsista PQ, algo está acontecendo que precisa ser mais bem investigado. Outro aspecto refere-se à questão: se a produção científica é função da docência das universidades (Mancebo, 2013), como fica a mulher docente nesse cenário? O reconhecimento que essa mulher possa ter no mundo acadêmico, uma vez que como já apontamos, a função social da universidade está relacionada com a produção e difusão do conhecimento, passando pela prática da pesquisa, e se esta está possivelmente menor representada nesta atividade pode ter o reconhecimento de sua prática

docente prejudicada entre os pares. Essa situação, no qual há uma cultura masculina em torno da academia universitária, no que diz respeito à produção científica e gestão acadêmica também é observada por Acker (2003).

Outro aspecto diz respeito aos espaços de gestão universitária. Aqui analisamos os maiores espaços após a reitoria, ou seja, as direções de centro. Quando analisamos qual o gênero de quem ocupa os cargos de gestão dos Centros desaparece a situação geral de equilíbrio. Como podemos observar, dos 16 Centros em toda a UFPB apenas 03 (três) centros são geridos por mulheres (18,75%). Santos, Pereira e Lopes (2018) apontam que a gestão acadêmica é uma outra exigência, para a atividade docente em universidades – uma vez que apenas docentes podem assumir cargos de Direção de Centro e Reitoria–, além do tripé ensino-pesquisa-extensão.

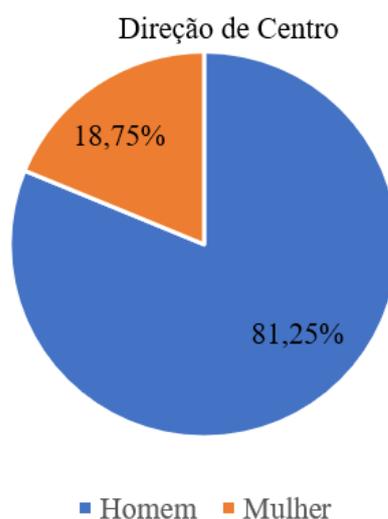


Gráfico 08:
Distribuição de docentes em cargo de Direção de Centro na UFPB (N = 16)
Autoria própria. Fonte: SIGRH/UFPB (2018)

Coadunando com a situação apresentada na UFPB, Warde e Rocha (2018) apontam que os mais altos postos da gestão educacional em todos os países do ocidente são ocupados por homens. Essas situações apresentadas não podem se pautar em explicações simplistas nas quais seriam por uma indisponibilidade, falta de vontade ou mesmo falta de competência

administrativa ou técnica da mulher, mas sim como ilustrativas de um cenário ainda desigual, com barreiras para a mulher, permeado pelas relações de poder do saber e do fazer, sem refletir em que se baseiam em práticas e normas a partir de uma ótica naturalizante do ser mulher e invisibilizando o processo sócio-histórico que imputa à mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico, dito de reprodução ou improdutivo.

Considerações finais

Observamos que a docência em universidade federal reveste-se em espaço privilegiado, pois este constitui-se também na produção científica. Ao longo do tempo houve um considerável incremento de mulheres no quadro docente tanto da UFPB quanto das universidades federais do Brasil.

Apesar de as mulheres terem quase o mesmo percentual de doutorados que os homens, não têm, na UFPB, a mesma frequência na participação nas classes finais da carreira – associado e titular –, têm, nacionalmente, apenas em torno de 35% das bolsas PQ do CNPq, e ocupam, na UFPB, apenas 18,75% das gestões das direções de centro – situação não diferente das demais universidades federais.

Esses indicadores nos levam a crer que a universidade é um meio de reprodução das diferenças de gênero (Backes, Thomaz & Silva, 2016), nos quais os espaços organizacionais das universidades federais são revestidos por uma relação de poder arraigada, os quais se traduzem em uma importante divisão sexual do trabalho, processos de feminização além de criação de mecanismos que dificultam a progressão das mulheres docentes na carreira acadêmico-científica. Os espaços decisórios são muito provavelmente orientados pela ótica desse grupo majoritário na gestão, que acabam por ocupar os espaços de representação docente em conselhos superiores e de formulação das normas universitárias que impactam nas condições e organização do trabalho docente. Assim, entendemos que o conhecimento da

realidade numérica é importante pois nos dá indicadores para a necessidade de estudos que busquem compreender os processos e o fenômeno, além de subsidiar o fomento de políticas públicas de gênero e trabalho para as universidades federais e conseqüentemente para a ciência.

Referências

- Acker, S. (2003). The concerns of canadian women academics: will faculty shortages make things better or worse?. *McGill Journal of Education*, 38(03), pp. 391-406. Disponível em: <http://mje.mcgill.ca/article/view/8702/6645>
- Almeida Filho, N. (2008). Reformas da universidade: breve histórico. In B. S. Santos & N. Almeida Filho. *A universidade do século XXI: para uma universidade nova* (pp 111-143). Coimbra: Almedina.
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. (2018). *Universidades*. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/>
- Backes, V. F., Thomaz, J. R. & Silva, F. F. (2016). Mulheres docentes no ensino superior: problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade (CETS)*, 9(2), 166-181. doi: <http://dx.doi.org/10.14571/cets.v9.n2.166-181>, Disponível em: <http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/viewFile/354/173>
- Carlotto, M. S., & Pizzinato, A. (2009). Produção do conhecimento e Universidade. *Aletheia*, (30), 8-9. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200001&lng=pt&tlng=pt
- Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2018). *Programa Mulher e Ciência – Estatísticas*. Disponível em: www.cnpq.br/web/guest/estatisticas1/
- Decreto 7.485, de 18 de maio de 2011*. Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7485.htm
- Decreto 8.259, de 29 de maio de 2014*. Altera o Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, que dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, e altera o Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, que dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculados ao Ministério da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8259.htm

- Fiúza, A. L. C., Pinto, N. M. A., & Costa, E. R. (2016). Desigualdades de gênero na universidade pública :a prática dos docentes das ciências agrárias em estudo. *Educação e Pesquisa*, 42(3), 803-818. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609148223>
- Furlin, N. (2016). Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”. *Cadernos Pagu*, s/v(48), e164816. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201600480016>
- Guareschi, P. A. (2003). Refletindo o contemporâneo. In P. A. Guareschi, A. Pizzinato, L. L. Krüger, & M. M. K. Macedo. (Orgs.). *Psicologia em questão: reflexões sobre a contemporaneidade* (pp. 9-14). Porto Alegre: EDIPUCRS. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8574304042>
- Heilborn, M. L. & Sorj, B. (1999). Estudos de gênero no Brasil. In S. Miceli (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* (pp.183-221). ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneron_oBrasil1.pdf
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132), 595-609. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. (2018). Sinopses Estatísticas da Educação Superior – 2017 a 1995. INEP: Brasília. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: H. Hirata; F. Laborie; H. Le Doaré; D. Senotier. (Orgs.) *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67-75). São Paulo: EdUNESP.
- Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.* Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm
- Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012.* Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior (...). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm
- Mancebo, D. (2013). Trabalho docente e produção de conhecimento. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 519-526. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000300006>

- Mendonça, A. W. P. C. (2003). A pós-graduação como estratégia de reconstrução da Universidade Brasileira. *Educar em Revista*, (21), 01-20. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.296>
- Oliveira, J. F., & Moraes, K. N. (2016). produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios. *Educação em Revista*, 32(4), 73-95. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-4698161626>
- Portaria Interministerial MPOG/MEC 313, de 04 de agosto de 2015, Ficam alterados os fatores de que tratam os incisos do caput do art. 2º do Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011. Disponível em: www.ufrb.edu.br/portal/images/concursos/professor-efetivo/portaria-mec-313-2015.pdf
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPB (2018). *Base de dados docentes*. Informações fornecidas por e-mail (16/10/2018).
- Resolução CNS 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- Resolução CONSEPE/UFPB 54/2006*. Estabelece o Sistema de Avaliação das Atividades do Magistério Superior para efeito de Progressão Funcional para a Classe de Professor Associado e dá outras providências. Disponível em: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=229408&key=740ef0484f8bc303b2b612118f1a541b>
- Resolução CONSEPE/UFPB 33/2014*. Regulamenta o processo de avaliação para fins de promoção à classe “E” (Professor Titular) do magistério superior na Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=96153&key=aa289af585b626624309777d74e873fb>
- Saavedra, L., Vieira, C. M., Araújo, A., Faria, L., Silva, A. D., Loureiro, T., Taveira, M. C., & Ferreira, S. (2011). (A)simetrias de gênero no acesso às Engenharias e Ciências no ensino superior público. *Ex Aequo*, (23), 163-177. Disponível em: www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n23/n23a13.pdf
- Santos, B. S. (2008). A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In B. S. Santos & N. Almeida Filho. *A universidade do século XXI: para uma universidade nova* (pp 13-110). Coimbra: Almedina.
- Santos, C. C., Pereira, F., & Lopes, A. (2018). Experiências da Gestão Acadêmica da Docência Universitária. *Educação & Realidade*, 43(3), 989-1008. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/2175-623674106>
- Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos/UFPB (2018). *Técnico-Administrativos e Docentes por unidade. Referência: setembro/2018*. Disponível em: https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/abas/form_consulta_quantitativos.jsf

- Taborda, L. R., & Engeroff, A. M. B. (2017). Mapeando o lugar da mulher docente na Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Sociais e Humanas*, 30 (2), 55-69. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/2317175827596>
- Vasconcelos, I. M. (2007). *A federalização do ensino superior no Brasil* (dissertação de mestrado). Brasília: UNB. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2525/1/2007_IsamaraMartinsVasconcelos.pdf
- Warde, M. J., & Rocha, A. C. S. M. (2018). Feminização do magistério e masculinização do comando educacional: estudos no Teachers College da Universidade de Columbia (1927-1935). *Educar em Revista*, 34(70), 35-50. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.58725>

ARTIGO 4

***Relação Gênero e Trabalho:
Dinâmica Psíquica das Mulheres Docentes da UFPB***

Relação gênero e trabalho: dinâmica psíquica das mulheres docentes da UFPB

Resumo

O presente artigo visa investigar a dinâmica psíquica de mulheres docentes em universidade federal a partir da relação gênero e trabalho. Este estudo teve um cunho qualitativo, no qual foram realizadas entrevistas individuais no contexto de trabalho das mulheres docentes de diferentes cursos do campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Analisamos evidências das expressões da relação gênero e trabalho da mulher docente da UFPB, assim como as repercussões dessas no processo de naturalização das barreiras impostas e dos movimentos para enfrentamento desta situação. Evidenciamos que, apesar de as mulheres terem proporcionalmente a mesma qualificação profissional que os homens, têm nos modelos atuais de universidade federal barreiras invisíveis impostas para a condução da carreira docente, criando-se espaços de poder que privilegiam o fazer e o saber dos homens.

Palavras-chave: gênero e trabalho; dinâmica psíquica; docência em universidade federal.

Relationship between gender and work: psychic dynamics of female professor at the UFPB

Abstract

This article aims to investigate the psychic dynamics of female professors at a federal university based on gender and work relationship. This study had a qualitative character, in which individual interviews were carried out in the context of the work of the female professors of different courses of the main campus (Campus I) of the Federal University of Paraíba (UFPB). We analyzed evidences of the expressions of the relation between gender and work of the teaching woman of the UFPB, as well as the repercussions of these evidences in the process of naturalization of the barriers imposed and the movements to face this situation. We show that, although women have the same professional qualification as men, they have in the current models of federal university, invisible barriers imposed to conduct their teaching career, creating spaces of power that privilege the doing and the knowledge of men.

Keywords: gender and work; psychic dynamics; teaching at a federal university.

Relación género y trabajo: dinámica psíquica de las mujeres docentes de la UFPB

Resumen

El presente artículo busca investigar la dinámica psíquica de mujeres docentes en la universidad federal a partir de la relación género y trabajo. Este estudio tuvo un cuño cualitativo, en el cual se realizaron entrevistas individuales en el contexto de trabajo de las mujeres docentes de diferentes cursos del campus I de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB). Analizamos evidencias de las expresiones de la relación género y trabajo de la mujer docente de la UFPB, así como las repercusiones de éstas en el proceso de naturalización de las barreras impuestas y de los movimientos para enfrentar esta situación. Evidenciamos que, a pesar de que las mujeres tienen proporcionalmente la misma calificación profesional que los hombres, tienen en los modelos actuales de universidad federal barreras invisibles impuestas para la conducción de la cartera docente, creándose espacios de poder que privilegian el hacer y el saber de los hombres.

Palabras clave: género y trabajo; dinámica psíquica; docencia en universidad federal.

A divisão sexual do trabalho tem como premissa que há espaço de hierarquização do poder e do saber, havendo assim trabalho de homem e de mulher, sendo atribuído maior valor social e laboral ao trabalho de homem (Hirata, 2011; Hirata & Kergoat, 2007; Kergoat, 2009). Dada a constituição da docência em universidades federais, partindo da premissa que o ingresso na carreira por via concurso público poderia promover o equilíbrio dos tensionamentos sócio-históricos de gênero na organização do trabalho, espaço que ultrapassaria os processos da divisão sexual do trabalho, pretendemos com o presente artigo discutir a relação gênero e trabalho a partir da dinâmica psíquica das docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A docência em universidades é marcada pelo princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, atrelada ao desenvolvimento das atividades administrativas e/ou de gestão acadêmica. Nos últimos anos se acentuou também a necessidade em ser um(a) profissional que consiga captar recursos externos à universidade para conseguir fomento aos seus projetos. Frente a essa demanda, podemos identificar o objetivo e a função de uma universidade pública, tanto nas suas dimensões ético-políticas quanto nas suas dimensões didático-pedagógicas. Desta forma, além de proporcionar uma formação de excelência, o ensino-pesquisa-extensão configura-se como uma das maiores virtudes e expressões de compromisso social das universidades públicas (Martins, 2006).

Nesta perspectiva, o ensino superior assume uma dupla função que se articula entre si. Por um lado, tem a incumbência da formação profissional, implicando a aprendizagem de um conjunto de conhecimentos e domínios teórico-metodológicos e técnicos; por outro, tem a função de fomentar uma capacidade crítica do conhecimento com o devido rigor, cientificidade e criticidade das condições histórico-sociais nas quais o seu exercício ocorrerá (Silva, 2001).

Paralelamente a essas funções, o processo de “mercantilização do ensino” (Mancebo, 2004) tem afetado sobremaneira o trabalho docente em universidades e trazido novas exigências

à essas(es) docentes expressados em necessidades de características de flexibilidade, polivalência e integração, o que é corroborado por Lemos (2011, p. 118):

Na medida em que o Estado orienta a carreira para a pesquisa (através de recursos e recompensas), transforma o ensino em algo menos importante, até mesmo aversivo para alguns professores. Quando estimula a competição, através do financiamento individual externo e do sistema meritocrático, gera o esgarçamento do vínculo social e conflitos interpessoais, criando, muitas vezes, um clima de trabalho desfavorável à integração do conhecimento

Desta forma, o tripé indissociável do ensino-pesquisa-extensão tem uma via, a pesquisa, que tem atribuída mais valor acadêmico e, portanto, social. Cria-se, assim, um ideal docente pesquisador(a) a ser almejado. E esse processo pode promover o esgarçamento das relações de trabalho, na formação de coletivos e também intensificar a divisão sexual do trabalho na docência.

Método

Para abordar a dinâmica psíquica das mulheres docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) nos respaldamos em método qualitativo (Clot, 2006; Minayo, 2010; Santos, 2006), privilegiando a fala das participantes por meio de entrevistas semiestruturadas (Laville & Dione, 1999) realizadas em contexto do trabalho (Louzada & Oliveira, 2013; Mendes, 2007; Merlo & Mendes, 2009). As entrevistas individuais tiveram uma perspectiva clínica, no sentido que buscamos compreender a dinâmica psíquica e da situação de trabalho relacionadas com a questão de gênero.

A UFPB tem em seu quadro 2.623 docentes efetivos(as) ativos(as) em todos os 04 (quatro) campi, dos quais 1.306 (49,79%) são mulheres e 1.317 (50,21%) são homens. Deste total, 83,84% do quadro docente está no campus I (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas [PROGEP]/UFPB, 2018).

A partir dos critérios de representatividade de abrangência/profundidade e de saturação das categorias estudadas (Fontanella, Luchesi, Saidel, Ricas, Turato, & Melo, 2011; Minayo,

2012; Minayo, 2017) participaram dessa pesquisa 06 (seis) docentes de diferentes centros do campus I da UFPB, levando em consideração os critérios de conveniência, disponibilidade e diversidade. Foram adotados como critérios de inclusão: identificar-se com o gênero feminino; ser docente da UFPB há pelo menos 05 (cinco) anos e estar em efetivo exercício de suas atividades profissionais. O recorte de estar há pelo menos cinco anos na ativa se deu por entendermos que é um período mínimo de vivências laborais na instituição que podem propiciar mais elementos às elaborações subjetivas de sua prática profissional, além de ser um período no qual já está encerrado o estágio probatório de 03(três) anos.

Para o desenvolvimento e execução deste estudo foram observadas as normas e etapas preconizadas nas diretrizes éticas relacionadas às investigações envolvendo seres humanos (Resolução CNS 510/2016 e Resolução CNS 466/2012). Antes de iniciarmos a coleta de dados, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa/CCS/UFPB. Esta pesquisa está registrada na Plataforma Brasil com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 70027317.5.0000.5188.

A todas as participantes foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e somente após sua concordância e assinatura é que foi iniciada a entrevista. O tempo médio de realização das entrevistas foi de 75 minutos. Com a finalidade de já iniciar uma imersão nos conteúdos das entrevistas, as transcrições foram realizadas separadamente após o encerramento de cada uma das entrevistas. Somente após o encerramento desta etapa é que foi contatada uma próxima participante.

Assim, a análise dos dados foi iniciada paralelamente a sua coleta. Dado a esse procedimento adotado, o período de realização das entrevistas foi de setembro de 2017 a junho de 2018. Além disso evitamos períodos de realização de eventos na universidade relacionados à temática estudada, assim como também momentos que demandaram de alguma forma a discussão geral do tema na universidade. Tomamos essa medida para que a temática não viesse

a tona por ocorrência desses eventos. A análise dos dados foi respaldada a partir de uma análise temática (Laville & Dione, 1999), no qual o *corpus* construído possibilitou a verificação da presença de categorias empíricas e analíticas importantes que foram organizadas em mapas temáticos buscando uma interpretação

Resultados e discussões

Do perfil das participantes: primeiras reflexões da participação feminina na docência das universidades

Para garantir o anonimato das participantes adotamos aqui nomes fictícios, aludindo a nomes de importantes pesquisadoras brasileiras, pioneiras nos estudos de gênero¹: Carmem, Helena, Heleith, Margareth, Guacira e Bertha.

Participaram desta pesquisa mulheres docentes integrantes dos seguintes centros do campus I da UFPB: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) e do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). A média de idade das participantes foi 44,83 anos (variando de 31 a 59 anos), com tempo médio de atuação na UFPB de 15,5 anos (variando de 6 a 36 anos.)

¹ **Carmem Barroso**, psicóloga que na década de 1970, como diretora do Departamento de Pesquisa Educacionais da Fundação Carlos Chagas, produzia e reunia pesquisadoras de gênero. Como cientista social foi agraciada em 2016 com o Prêmio de População da ONU.

Helena Hirata, filósofa, cientista social, pesquisadora de Sociologia do Trabalho e do Gênero. Diretora de Pesquisa Emérita no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) na França.

Heleith Saffiotti (1934-2010), socióloga, defendeu em 1967 tese de livre docência “Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade”. Foi professora da PUC-SP e da UFRJ. Recebeu indicação, em 2005, para o prêmio Nobel da Paz, integrante da ação mulheres pela paz ao redor do mundo.

Margareth Rago, historiadora, pesquisadora da história das mulheres. Docente na UNICAMP, integra diversos grupos de pesquisa e corpo editoriais de revistas de gênero.

Guacira Louro, como historiadora e doutora em educação. Foi docente da UFRGS, aonde permanece a colaboração após a aposentadoria.

Bertha Lutz (1894 – 1976), bióloga, uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil, tendo importante atuação na luta sufragista brasileira. Em 1910 criou a “Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher”. Sua participação na constituinte garantiu a igualdade e direitos políticos às mulheres na constituição brasileira de 1934. Foi a segunda mulher a ser funcionária pública do Brasil, atuando como docente no Museu Nacional.

Cinco das seis participantes têm a titulação de doutora e uma de mestra. Com relação à classe funcional, uma é titular, uma associada, três são adjuntas e uma assistente. O perfil das docentes que participaram desta pesquisa não é diferente do perfil de mulheres docentes da UFPB, no qual a maior parte, 76,11%, tem a titulação de doutora, praticamente mesmo percentual dos homens que detêm 78,44% de título de doutor entre os homens.

Quanto a situação funcional, há a maior representação na classe de adjunta, com 44,18% das mulheres nessa classe, não progredindo na carreira, para as classes de associada e titular, com a mesma proporção que os homens (PROGEP, 2018). Quanto às progressões funcionais, observamos que na época das entrevistas 3 (três) das docentes estavam com suas progressões atrasadas. Questionadas quanto a isso, disseram ou não se importar com a progressão ou que não tinham pontuação suficientes, conforme normatizado pela universidade, dado a diversas questões, sendo uma delas referentes ao trabalho doméstico.

desleixo (...) eu não tenho paciência de fazer essas coisas (Helena)

tentei fazer a progressão, mas não consegui a pontuação pedida. Algumas vezes é difícil conciliar fazer os pontos e a vida familiar (Margareth)

Duas integram o corpo docente de programas de pós-graduação *stricto sensu* e nenhuma das participantes é bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esse fato não é estranho ao cenário nacional, pois apenas uma pequena parcela das bolsas PQ, 35,54%, são concedidas às mulheres (CNPq, 2018).

Apenas uma das participantes ocupa cargo de gestão. A gestão universitária configura-se como espaço tradicionalmente ocupado por homens (Siqueira, Miranda, Ribeiro & Cappelle, 2016). Em investigação sobre ocupação em cargos de gestão na Universidade Federal de Sergipe (UFS), Atanázio Júnior, Lima, Costa e Moreira (2016) observaram que a presença de

mulheres é próxima a dos homens somente quando se referem a cargos de gestão que se circunscrevem a gestão de unidades de um único curso (coordenação ou chefia departamental), com a percepção de gratificação denominada de “Função Gratificada” (FG), sendo ocupado 46% por mulheres e 54% por homens. Todos os demais espaços de gestão são majoritariamente ocupados por homens, sendo que quanto maior o nível hierárquico do cargo de gestão maior é a diferenciação de gênero em sua ocupação. Esses dados são demonstrados na figura 1.

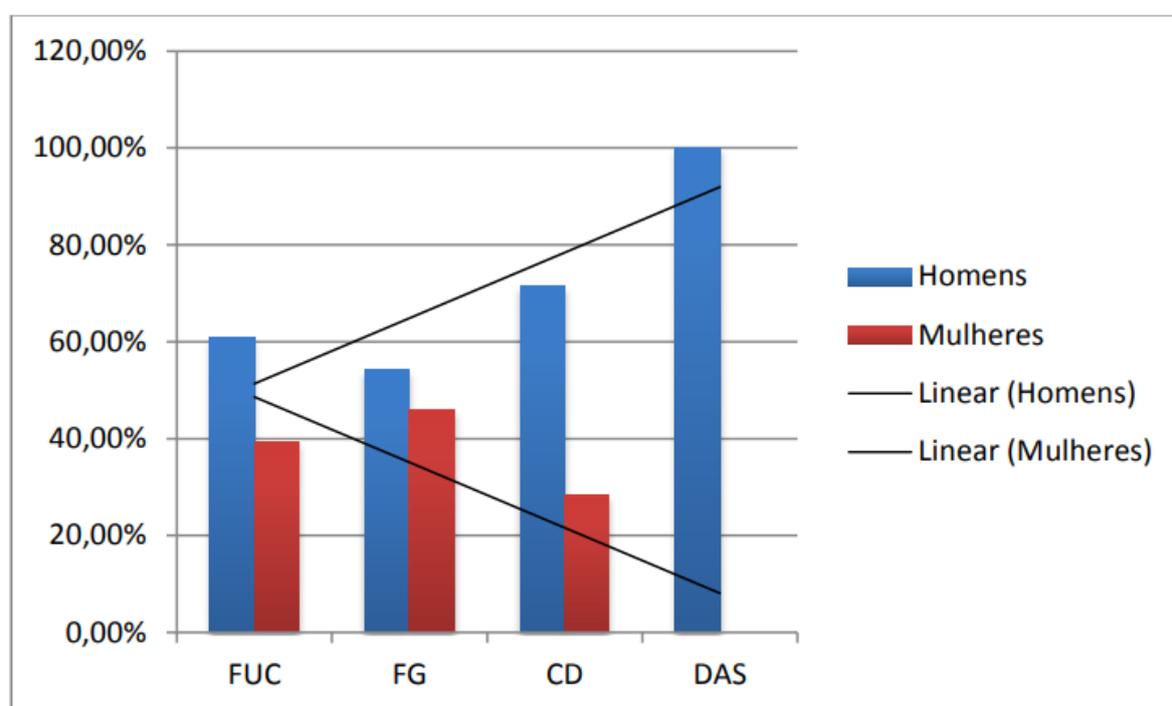


Figura 01. Distribuição percentual de gênero em cargos de gestão na UFS.
Fonte: Atanázio Júnior, Lima, Costa e Moreira (2016, p. 8)

As gratificações em espaços de gestão nas universidades federais são: Função Comissionada (FUC), Função Gratificada (FG), Cargo de Direção (CD) e Direção e Assessoramento Superior (DAS), sendo estas duas últimas destinadas aos cargos de gestão mais hierarquicamente superiores e conseqüentemente são se constituem como as maiores remunerações das gratificações. Desta forma, pensar em cargo de gestão em universidades, ocupados por docentes, é também pensar em espaços de representação e decisórios. Assim, de

forma ideal,

a gestão das universidades feita por professores tem sua base em um ideal democrático e colegiado de governação do ensino superior e procura garantir princípios de democratização dentro da universidade, pensada pelos professores que conhecem o cotidiano da profissão. Nos estatutos da carreira docente universitária, tanto no Brasil como em Portugal, as atividades de gestão acadêmica são previstas juntamente com as outras três dimensões do trabalho docente (ensino, investigação e extensão) (Santos, Pereira & Lopes, 2018, p. 994).

Contudo, se há sub-representação das mulheres nos espaços de gestão, o espaço democrático fica comprometido, uma vez que os espaços decisórios que implicam no cotidiano de trabalho são pautados a partir de uma ótica masculina. Paralelo a isso, as mulheres cada vez mais têm participação na docência em universidades Federais, sendo 45,91% (INEP, 2018) e na UFPB, 49,79% do corpo docente (PROGEP, 2018). Haveríamos de almejar uma situação paritária também nesses espaços decisórios e representativos.

Em uma discussão sobre relações de gênero e democracia, Biroli (2016, p. 746) aponta que “a exclusão sistemática de alguns grupos expõe o caráter hierarquizado da democracia, mantendo-os numa condição de sub-representação e de marginalidade no debate público, na construção de normas e políticas públicas”. Nesse turno, Warde e Rocha (2018) destacam que tradicionalmente no setor público não só a gestão dos mais altos cargos hierárquicos é dominada por homens, como também a organização intelectual da instrução. Na Universidade na qual trabalham as participantes, a atual reitora é uma mulher. Esperamos que isso possa representar uma transformação positiva neste quadro, embora saibamos que esta é uma batalha a sempre se lutar, como mostra o exemplo da Índia, onde Indira Gandhi foi chefe de estado nos anos de 1960 e 1970, mas que ainda hoje praticam-se estupros coletivos.

Como para discutir as relações gênero e trabalho nos importa a dimensão doméstica, também perguntamos o estado civil e se tinham filhos(as). Quatro das seis docentes têm filhos. Quanto à relacionamento três são casadas, duas solteiras e uma separada.

A esse respeito, destacamos aqui um outro fenômeno, geralmente observado em

mulheres que ocupam altos cargos gerenciais no setor privado (Loureiro, Costa & Freitas, 2012) que parece ter se acentuado também no meio acadêmico-universitário: o paradoxo da escolha, imputado às mulheres, entre progredir na carreira, de acordo com as normas e exigências atuais, ou constituir família.

Tem uma colega minha que ela não consegue. Ela é ótima, seria uma chefe maravilhosa. Mas ela diz, não, mas eu não vou porque eu tenho meus filhos. Então, querendo ou não essa questão dificulta ainda a atuação da mulher em alguns momentos aqui dentro da Universidade. (Heleith)

Esse paradoxo parece ser fonte de conflitos e cobranças pessoais que geram o sentimento de culpa quando a docente prioriza o trabalho em determinados momentos da vida.

no aspecto de mulher (...) hoje eu começo a pensar, não é, será que vale a pena eu só me dedicar ao trabalho, a sala de aula, tudo isso. E daqui a pouco, como é que vai chegar o momento de ser mãe, de ser esposa, de ter minha família, não é. Então esses primeiros anos fez com que eu parasse agora pra pensar, né. Será que realmente vale a pena? Fazer todo esse trabalho e saber que às vezes você não é compreendido, não é. Você sempre vai ser questionada, não é. (Heleith)

Eu penso em ter minha família. Mas aí eu vejo que é possível você conciliar. É possível. Eu sei que é mais difícil. Mas tenho vários exemplos, assim, que me inspiram a fazer isso. De repente não há necessidade de você terminar tudo dentro da universidade, porque não vai terminar nunca [risos] pra ter a tua família (Bertha).

Outro componente presente é o receio de cobrança, recriminação velada ou aberta ou até mesmo retaliação pelos pares, caso a docente opte pela maternidade.

Não sei como seria recebida no meu departamento a notícia de uma gravidez, de tirar a licença maternidade (Heleith)

Na gravidez, não é, quando eu voltei da licença-maternidade, eu tinha como chefe uma mulher. Solicitei que eu não assumisse disciplina à noite. Porque era um horário complicado pra neném, que já tava com 8 meses já, mas foi totalmente ignorado e foi distribuído disciplina a noite para mim, não é. (Helena)

Cobrança essa que parece não ser, de forma geral, a mesma atribuída aos homens

docentes. Interessante ressaltar aqui a fala de uma das docentes participantes que tem companheiro também docente

Abrir um computador em casa no final de semana é difícil, por conta da demanda das crianças. Agora, se eu companheiro está trabalhando no computador ninguém pode atrapalhar. Tenho que gerenciar isso também (Carmem).

Envolvidas nesse enredo as mulheres docentes acabam por serem afastadas de uma das esferas mais privilegiadas da docência, a pesquisa. Contudo, frente a essa relação perversa das relações de gênero no trabalho docente, as professoras, como estratégia de defesa, parecem naturalizar essa relação e buscam explicações que justifiquem as trajetórias docentes percorridas ao longo dos anos, trazendo para o campo das escolhas individuais. São esses tópicos que discutiremos a seguir.

Universidade e produtivismo: o lugar ocupado pelas mulheres docentes e as relações de gênero

No ensino superior brasileiro de universidades temos a concepção de que a função primordial das universidades é a produção de conhecimento. Esse deveria ser pautado pela indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, contudo a pesquisa, cada vez mais, ocupa lugar privilegiado no meio acadêmico. Desta forma, ao(à) docente é imputada a lógica do produtivismo acadêmico (Vosgerau, Orlando & Meyer, 2017) na qual está engendrada a intensificação da produção científica, produção esta que perpassa principalmente pela pesquisa. Desta forma, a cultura do produtivismo docente é cultuada e exigida nas universidades, principalmente nas públicas. No esteio desse sentido, Cintra (2018) aponta que no Brasil as políticas públicas de educação, nas universidades, privilegiaram a pesquisa em detrimento às práticas pedagógicas.

A partir desse entendimento de universidade e também de docência de ensino superior

em universidades, Bosi (2007, p. 1516) ressalta que

nesse “vale quanto pesa”, o próprio docente é “valorizado” pela inserção na pós-graduação, pelo número de orientações, artigos e livros publicados e, principalmente, pela “bolsa produtividade em pesquisa” que consegue por méritos próprios. De fato, a inclusão nesse sistema opera uma diferenciação entre os docentes de maneira a estimular a conformação de uma “elite” definida como tal pelo desempenho conseguido nos editais de pesquisa, nas bolsas concedidas, nos artigos publicados, enfim, pela pontuação atingida no score da produtividade acadêmica.

Se por um lado a lógica produtivista possa ser enxergada pelas docentes como uma prática que afeta a sua vida, precisando buscar estratégias para minimizar seus impactos

Mas é compatibilizar as atividades na academia. Agora tempo você não tem totalmente dedicado ao trabalho, não é. (...). Até porque por mais que a gente acha que tenha o controle em relação ao tempo, ao nosso tempo a gente não tem controle, né. Quem determina o nosso tempo e como é que ele vai ser utilizado é o eu trabalho, é o ritmo de trabalho, não é. Por mais que a gente tente sair desse processo. Mas eu busco minimizar o impacto do tempo de trabalho na minha vida pessoal, não é. Somos 40 horas, a gente termina dando um pouco mais, então eu tento trabalhar só as 40 horas (Helena).

Mas também visto como algo inevitável para progredir na carreira, ressaltando, como parece ser institucionalmente reforçado pelas diretrizes normativas, que cabe a uma escolha individual participar ou não dessa lógica.

Dar parecer (...) eu virava a noite pra poder dar conta. Então, assim, a gente sempre leva alguma coisa pra casa, né. Fazer parecer em casa, corrigir trabalho de aluno, ver TCC. Então, assim, corrigir prova, sempre eu fiz em casa, sempre trabalhei em casa, ou à noite ou final de semana. Para mim eu sempre levei e sempre levo tarefa pra casa pra poder dar conta, né. Senão você não consegue. Então, depende muito, eu acho, do perfil da pessoa, né. Se a pessoa não for assim de querer levar alguma coisa para fazer extra universidade, fazer em casa, então, eu realmente, eu acho que nesse caso ela tem que realmente diminuir muito a demanda de serviço dela. Senão ela não dá conta não (Carmem).

Apesar de não defendermos a lógica produtivista promovida nas universidades federais e de entendermos que esta institucionalização pode favorecer o adoecimento psíquico e físico

do quadro docente, sinalizamos que é um processo importante nas universidades federais para a compreensão das desigualdades das mulheres docentes nestas instituições. Uma vez que, na lógica produtivista universitária, a gestão do tempo profissional e pessoal fica destinada às(aos) docentes como “escolha” para a organização do cotidiano assim como as possíveis consequências advindas. Nesse sentido, ressaltamos que este pode ser um indicador que de certa forma justifique o não produtivismo das mulheres docentes mais uma vez a partir da ótica individualizante, da escolha pessoal. Contudo, salientamos que essa se constitui em prática velada e sistemática que, ao não colocar essa questão nas discussões de editais e fomentos, acabam por criar barreiras institucionais para as mulheres.

Temos observado a partir dos indicadores nacionais (CNPq, 2018; INEP, 2018) e das pesquisas locais em determinadas universidades federais (Atanázio Júnior, Lima, Costa e Moreira, 2016; Backes, Thomaz & Silva, 2016; Taborda & Engerroff, 2017) que as mulheres na docência em universidades federais têm mais dificuldade de desenvolver as atividades de pesquisa dada todas as demandas advindas da relação gênero e trabalho e, também, invisibilizadas nas universidades.

ser homem [docente] é mais fácil. Porque não tem menino pra buscar na escola, não tem tantas atividades domésticas, né. Então ele pode extrapolar mais o horário, né. Inclusive professores aqui, que ficam até 6 horas, 7 horas, 8 horas trabalhando, principalmente do gênero masculino. Já as mulheres, eu acho mais difícil porque tem essa questão doméstica, tem filho pra pegar, tem filho pra buscar, tem, né, tem outras questões mais administração da casa mesmo. Então eu acho que isso dificulta um pouco (Bertha).

A despeito de os estudos de gênero terem contribuído para a ampliação do conceito de trabalho (Hirata 2016; Hirata 2014; Hirata 2006), tendo já há algum tempo incorporado o sentido e as repercussões do trabalho doméstico no bojo de sua compreensão do trabalho profissional (Hirata, 2006), esse parece seguir na invisibilidade do trabalho da docente em universidade federal.

A minha chefe de departamento, era uma mulher na época em que tive filho. Não teve a sensibilidade com outra mulher parida, entendeu. Então não basta ser mulher, você tem que ser uma mulher que dialogue com os interesses da classe trabalhadora e se sinta também e se reconheça como classe trabalhadora. Se isso não acontece (...) o que se materializa realmente é a reprodução do patriarcado e do machismo, sem sombra de dúvida, sabe (Helena).

Assim, como vimos nos indicadores que as práticas mais valorizadas, e ditas “mais nobres”, nas universidades são reservadas aos homens: pesquisa, pós-graduação e gestão em alta hierarquia, às mulheres, de forma geral, são destinadas, nas universidades federais, a via do ensino de graduação e as práticas de extensão.

Todo planejamento eu pego logo as minhas três disciplinas [na graduação] e assim ninguém me incomoda. Faço as coisas que gosto, minha pesquisa e minha extensão, sem as formalidades da universidade (Bertha).

Evidências das questões de gênero na atividade da mulher docente em universidade federal

O exercício da atividade docente nas universidades é pautado na autonomia docente, que ao longo de sua trajetória profissional tem a possibilidade de tomar contornos diversos. De toda forma o cotidiano de trabalho das(os) docentes é organizado em micro coletivos intra e interdepartamental. Contudo, a depender dos espaços, projetos e cargos que cada docente assuma, implica em reuniões com grupos mais ampliadas. A esse exemplo, citamos as reuniões de departamento. Ao refletirem sobre sua prática docente e relacionamento com pares nesses espaços coletivos mais ampliados, foi recorrente a indicação de desconforto ou indignação com práticas corriqueiras de suas vivências, a de não serem ouvidas pelos pares, terem suas falas interrompidas ou mesmo, por vezes, verem suas ideias e sugestão tidas como se fossem de outros colegas.

A interrupção da fala não acontece só nas reuniões de departamento,

mas nas reuniões de centro, no CONSEPE, no CONSUNI, não é. Você vai pra uma reunião do CONSUNI, você vai ver os egos saltando ali (...). Eu não consigo focar apenas numa reunião departamental. Eu acredito que nos espaços da hierarquia da universidade a gente vai encontrar esse tipo de expressão (Guacira).

Essas evidências têm sido salientadas no cenário global como práticas que expressam o machismo nas práticas sexistas cotidianas. Tão incutidas nas relações sociais, muitas vezes nem são conscientemente percebidas, seja por quem as pratica ou por quem as sofre, tampouco por quem está ao redor. Por serem recentes, os termos que apresentaremos ainda são empregados no Brasil na versão da língua inglesa. Importa destacar que embora os termos sejam recentes, são comportamentos historicamente observados nas relações sociais.

Esses comportamentos sexistas, que se configuram em violências psicológicas (Kosak, Pereira & Inácio, 2018) são chamados de *manterrupting*, *bropropriating*, *gaslighting* e *mansplaining*. Esses termos são recentes, pois somente há pouco tempo que essas práticas começaram a serem sistematicamente denunciadas e apontadas para a necessidade de superá-las.

Essa semana a gente estava discutindo algumas práticas de um colega nosso (...) que seguidamente desrespeita e desvaloriza o trabalho das mulheres. E o que podemos fazer pra mudar isso (Margareth).

A expressão *manterrupting*, em tradução livre interrupção de homem, representa a interrupção da fala da mulher, de forma desnecessária, por um homem. Foi cunhada após publicação de Sandberg e Grant (2015) que discutiam essa prática de interrupções da fala e do raciocínio de mulheres, discussões essas provocadas a partir de um estudo psicológico realizado com senadoras e senadores estadunidenses. Neste estudo, verificou-se que mulheres senadoras em situação de poder tinham menores espaços de fala (Brescol, 2012).

A expressão *bropropriating* refere-se ao comportamento no qual a ideia ou fala da mulher não é dada a devida importância e é logo após apropriada por um homem, sendo celebrada pelo

grupo. Prática comum e rotineira em ambientes de reuniões universitárias. Ocorre não somente em reuniões, mas em falas, encontros informais, registros de atas, entre outras situações de trabalho (Stocker & Dalmaso, 2016).

Nas reuniões acontece, muito, de repetirem as mesmas coisas do que já dissemos, não é, como se fosse uma ideia nova. Isso é muito comum, muito comum (Carmem).

Nos espaços que a gente trabalha com grupos de trabalho, eles [os homens] querem que a gente faça tudo, organize, planeje, escreva. Mas na hora de tomar as decisões eles querem aparecer. Ou às vezes, na surdina, eles desfazem a nossa decisão entre eles e vão tomar outra decisão (Guacira).

O *gaslighting* é uma prática dirigida principalmente para mulheres em situação hierárquica igual ou superior ao do homem. Se constitui como uma violência psíquica, pois objetiva desacreditar a mulher, fazendo crer, para o grupo e para a própria mulher alvo da violência, que esta não dispõe de suas faculdades cognitivas e emocionais dentro da “normalidade”. Na mesma direção o *mansplaining* consiste em julgar a mulher como incapaz, havendo a necessidade em explicar de forma detalhada para uma mulher um assunto, mesmo quando o conteúdo faz parte de seu conhecimento ou cotidiano (Stocker & Dalmaso, 2016; Think Olga, 2015).

sempre dá um frio na barriga quando chega nessas reuniões assim... (...) Eu cheguei, tava o professor (...), tinham dois professores, e [um] me chamou atenção. (...) eu ouvi dos alunos que estão comentando por aí que você está fazendo muito seminário e eles estão achando isso muito inconveniente, você tem que fazer de outra forma (...) você reveja aí (Heleieth).

Esse cenário repercute no incremento de denúncias de situações de vulnerabilidades e de violências de gênero as quais as mulheres são submetidas dentro da vida acadêmica cotidiana.

Aí tem que ir se adaptando, se não quiser ficar criando confusão e o tempo todo se desgastando (Carmem).

Por uma política de gênero nas universidades públicas: a experiência do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB

Frente às questões específicas da vivência das mulheres dentro da UFPB e com o objetivo de promover o debate e a construção de uma política de gênero institucional foi criado o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB. Ressaltamos que esse cenário de necessidade das discussões das questões de gênero na referida instituição não surge isoladamente no mundo acadêmico, mas é também reflexo das demandas sociais que veem há algumas décadas lutando e conquistando espaços, diretrizes e políticas públicas que promovam e garantam a equidade de gênero nos mais diversos espaços.

O fórum surgiu a partir de experiência iniciada próximo ao Dia Internacional da Mulher de 2017. Naquele momento cerca de 03 (três) professoras que estudam e pesquisam gênero, em encontros informais na UFPB, resolveram unir esforços para o planejamento e execução das atividades para o 8 de março, ao invés de fazerem isoladamente atividades em seus cursos, como ocorreram nos anos anteriores. Foi feito um convite às mulheres da comunidade da UFPB para esse primeiro encontro no sistema auto organizado. Inicialmente o objetivo era discutir e planejar atividades para o 8 de março de 2017, somando ações para “8MPARO” de movimentos de mulheres da Paraíba, assim como aos movimentos nacionais e internacionais de mulheres. Esse encontro, que pretendia realizar ação para um dia específico, dada a demanda apresentada, assim como a urgência em se debater esse tema dentro da universidade, eclodiu em um mês inteiro de atividades culminado com a realização, em 01 de abril de 2017, do “Seminário Mulheres e Universidade: Por uma Política de Combate às Opressões”.

O Seminário teve como principais objetivos agregar as mulheres da UFPB e iniciar uma discussão coletiva dos principais problemas enfrentados pelas mulheres dessa instituição e discussão de possíveis enfrentamentos a curto, médio e longo prazo. Desta forma, o evento foi organizado em 06 (seis) grupos de trabalho nos quais foram se somando inquietações, demandas

e necessidades em se promover mudanças em busca do enfrentamento das situações postas para as mulheres da UFPB assim como a viabilidade de construção de políticas e ações que pudessem promover a busca pela equidade de gênero na instituição. Fruto deste evento, propostas para subsidiarem políticas de gênero foram elaboradas, assim como também o encaminhamento de propostas de ações. Estes foram organizados em um relatório e apresentados em audiência pública com a Reitora e Vice-Reitora da UFPB no dia 25 de abril de 2017. Outra demanda do I Seminário de Mulheres da UFPB foi a criação do “Fórum de Mulheres em Luta da UFPB” para discussão e acompanhamento permanente das situações ali postas.

Desta forma, o que iniciou para a discussão de atividades de um dia, tomou corpo e foi criado o “Fórum de Mulheres em Luta da UFPB”, que é auto organizado e tem como objetivos:

- ✓ Acolher e integrar mulheres que estudam, trabalham e convivem na UFPB com base na auto-organização e autonomia;
- ✓ Fomentar um espaço de articulação, proposição e intervenção política para o enfrentamento às diversas formas de iniquidade, opressão, exploração e violência contra as mulheres na UFPB e também na sociedade;
- ✓ Fomentar, articular e propor políticas para mulheres na UFPB;
- ✓ Representar as demandas e pautas das mulheres auto-organizadas do Fórum na UFPB e na sociedade;
- ✓ Fortalecer o movimento de mulheres da Paraíba;
- ✓ Promover formações políticas continuadas. (Fórum de Mulheres em Luta da UFPB, 2017, p. 2)

O encaminhamento do Fórum de Mulheres, desde a sua concepção, é de que, dado ao contexto e panorama político e social de dentro e fora da universidade, seria um espaço de luta das e para as mulheres. Desta forma participam de suas atividades, reuniões e planejamento, toda e qualquer pessoa que se identifique como mulher, não participando de suas atividades pessoas que se identifiquem como homens, independentemente de sua orientação sexual. Por ser um Fórum com essência eminentemente de ação e luta política, agrega diferentes concepções de feminismos, assim como de diferentes estratégias teórico-metodológicas.

Desde sua criação em 2017 até a presente data o Fórum de Mulheres em Luta da UFPB

conquistou um acúmulo político, dentro e fora da UFPB, devido a sua organicidade, de privilegiar a pluralidade de concepções, saberes e fazeres das mulheres na luta contra as opressões de gênero, se configurando como um espaço de resistência.

Durante este um ano e meio de existência o Fórum tem realizado diversas reuniões de planejamento, avaliação e articulação; atividades de discussão, de formação e de enfrentamento às iniquidades de gênero com a comunidade universitária; e a propositura e construção de uma política de gênero para a UFPB. Assim, tem conseguido, neste pouco mais de um ano de existência, diálogos com vários setores e entidades que tenham a pauta da mulher em suas ações, espaços de representação em diversos eventos na(s) universidade(s), impulsionar o debate e a visibilidade da temática de gênero no cotidiano da universidade, criar junto aos órgãos gestores da UFPB uma comissão para elaboração e implementação de um Serviço de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência na UFPB assim como iniciar a elaboração de um Plano de Políticas de Gênero na UFPB.

Desde seu início o Fórum rapidamente se tornou uma referência tanto para o acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de denúncias dos mais diversos tipos de violências contra as mulheres dentro da Universidade; como também se tornou referência na articulação junto aos demais movimentos de mulheres no estado e no país. Assim, a temática da violência e do assédio às mulheres na universidade foi o tema mais recorrente neste início do fórum, que conseguiu construir variados espaços de articulação política e acadêmica, dentro e fora da UFPB. Um exemplo foi conseguir negociar com as Direções de Centros dos diversos *campi* que as comissões de Sindicância de investigação e denúncias de qualquer violência contra a mulher dentro da UFPB seja formada com a presença de mulheres. Esse acúmulo político do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB e todas as atividades desenvolvidas ao longo de um ano culminou com a realização, em julho de 2018, do II Seminário de Mulheres da UFPB, com o tema “*Juntas contra o racismo, o machismo e a LBTfobia*”.

Recentemente, em setembro de 2018, o projeto da comissão para elaboração de um serviço para enfrentamento de situações de violência na universidade, no qual mulheres do fórum eram também integrantes, foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UFPB. O “Comitê de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na UFPB (CoMu)” será a primeira experiência de ações desse tipo em universidades federais.

De certo que a atividade do Fórum não é fácil e com efeitos imediatos. Da mesma forma que sua presença e atividades despertam e provocam desconforto em alguns setores, uma vez que ao dar visibilidade a cultura machista e patriarcal que também estrutura as relações sociais e acadêmicas dentro da universidade provoca pelo menos uma reflexão, um estranhamento e algum movimento de tentativa de mudança. Contudo, espera-se que se consiga instigar mudanças com a comunidade universitária em prol de que as mulheres possam ter equidade de condições e de oportunidades.

Considerações finais

O estudo das relações de gênero e trabalho na docência em universidades federais se mostra complexo, de forma que as questões aqui apresentadas podem ser reveladoras de uma parte importante do que é ser mulher docente em uma universidade pública federal nas quais os processos estruturantes e fundantes de uma sociedade machista e patriarcal parecem ser reproduzidos na organização da carreira docente do magistério superior, desde a sua concepção da função, atribuições, competências e habilidades, perpassando pelas normas de avaliação, progressão e reconhecimento da carreira. Todas elas construídas a partir da lógica da figura masculina, como um padrão supostamente neutro e hegemônico intra e extra universidades.

Importante salientar que muitas das situações apontadas nesse estudo não são necessariamente pontuadas pelas participantes como sendo relacionadas à questão de gênero. Mesmo com as mulheres muitas das situações são naturalizadas de tal forma que se tornam

comuns, também por estarem inseridas nesse contexto social que define o que é ser mulher e mulher trabalhadora.

Para superarmos essas realidades e nos direcionarmos no caminho da equidade entre mulheres e homens na docência em universidades federais é mister que a temática de gênero seja abarcada nos estudos sobre a atividade docente. Estratégias que garantam espaços de paridade e representatividade das mulheres em espaços decisórios e de gestão administrativa também se faz necessário. Uma das vias para serem alcançadas é desenvolver estudos para compreendermos essas dimensões que afetam às prioritariamente às mulheres com a finalidade de fomentar políticas institucionais de gênero nas universidades federais brasileiras.

Referências

- Atanázio Júnior, J. M., Lima, J., Costa, G. B., & Moreira, N. C. (2016). Mulheres em cargos gerenciais na Universidade Federal de Sergipe. *Anais do I Congresso Nacional de Mestrados Profissionais em Administração Pública, Eixo – Políticas Pública: Formulação e Gestão*. (pp. 1-10). Disponível em: <http://www.profiap.org.br/profiap/eventos/2016/i-congresso-nacional-de-mestrados-profissionais-em-administracao-publica/anais-do-congresso/41480.pdf>
- Backes, V. F., Thomaz, J. R. & Silva, F. F. (2016). Mulheres docentes no ensino superior: problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade (CETS)*, 9(2), 166-181. doi: <http://dx.doi.org/10.14571/cets.v9.n2.166-181>, Disponível em: <http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/viewFile/354/173>
- Biroli, F. (2016). Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Dados*, 59(3), 719-754 doi: <https://dx.doi.org/10.1590/00115258201690>
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas Instituições do Ensino Superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, Campinas, 28(101), p. 1503-1523. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101>
- Brescol, V. L. (2012). Who takes de floor and why – gender, power and volubility in organizations. *Administrative Science Quarterly*, 55 (special collection: Gender and Inequality), pp. 622-641. doi: <https://doi.org/10.1177/0001839212439994> . Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.881.3353&rep=rep1&type=pdf>

- Cintra, P. R. (2018). A produção científica sobre docência no ensino superior: uma análise bibliométrica da SciELO Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 23(2), 567-585. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000200016>
- Clot, Y. (2006). *A função do trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2018). *Programa Mulher e Ciência – Estatísticas*. Disponível em: www.cnpq.br/web/guest/estatisticas1/
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., Melo, D. G. M. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Caderno de Saúde Pública*, 27(2), 389-394. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/20.pdf>
- Fórum de Mulheres em Luta da UFPB (2017). *O fórum de mulheres (mimeo.)*.
- Hirata, H. (2006). Entrevista: Helena Hirata. *Trabalho, Educação e Saúde*, 4(1), 199-204. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462006000100013>
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Hirata, H. (2016). Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu*, (46), 151-163. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201600460151>
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. (2018). Sinopses Estatísticas da Educação Superior – 2017 a 1995. INEP: Brasília. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: H. Hirata; F. Laborie; H. Le Doaré; D. Senotier. (Orgs.) *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67-75). São Paulo: EdUNESP.
- Kosak, M. M., Pereira, D. B., & Inácio, A. A. (2018). Gaslighting e mansplaining: as formas da violência psicológica. *Anais do V Simpósio de Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/VSGPP-%20GT3-%20Mirian%20Maria%20Kosak%20Deivdy%20Borges%20Pereira%20e%20Adriele%20Andreia%20Inacio.pdf
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lemos, D. (2011). Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. *Caderno CRH*, 24(spe1), 105-120. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400008>

- Loureiro, C. M. P., Costa, I. S. A., & Freitas, J. A. S. B. (2012). Trajetórias profissionais de mulheres executivas: qual o preço do sucesso?. *Revista Ciências da Administração*, 14(33), 130-144. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n33p130>
- Louzada, R. S. M. L., & Oliveira, P. T. R. (2013). Reflexões sobre a metodologia de pesquisa em psicodinâmica do trabalho. *Revista do NUFEN*, 5(1), 26-35. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v5n1/a04.pdf>
- Mancebo, D. (2004). Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educação & Sociedade*, 25(88), 845-866. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300010>
- Martins, L. M. (2006). Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na Universidade. São Paulo: R Mimeo. Obtido em 10 de abril de 2008, de <http://www.franca.unesp.br/oep/Eixo%20%20-%20Tema%203.pdf>
- Mendes, A. M. (Org.). (2007). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Merlo, Á. R. C., & Mendes, A. M. (2009). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 141-156. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n2/a02v12n2.pdf>
- Minayo, M. C. de S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12a. ed.). São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.
- Minayo, M. C. de S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>
- Minayo, M. C. de S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 01-12. Disponível em <http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82/59>
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPB (2018). *Base de dados docentes*. Informações fornecidas por e-mail (16/10/2018).
- Resolução CNS 466, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Resolução CNS 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- Sandberg, S., & Grant, A. (2015) Speaking while female. *New York Times, Opinion: Women at work*, (12/01/2015). Disponível em: www.nytimes.com/2015/01/11/opinion/sunday/speaking-while-female.html

- Santos, M. (2006). Análise psicológica do trabalho: dos conceitos aos métodos. *Laboreal*, 2(1), 34-41. Disponível em <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU54711226516545:581>
- Santos, C. C., Pereira, F., & Lopes, A. (2018). Experiências da Gestão Acadêmica da Docência Universitária. *Educação & Realidade*, 43(3), 989-1008. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/2175-623674106>
- Siqueira, R. F. B., Miranda, A. R. A., Ribeiro, F. T. F & Cappelle, M. C. A. (2016) A presença de docentes mulheres em cargos gerenciais nas universidades federais em da estado de Minas Gerais. *Revista GUAL*, 9(2), 49-69. doi: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2016v9n2p49>
- Stocker, P. C., & Dalmaso, S. C. (2016). Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Revista Estudos Feministas*, 24(3), 679-690. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p679>
- Silva, F. L. (2001). Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. *Estudos Avançados*, 15(42), 295-304. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200015>
- Taborda, L. R., & Engerroff, A. M. B. (2017). Mapeando o lugar da mulher docente na Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Sociais e Humanas*, 30 (2), 55-69. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/2317175827596>
- Think Olga (2015). O machismo também mora nos detalhes. [online]. Disponível em: <https://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes/>
- Vosgerau, D. S.'A. R., Orlando, E. A., & Meyer, P. (2017). Produtivismo acadêmico e suas repercussões no desenvolvimento profissional de professores universitários. *Educação & Sociedade*, 38(138), 231-247. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302016163514>
- Warde, M. J., & Rocha, A. C. S. M. (2018). Feminização do magistério e masculinização do comando educacional: estudos no Teachers College da Universidade de Columbia (1927-1935). *Educar em Revista*, 34(70), 35-50. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.58725>

Considerações Finais

A combinação dos quatro artigos apresentados buscou atingir o objetivo da presente tese de analisar articulações entre as relações sociais de gênero e trabalho, tanto no âmbito teórico, da produção científica brasileira, quanto no âmbito empírico, da dinâmica psíquica das docentes da UFPB. Evidenciamos que as atribuições sócio, histórica e culturais do ser mulher, e consequentemente de ser mulher trabalhadora, estão embasadas em elementos fundantes e estruturais da sociedade patriarcal. Essas são pautadas em crenças de que algumas características ditas de mulheres seriam naturais, da essência, da mulher. Assim, pudemos demonstrar que tais elementos são fundantes das relações sociais. A hierarquização do poder e do saber são também institucionalizadas e acabam por se reproduzirem nas relações de trabalho na docência de universidades federais.

Assim, para dar conta da análise da dinâmica psíquica da mulher docente em universidade federal, partimos desde o contexto mais macro tanto de como as mulheres trabalhadoras estão situadas no cenário brasileiro quanto também da produção científica na psicologia. De forma mais específica, a investigação do lugar ocupado pela mulher na docência em universidade federal e evidências da expressão de sua dinâmica psíquica a partir da relação gênero e trabalho. Particularmente, cada um dos quatro artigos nos possibilitou termos elemento para a compreensão do fenômeno aqui estudado.

O artigo 1 apresenta como se configura o contexto do mundo do trabalho brasileiro para as mulheres, demonstra também como se operam as desigualdades e as prováveis explicações para o fenômeno. Tais constatações podem nos auxiliar na elaboração e implementação de estratégias de enfrentamento e promoção da equidade no trabalho. Como demonstrado, não é somente uma questão da educação formal, já que as mulheres têm, em média, mais tempo de escolarização do que os homens e apesar disso ainda recebem menos mesmo quando

desempenham a mesma atividade.

Afunilando para a produção científica em psicologia sobre a relação gênero e trabalho, no artigo 2, pudemos evidenciar como que essa temática tem sido tratada ao longo das últimas décadas. Um importante achado refere-se ao fato de que como para a realização do estudo metanalítico, em nenhuma das cinco bases de dados investigadas, não delimitamos previamente corte no tempo de publicação, tampouco delimitamos no levantamento inicial a área de conhecimento, avaliamos que a identificação de apenas 186 artigos foi, em nosso parecer, um número de publicações científicas com pouca expressividade. Especificamente no campo da psicologia, a situação fica mais restrita, sendo tais temáticas marcadas pela recentitude na área, uma vez que o primeiro artigo encontrado data do final da década de 1990. Os resultados da metanálise qualitativa indicam que predominantemente a temática gênero tem sido tratada como foco, sendo o trabalho temática de fundo; e que ainda há uma naturalização dos papéis femininos.

Com o artigo 3 pudemos aproximar a discussão da relação de gênero e trabalho para o cenário da docência em universidades federais. Com base nos dados censitários nacionais e da UFPB identificamos que as mulheres têm representação numérica total quase que paritária, além de terem proporcionalmente a mesma titulação máxima, doutorado. Contudo, identificamos que existe um processo de feminização, que agrupa as docentes prioritariamente às áreas de conhecimentos dos cuidados em saúde e educação. Ademais, as mulheres docentes têm dificuldades em progredirem na carreira, recebem menos bolsas de PQ e ocupam menos espaços de gestão em alta hierarquia universitária.

O artigo 4, a partir de uma pesquisa qualitativa, nos permitiu evidenciar que, apesar de as mulheres terem proporcionalmente a mesma qualificação profissional que os homens, têm nos modelos atuais de universidade federal barreiras invisíveis impostas para a condução da carreira docente, criando-se espaços de poder que privilegiam o fazer e o saber dos homens. Esse

estudo também nos permitiu identificar algumas evidências das expressões das questões de gênero na atividade da mulher docente em universidade federal.

Ao longo dos quatro artigos pudemos apontar alguns elementos como fundamentais para a compreensão das desigualdades de gênero no mundo do trabalho, que também, como vimos, afeta as mulheres docentes em universidades federais: as demandas sociais, históricas e culturalmente atribuídas à mulher; a invisibilidade das atividades não assalariada realizada prioritariamente pela mulher, principalmente as da esfera do doméstico; o princípio o igualitarismo na análise do trabalho, que a partir da lógica masculina como universal, acaba por criar mecanismos de planejamentos e avaliação enviesados para o padrão masculino; a naturalização de tal forma que acaba por incutir nas mulheres o imaginário de que as dificuldades e impedimentos são individuais ao invés de sociais.

Esperamos que esse estudo possa contribuir para a literatura científica em psicologia sobre as relações de gênero e trabalho especialmente na docência em universidade, lançando olhar também para uma atividade que em princípio sofreria menos com as desigualdades de gênero e que acreditamos ter demonstrado que os acirramentos são, infelizmente, similares que os acontecidos fora do contexto universitário. Para o campo prático esperamos que os dados aqui apresentados auxiliem na luta pela formulação e implementação de uma política institucional de gênero na UFPB e quiçá no âmbito das universidades federais.

Vários novos estudos podem ser desdobrados a partir das reflexões e questionamentos apresentado ao longo dessa tese. Os materiais produzidos que constam em apenso nessa tese podem, por si só, propiciar novos estudo e novas análises, como por exemplo o estudo da atividade de mulheres em campos ou áreas ditas masculinas, ou investigações sobre o processo de feminização da docência também em ensino superior, a formação e as características de coletivos de trabalho de mulheres docentes em universidades federais.

Reafirmamos a importância e a necessidade de a psicologia social do trabalho inserir

em sua agenda de pesquisa a compreensão das questões de gênero para que possamos contribuir para a construção de um caminho de superação das desigualdades há tantas décadas naturalizadas e denunciadas.

/

APÊNDICES

Apêndice 1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução CNS 510/2016 e Resolução CNS 466/2012)

Você está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa “SER DOCENTE EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: RELAÇÕES DE GÊNERO, SUBJETIVIDADE E TRABALHO” que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Valéria Machado Rufino, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social sob a orientação do Prof. Dr. Paulo César Zambroni de Souza.

O motivo que nos leva a estudar esse tema é a necessidade em se compreender a relação *trabalho e gênero* no ambiente universitário. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como se dá a articulação das relações de gênero no trabalho, dinâmica psíquica e subjetividade das docentes da UFPB.

Solicitamos a sua colaboração através de participação em uma ou mais entrevistas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmico-científicos bem como publicar em revista científica.

Durante todas as fases da pesquisa, assim como por ocasião da publicação dos resultados, garantiremos a sua privacidade e informamos que seu nome será mantido em sigilo, não sendo utilizado nenhum recurso que possa te identificar, exceto quando houver sua manifestação explícita e por escrito em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa.

Ressaltamos que as informações e os dados coletados somente serão utilizados para os fins acadêmicos e científicos.

Por tratar de tema subjetivo e das relações interpessoais e organizacionais a presente pesquisa pode eventualmente gerar riscos mínimos (não tendo potencial de causar danos maiores à participante do que os existentes na vida cotidiana), como algum desconforto, cansaço ou ansiedade. Caso seja necessário, a entrevista será interrompida e será realizada uma escuta psicológica pela própria pesquisadora que é psicóloga. Em permanecendo o transtorno evocado ou provocado pela pesquisa, a participante será encaminhada para o Serviço de Escuta Psicológica da Clínica de Psicologia da UFPB.

Como benefícios, acreditamos que o desenvolvimento da presente pesquisa poderá dar visibilidade às questões de gênero na relação com o trabalho universitário, demonstrar as estratégias organizacionais utilizadas e permitir a reflexão sobre a proposição de políticas institucionais de gênero.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Como a entrevista ocorrerá em seu local de trabalho não haverá ressarcimento.

A Pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Essa pesquisa foi aprovada pelo COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CCS/UFPB e está registrado com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (**CAAE**) **nº70027317.5.0000.5188.**

Caso necessite de mais informações sobre o presente estudo, seguem os contatos da pesquisadora responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa responsável.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Valéria Machado Rufino
UFPB – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), Departamento de Psicologia.
CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB
Telefone: (83) 3216-7337 (Departamento de Psicologia) / E-mail:
valeria_rufino@cchla.ufpb.br

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CCS/UFPB
UFPB – Centro de Ciências da Saúde (CCS), 1º andar / Campus I / Cidade Universitária
CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB
Telefone: (83) 3216-7791 / E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você pode retirar o seu consentimento ou interromper a sua participação em qualquer momento da pesquisa. Caso decida não participar do estudo, ou venha a resolver a qualquer momento desistir do mesmo, você não sofrerá nenhum constrangimento ou dano.

Por ocasião do término desse estudo será garantida às participantes o acesso aos resultados obtidos com a pesquisa.

Esse TCLE, os dados e instrumentos utilizados nesta pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de pelo menos 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Diante do exposto, eu _____, RG _____, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Esse termo será assinado em duas vias, sendo uma cópia entregue a você e a outra ficará com a pesquisadora responsável.

Agradecemos a sua atenção e colaboração,

Valéria Machado Rufino
Pesquisadora Responsável

Assinatura da Participante da Pesquisa

Apêndice 2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
- TESE DE DOUTORADO -**

Entrevista n°: _____ / **Nome fictício:** _____

DADOS DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA:

Data: ____/____/2017

Local da entrevista: _____

Horário de início: _____ Horário de término: _____ Duração: _____ min.

Tipo de registro (mediante prévia autorização da participante): _____

QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA*

* Essas questões servirão como uma orientação para a entrevista. Com o objetivo de aprofundar e enriquecer a temática pesquisada, assim como de não cansar desnecessariamente a participante, a depender da dinâmica e desenvolvimento da entrevista algumas questões podem ser incluídas ou excluídas, bem como se poderá alterar a ordem das questões.

- Conte-me um pouco sobre sua trajetória docente.
- Quais costumam ser seus encargos docentes?
- Como se dá a distribuição e organização dos encargos docentes em seu departamento?
- Caso não participe da pós-graduação, qual(is) a(s) razão(ões).
- Inscreve projetos e/ou concorre à algum edital para captação de recursos para o desenvolvimento de sua atividade? Se sim, qual(is)?
- Exerce/ já exerce atividade de gestão? Se sim, como é/foi essa experiência?
- Como se dá a dinâmica entre o planejamento/desenvolvimento dos encargos docentes e dinâmica familiar/doméstica?
- Quais são os afazeres domésticos/familiares que você realizar? E seu/sua companheiro(a) / demais membros de sua casa?
- Quanto tempo costuma dedicar para cada atividade doméstica?
- Como é um dia típico de sua rotina diária? Gostaria que você descrevesse, da forma mais detalhada possível, um dia de trabalho, do início ao fim.
- Sobre as reuniões departamentais:
 - que dinâmicas são utilizadas?
 - sente-se vontade para se manifestar nas reuniões departamentais?
 - qual é o clima geral, antes, durante e depois a sua realização?
 - No geral, como são os resultados e encaminhamentos?

- Você acredita que a Chefia Departamental interfere efetivamente no desenvolvimento de suas atividades? Se sim, em que medida?
- Você acredita que outros espaços de gestão, como Direção de Centro e Reitoria, interferem efetivamente no desenvolvimento de suas atividades? Se sim, em que medida?
- Você dispõe de ambiente docente? E os demais integrantes de seu departamento?
- De forma geral, como é a sua relação com os seus colegas, chefes, estudantes e técnico-administrativos?
- De forma geral, como é a relação entre os docentes (de seu Departamento / Centro / UFPB)?
- Em sua opinião nas atividades da universidade há alguma implicação advindas das relações de gênero? Se sim, qual(is)? (Como se dão as relações de gênero no ambiente universitário? –Explorar-)
- Você integra ou conhece algum grupo ou núcleo que trabalhe com a categoria de gênero? Se sim, qual(is)?
- Em sua opinião as políticas institucionais de gênero na universidade são importantes? Justifique. (Conforme a fala, explorar – espaços de gestão, atividades docentes, captação de recursos, dentre outros)
- É possível chegar a questão da igualdade ou equidade de gênero no âmbito da UFPB?
- Gostaria de falar mais alguma coisa?

DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS E FUNCIONAIS

Identidade de Gênero: _____

Idade: _____

Filho/a(s): () sim () Não / Se sim, quantos/as? _____ Idades: _____

Composição familiar: _____

Estado Civil: _____

Tempo de atuação na UFPB: _____

Regime de Trabalho: () 40h/Dedicação Exclusiva () 40h () 20h

Titulação: _____

Categoria (Classe/Nível): _____

Data da última progressão funcional: _____

Centro / Departamento: _____

É vinculada à Pós-Graduação? () sim () Não / Se sim, qual? _____

Já atuou em alguma outra IFES? () sim () Não

Se sim, qual e quanto tempo? _____

Exerce algum cargo de gestão ou função gratificada? () sim () Não / Se sim, qual?

Recebe alguma Bolsa de *Produtividade* em Pesquisa ou de fomento a alguma atividade docente? () sim () Não / Se sim, qual? _____

Participa de algum programa EaD / PARFOR com bolsa? _____

Renda Bruta Mensal: _____

Renda Bruta familiar: _____

Apêndice 3 –**Orientação aos(às) juízes(as) – análise dos artigos para metanálise****PESQUISA DE REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE SOBRE TRABALHO E GÊNERO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA****ESCLARECIMENTOS AOS(ÀS) JUÍZES(AS):**

O objetivo do estudo é analisar a literatura científica brasileira sobre Trabalho e Gênero, publicada em português, **considerando a produção científica nas bases nacionais em qualquer área do conhecimento e posteriormente em psicologia**. Para tanto, precisamos responder aos seguintes questionamentos:

- (a) Quais as características teórico-metodológicas dos estudos nacionais que envolvem as temáticas: trabalho e gênero?
- (b) Como se caracterizam os estudos que tratam dessa temática no campo da psicologia?
- (c) Qual a coerência desses estudos, considerando problemática, bases teóricas, procedimentos metodológicos, resultados e interpretações realizadas?

Bases de dados nacionais eletrônicas

Gerais:

- 1) SciELO Brasil (Scientific Electronic Library Online)
- 2) Periódicos CAPES
- 3) LILASCS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde)

Psicologia:

- 4) PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia)
- 5) IndexPsi Periódicos / BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil)

Como se pretende analisar as pesquisas publicadas em Periódicos Nacionais e em língua portuguesa, não se fez pesquisa nas bases PsycINFO/APA, *Springer*, *PubMed* e MEDLINE Bireme.

Critérios de inclusão:

Periódico: Nacional

Língua: Portuguesa

Tempo: inicialmente sem limite de ano de publicação

Descritores: gênero e trabalho

Levantamento inicial:

- Quantos artigos aparecem
- Quais as áreas de publicação? 1 - Pelo Qualis CAPES (Qualis atual e não o da época de publicação); 2 Avaliação de pares (pelo conteúdo... apesar de o periódico estar na área de psicologia – entre diversas outras áreas - o artigo não tratou de tema da psicologia / OU / autoria de outra área).
- Mapeamento – região de publicação e filiação do(a) autor(a) principal
- É estudo empírico ou bibliográfico?
- Qual o gênero do(a) primeiro(a) autor(a)

Período do levantamento: maio a setembro/2017

Resultados Preliminares do Levantamento

A pesquisa nas bases de dados eletrônicas iniciou-se de forma ampla, utilizando-se os descritores “gênero” e “trabalho” no campo “todos os índices” de cada base de dados. Como resultado foram encontrados **31.143** artigos indexados (2.289 da SciELO Brasil + 25.582 no Periódicos CAPES + 3.014 no LILASCS+ 200 no PePSIC + 58 no BVS-Psi), encontrando um ou outro dos descritores em qualquer seção do trabalho.

Contudo, nesta pesquisa ampla apareceram artigos que ultrapassam o escopo deste levantamento, pois rapidamente observou-se que os termos buscados tratavam de outros assuntos, como por exemplo, de gênero literário, trabalho escolar, trabalho de parto, dentre outros.

A partir dessa informação decidiu-se fazer um refinamento, usando os DESCRITORES “gênero” e “trabalho” no campo “assunto” (SciELO, Periódicos CAPES e PePSIC) / “descriptor de assunto” (LILACS) / “descriptor Psi Portugues” (BVS-PSi).

Na base de dados da BVS-Psi, utilizou-se o refinamento adicional “Index Psi Periódicos Técnico-Científicos”. Nas bases de dados dos Periódicos CAPES ainda foram aplicados os refinamentos que atendessem os critérios deste levantamento, tais como: Tipo de recurso - artigos; idioma - português; periódicos revisado por pares. Procedimento similar foi realizado

na base de dados da LILACS, onde se utilizaram os refinamentos adicionais como: base de dados - nacionais e Brasil; idioma - português

Após a aplicação desse refinamento apareceram **266** artigos sem restrição de ano (144 da SciELO Brasil + 70 no Periódicos CAPES + 13 no LILASCS + 27 no PePSIC + 12 no BVS-Psi).

Ao se tabular os artigos dessas 05 (cinco) bases de dados observou-se que alguns artigos são indexados em mais de uma base de dados. Nesta ocasião foi feito o registro deste artigo apenas uma vez e a devida indicação em qual/quais base(s) de dados o artigo estava indexado. No Portal do Periódicos Capes 02 artigos foram indexados duas vezes repetidas, essas repetições foram excluídas. Assim, após essa tabulação restaram 195 artigos.

Desses, 06 (seis) artigos foram excluídos, pois, apesar de terem sido publicados em periódicos nacionais, apresentavam texto exclusivamente em espanhol (03) e em inglês (03).

Obedecendo os critérios de investigação da produção científica nos periódicos nacionais, outros 02 (dois) artigos foram excluídos, pois, apesar de terem sido escrito em língua portuguesa, foram publicados em duas revistas de Portugal.

Após a aplicação de todos esses procedimentos descritos, foram achados **187 artigos** que atenderam aos critérios iniciais para que se possa desenvolver essa pesquisa.

Metanálise

Estamos considerando meta-análise como:

Uma investigação pautada em comparações e análises dos dados primários de pesquisas, tomadas como significativas em relação ao tema posto sob foco. O alvo é desenvolver um conhecimento teórico que apresente um nível de abstração mais elevado em relação às sínteses interpretativas dos estudos primários, visando à maior possibilidade de aplicações em situações práticas (ZIMMER, 2006).

Como ainda não temos um conjunto de resultados, ainda não podemos decidir se realizaremos uma meta-análise (quantitativa) ou uma meta-síntese (qualitativa).

As etapas a serem seguidas nesta revisão sistemática e posterior análise serão:

Etapa	Descrição	Situação
1	Definição dos problemas de pesquisa	OK
2	Definição dos critérios para seleção do material (descritores, bases, período, língua)	OK
3	Composição da literatura (levantamento do material)	OK
4	Análise dos(as) juízes(as) para composição do material a ser analisado, considerando os critérios estabelecidos.	
5	Coleta das informações de cada estudo (bibliométricas e de conteúdo)	
6	Avaliação dos estudos selecionados	
7	Análise e síntese dos resultados dos estudos	
8	Interpretação dos dados coletados	
9	Apresentação dos resultados da pesquisa	
10	Discussão e análise crítica	

FASE ATUAL:

Neste momento, solicitamos sua contribuição como juízes(a) para nos ajudarem na definição do material a ser analisado.

Instruções:

Na tabela a seguir estão registrados os 186 artigos que atenderam aos critérios de inclusão e que tinham os DESCRITORES “gênero” e “trabalho” no campo “assunto”.

Os/As juízes(as) devem observar se os artigos de fato se enquadram na temática “Trabalho e Gênero”. Caso seja de interesse, abaixo de cada título dos artigos está registrado o link para o texto completo.

Solicitamos que cada decisão seja marcada de uma cor:

Indicar em:

verde aqueles artigos que discutem “trabalho” e “gênero” **em qualquer área de conhecimento**

azul aqueles artigos que discutem “trabalho” e “gênero” como uma produção do **campo da psicologia**, considerando primeiramente a temática abordada no artigo.

vermelho aqueles artigos que **NÃO** discutem as duas temáticas, ou que as discutem com uma outra perspectiva.

Desde já agradecemos a colaboração.

Apêndice 4: Análise das 3 juízas – 186 artigos – avaliação para metanálise qualitativa

Legenda:

- **azul** aqueles artigos que discutem “trabalho” e “gênero” como uma produção do campo da psicologia, considerando primeiramente a temática abordada no artigo.
- **verde** aqueles artigos que discutem “trabalho” e “gênero” em qualquer área de conhecimento
- **vermelho** aqueles artigos que **NÃO** discutem as duas temáticas, ou que as discutem com uma outra perspectiva.

Base de Dados	JUÍZA (J)			Artigo	Ano	AUTORIA				PERIÓDICO		Qualis 2015 (Maio/2017)	Qualis Quadriênio 2013-2016 (set./2017)
	J1	J2	J3			NOME	GÊNERO 1º AUTOR (A)	ÁREA 1º AUTOR (A)	REGIÃO – FILIAÇÃO 1º AUTOR(A)	Título	Área do periódico Qualis Quadriênio 2013-2016		
01	SciELO			Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero. http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n110/0103-1104-sdeb-40-110-0208.pdf	2016	Kalil, Irene Rocha Aguiar, Adriana Cavalcanti de	Fem.	Ciências	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Saúde em Debate ISSN 0103-1104	De 33 passou para 29 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B2
02	SciELO			O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. http://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n2/07.pdf	2003	Ferreira, Maria Mary	Fem.	Biblioteconomia	São Luiz, MA UFMA	Transinformação ISSN 0103-3786	De 10 passou para 11 registros de avaliação CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	B5	B5
03	SciELO BVS-Psi			Isso é trabalho de imigrante!: Aportes sobre migração, gênero e trabalho no primeiro testamento. http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a12.pdf	2012	Marianno, Lília Dias	Fem.	Missiologia e exegeta, Administração	Rio de Janeiro, RJ ABIB (As. Bras. de Pesq. Bíblica)	REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana ISSN 1980-8585 Aparece no 172	De 11 passou para 12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
04	SciELO			Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n18/2178-4884-rbcpol-18-00179.pdf	2015	Araújo, Clara Veiga, Alinne	Fem.	Sociologia	Rio de Janeiro, RJ UERJ	Revista Brasileira de Ciência Política ISSN 0103-3352	12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
05	SciELO			Responsabilidades, cuidado e democracia. http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n18/2178-4884-rbcpol-18-00081.pdf	2015	Biroli, Flávia.	Fem.	Ciência Política	Brasília, DF UNB	Revista Brasileira de Ciência Política ISSN 0103-3352	12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2

06	SciELO				Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n18/2178-4884-rbcpol-18-00147.pdf	2015	Mariano, Silvana Aparecida Souza, Márcio Ferreira de	Fem.	Sociologia	Londrina, PR UEL	Revista Brasileira de Ciência Política ISSN 0103-3352	12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
07	SciELO				O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n18/2178-4884-rbcpol-18-00265.pdf	2015	Andrade, Joana El-Jaick.	Fem.	Sociologia	Uberlândia, MG IFTM (Triângulo..)	Revista Brasileira de Ciência Política ISSN 0103-3352	12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
08	SciELO				Entre o altruísmo e o familismo: a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013). http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n18/2178-4884-rbcpol-18-00119.pdf	2015	Romero, Karolyne Kerstenetzky, Celia Lessa	Fem.	Ciência Política	Rio de Janeiro, RJ UERJ	Revista Brasileira de Ciência Política ISSN 0103-3352	12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
09	SciELO				Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: implicações democráticas das ações de advocacy. http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n18/2178-4884-rbcpol-18-00211.pdf	2015	Cal, Danila Gentil Rodriguez	Fem.	Comunicação	Belém, PA Unama e UFPA	Revista Brasileira de Ciência Política ISSN 0103-3352	12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
10	SciELO				A família e a maternidade como referências para pensar a política. http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00087.pdf	2015	Ramos, Daniela Peixoto	Fem.	Ciência Política	Brasília, DF UNB	Revista Brasileira de Ciência Política ISSN 0103-3352	12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
11	SciELO				Trabalhadoras de turno noturno: relações de gênero, produção de vulnerabilidades e promoção da saúde. http://www.scielo.br/pdf/rbso/v39n130/0303-7657-rbso-39-130-184.pdf	2014	Arreal, Juliana Figueiredo López, Laura Cecilia	Fem.	Nutrição / Saúde Coletiva	Eldorado do Sul, RS Prefeitura Municipal...	RBSO. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional ISSN 0303-7657	De 25 passou para 28 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
12	SciELO				Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero. http://www.scielo.br/pdf/rbso/v37n126/a13v37n126.pdf	2012	Brito, Jussara Cruz de et al.	Fem.	Pós-Doc Ergologia	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	RBSO. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional ISSN 0303-7657	De 25 passou para 28 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
13	SciELO				Capacidade para o trabalho, saúde e ausência por doença de trabalhadoras de um centro de pesquisa por grupos de idade. http://www.scielo.br/pdf/rbso/v	2005	Monteiro, Maria Silvia, Ilmarinen, Juhani Gomes, Jorge da	Fem.	Enfermagem	São Carlos, SP UFSCAR	RBSO. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional ISSN 0303-7657	De 25 passou para 28 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1

				30n112/08.pdf		Rocha								
14	SciELO			Trabalhadoras brasileiras: características socioeconômicas e ocupacionais e perfil de saúde, Brasil, 2003. http://www.scielo.br/pdf/rbso/v34n120/03v34n120.pdf	2009	Vidal, Renata de Queiroz Santana Silvany Neto, Annibal Muniz	Fem.	Medicina Preventiva e Social	Salvador, BA UFBA	RBSO. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional ISSN 0303-7657	De 25 passou para 28 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1	
	SciELO			The imaginary of Brazilian popular music. http://www.scielo.br/pdf/vb/v8n1/a07v8n1.pdf (NÃO tem texto em português)	2011	Oliven, Ruben George	Masc.		Porto Alegre, RS UFRGS	Vibrant, Virtual Braz. Anthr. , ISSN 1809-4341	12 registros de avaliação ARTES/MÚSICA	A2		
	SciELO			El fantasma de la puta-peluquera: Género, trabajo y estilistas trans en Cali y San Andrés Isla, Colombia http://www.scielo.br/pdf/sess/n24/1984-6487-sess-24-00172.pdf (NÃO tem texto em português)	2016	Posso, Jeanny Lucero Furcia, Ange La	Fem.		Universidad del Valle Cali, Colombia	Sexualidad, Salud Y Sociedad (Rio de Janeiro) ISSN 1984-6487	14 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1		
15	SciELO			O desenvolvimento do talento em uma perspectiva feminina. http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n1/v31n1a12.pdf	2011	Prado, Renata Muniz Fleith, Denise de Souza Gonçalves, Fernanda do Carmo	Fem.	Psicologia, Ms.Proc. de Desenv. Humano e Saúde	Brasília, DF UNB	Psicologia, Ciência e Profissão ISSN 1414-9893	De 11 passou para 12 registros PSICOLOGIA	A2	A2	
16	SciELO			Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n2/v34n2a10.pdf	2014	Salvaro, Giovana Ilka Jacinto Estevam, Dimas de Oliveira Felipe, Daiane Fernandes	Fem.	Psicologia	Criciúma, SC Un. do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	Psicologia, Ciência e Profissão ISSN 1414-9893	De 11 passou para 12 registros PSICOLOGIA	A2	A2	
17	SciELO BVS-Psi			Problematizando as práticas psicológicas no modo de compreender o fenômeno assédio moral. http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n2/v32n2a13.pdf	2012	Meurer, Bruna Strey, Marlene Neves	Fem.	Psicologia	Lages - SC Un. do Planalto Catarinense (UNIPLAC)	Psicologia, Ciência e Profissão ISSN 1414-9893	De 11 passou para 12 registros PSICOLOGIA	A2	A2	
18	SciELO			Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n2/v31n2a09.pdf	2011	Amazonas, Maria Cristina Lopes de Almeida Vieira, Luciana Leila Fontes Pinto, Virgínia Cavalcanti	Fem.	Psicologia	Recife, PE Un. Católica de Pernambuco	Psicologia, Ciência e Profissão ISSN 1414-9893	De 11 passou para 12 registros PSICOLOGIA	A2	A2	
19	SciELO			Na esteira de E.P. Thompson: relações sociais de gênero e o fazer-se agente comunitária de saúde no município do Rio de Janeiro. http://www.scielo.br/pdf/tes/v1	2016	Durão, Anna Violeta Ribeiro Menezes, Clarissa Alves Fernandes de	Fem.	Educação	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Trabalho, Educação e Saúde ISSN 1981-7746	27 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1	

				4n2/1678-1007-tes-1981-7746-sol00011.pdf										
20	SciELO			Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n2/05.pdf	2003	Brito, Jussara Athayde, Milton	Fem.	Dr. Saúde Pública	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Trabalho, Educação e Saúde ISSN 1981-7746	27 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1	
21	SciELO			Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1981-77462004000100005&pid=S1981-77462004000100005&pdf_path=tes/v2n1/05.pdf&lang=pt	2004	Leite, Marcia de Paula.	Fem.	Sociologia	Campinas, SP UNICAMP	Trabalho, Educação e Saúde ISSN 1981-7746	27 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1	
22	SciELO			Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/04.pdf	2009	Dedecca, Claudio Salvadori Ribeiro, Camila Santos Matos de Freitas Ishii, Fernando Hajime	Masc.	Economia	Campinas, SP UNICAMP	Trabalho, Educação e Saúde ISSN 1981-7746	27 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1	
23	SciELO			A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n1/04.pdf	2010	Guedes, Moema de Castro	Fem.	Sociologia, Dr. Demografia	Rio de Janeiro, RJ UERJ	Trabalho, Educação e Saúde ISSN 1981-7746	27 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1	
24	SciELO			Saúde percebida em professores universitários: gênero, religião e condições de trabalho. http://www.scielo.br/pdf/pee/v10n2/v10n2a03.pdf	2006	Rocha, Kátia BONES Sarriera, Jorge Castellá	Fem.	Psicologia	Porto Alegre, RS PUC-RS	Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) ISSN 1413-8557	06 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2	
25	SciELO			"Aqui a conversa é profissional, [...] Eu sou a pintora!": resistência no canteiro de obra. http://www.scielo.br/pdf/rqenf/v36nspe/0102-6933-rqenf-36-spe-0031.pdf	2015	Landerdahl, Maria Celeste et al.	Fem.	Enfermagem	Santa Maria, RS (UFSM)	RGE. Revista Gaúcha de Enfermagem ISSN 1983-1447	De 23 passou para 25 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1	
26	SciELO			Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. http://www.scielo.br/pdf/ram/v16n6/1678-6971-ram-16-06-0019.pdf	2015	SILVA, KÉSIA APARECIDA TEIXEIRA and CAPPELLE, MÔNICA CARVALHO ALVES	Fem.	Administração Mestra em Administração (PPGA-Ufla).	Belo Horizonte, MG (Iceg-PUC Minas)	RAM, Revista de Administração Mackenzie ISSN 1678-6971	De 11 passou para 12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1	

27	SciELO				Status profissional e gênero na atribuição intercultural de afetos no trabalho. http://www.scielo.br/pdf/ram/v10n4/05.pdf	2009	Gondim, Sônia Maria Guedes et al.	Fem.	Psicologia	Salvador, BA (UFBA)	RAM, Revista de Administração Mackenzie ISSN 1678-6971	De 11 passou para 12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
28	SciELO Periódicos CAPES				Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. http://www.scielo.br/pdf/ram/v11n3/a06v11n3.pdf	2010	Cappelle, Mônica Carvalho Alves and Melo, Marlene Catarina de Oliveira Lopes	Fem.	Administração	Lavras/MG (Ufla).	RAM, Revista de Administração Mackenzie ISSN 1678-6971	De 11 passou para 12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
29	SciELO PePSIC Periódicos CAPES				Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. http://www.scielo.br/pdf/pusf/v10n1/v10n1a12.pdf	2005	Santana, Munich and Dimenstein, Magda	Fem.	Psicologia	Natal, RN UFRN	Psico-USF (Impr.) ISSN 1413-8271	De 19 passou para 18 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
30	SciELO				Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n2/1808-2432-rdgv-12-2-0484.pdf	2016	Higa, Flávio da Costa.	Masc.	Dr. Em Direito (USP)	Coxim, MS – Juiz Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	Revista Direito GV ISSN 1808-2432	09 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
31	SciELO				Mulheres em cargos profissionais de chefia: o paradoxo da igualdade. http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n3/1984-0292-fractal-27-3-0301.pdf	2015	Galvane, Fabia Alberton de Silva, Salvaro, Giovana Ilka Jacinto Moraes, Adriana Zomer de	Fem.	Psicologia MS em Desenvolvimento Socioeconômico (UNESC)	Criciúma, SC Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	Fractal, Revista de Psicologia ISSN 1984-0292	15 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
32	SciELO				Juventude e trabalho decente no Brasil - uma proposta de mensuração. http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0569.pdf	2015	Picanço, Felícia Silva.	Fem.	Sociologia	Rio de Janeiro – RJ (UFRJ)	Cadernos CRH (UFBA). ISSN 0103-4979	De 21 passou para 22 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
33	SciELO				Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas. http://www.scielo.br/pdf/sur/v4n6/a05v4n6.pdf	2007	Pautassi, Laura C.	Fem.	Direito	Universidade de Buenos Aires, Argentina.	Sur, Revistainternacional de Direitos Humanos ISSN 1806-6445	De 04 passou para 06 registros de avaliação DIREITO ENTROU PSICOLOGIA	B1 DIREITO	B2 PSICOLOGIA
34	SciELO				Trabalho Feminino e Tecnologia: A Imagem da Alteridade. http://www.scielo.br/pdf/ts/v4n1-2/0103-2070-ts-04-02-0133.pdf	1992	Itani, Alice F.	Fem.	Sociologia	(Em 1992) São Paulo, SP Universidade Estadual Paulista, UNESP,	Tempo Social, Revista de Sociologia da USP ISSN 0103-2070	De 04 passou para 15 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1

35	SciELO				Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf	2014	Hirata, Helena.	Fem.	Sociologia	São Paulo, SP França. Profa. Visitante na USP	Tempo Social Revista de Sociologia da USP ISSN 0103-2070	De 04 passou para 15 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
36	SciELO Periódicos CAPES				Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/05.pdf	2009	Cyrino, Rafaela.	Fem.	Dr, Sociologia Ms. Psicologia Gr Serviço Social	Minas Gerais (PUC-Minas)	Sociologias (UFRGS) ISSN 1517-4522	De 08 passou para 11 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
37	SciELO Periódicos CAPES				A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/03.pdf	2009	Hirata, Helena.	Fem.	Sociologia	ARTIGO TRADUZIDO. França	Sociologias (UFRGS) ISSN 1517-4522	De 08 passou para 11 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
38	SciELO				Gênero, família e globalização. http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/02.pdf	2009	Brumer, Anita.	Fem.	Sociologia	Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sociologias (UFRGS) ISSN 1517-4522	De 08 passou para 11 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
39	SciELO				Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a10.pdf	2010	Holzmann, Lorena.	Fem.	Sociologia	Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sociologias (UFRGS) ISSN 1517-4522	De 08 passou para 11 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
40	SciELO				Desigualdades de gênero no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil: uma análise de idade, período e coorte. http://www.scielo.br/pdf/se/v31n2/0102-6992-se-31-02-00301.pdf	2016	Ribeiro, Carlos Antonio Costa	Masc.	Sociologia	Rio de Janeiro, RJ UERJ	Sociedade e Estado ISSN 0102-6992	De 20 passou para 21 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
41	SciELO				Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00147.pdf	2015	Bernardino-Costa, Joaze	Masc.	Sociologia	Brasília, DF (UNB)	Sociedade e Estado ISSN 0102-6992	De 20 passou para 21 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
42	SciELO Periódicos CAPES				Adeus à divisão sexual do trabalho?: desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. http://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/14.pdf	2012	Guiraldelli, Reginaldo.	Masc.	Serviço Social	Brasília, DF (UNB)	Sociedade e Estado ISSN 0102-6992	De 20 passou para 21 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1

43	SciELO			Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22236.pdf	2004	Calazans, Márcia Esteves de	Fem.	Dr. Sociologia Ms. E Gr em Psicologia	Porto Alegre, RS UFRGS Coord. Regional/RS do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes/RJ	São Paulo em Perspectiva ISSN 0102-8839	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B4	XX
44	SciELO			Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n1/v17n1a02.pdf	2003	Salim, Celso Amorim.	Masc.	Dr. em Demografia Ms e Gr emm Sociologia	Belo Horizonte, MG Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	São Paulo em Perspectiva ISSN 0102-8839	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B4	
45	SciELO			Mulheres nas equipes de enfermagem: identificação organizacional e vivências de prazer e sofrimento. http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n5/pt_0104-1169-rlae-21-05-1127.pdf	2013	Vieira, Adriane et al.	Fem.	Dr e Ms Adm GR Psicologia	Belo Horizonte, MG (UFMG)	Revista Latino-Americana de Enfermagem ISSN 0104-1169	De 01 passou para 02 registroS de avaliação PSICOLOGIA	A1	A2
46	SciELO Periódicos CAPES			A profissionalização da enfermagem brasileira na mídia escrita no final do século XIX: uma análise de gênero http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n5/pt_26.pdf	2011	Santo, Tiago Braga do Espírito, Oguisso, Taka Fonseca, Rosa Maria Godoy Serpa da	Masc.	Enfermagem	São Paulo (USP)	Revista Latino-Americana de Enfermagem ISSN 0104-1169	De 01 passou para 02 registroS de avaliação PSICOLOGIA	A1	A2
47	SciELO Periódicos CAPES			O trabalho da enfermeira no Peru: gênese e constituição social. http://www.scielo.br/pdf/rlae/v8n3/12406.pdf	2000	Cerna Barba, Margarita, Perez de Martos, Marina Violeta Estrada and Fonseca, Rosa Maria Godoy Serpa da	Fem.	Emfermag em	Escola de Enfermagem da Universidade Nacional de Cajamarca (Peru)	Revista Latino-Americana de Enfermagem ISSN 0104-1169	De 01 passou para 02 registroS de avaliação PSICOLOGIA	A1	A2
48	SciELO Periódicos CAPES			Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise. http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/05.pdf	2010	Lima, Rita de Lourdes de et al.	Fem.	Serviço Social	Natal, RN (UFRN)	Revista katálysis ISSN 1414-4980	05 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
49	SciELO Periódicos CAPES			Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/03.pdf	2010	Campos, Marta Silva Teixeira, Solange Maria	Fem.	Dr, Ms Sociologia Gr Serv Social	São Paulo (PUC-SP)	Revista katálysis ISSN 1414-4980	05 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
	SciELO Periódicos CAPES			Gênero y trabajo: una intersección en construcción. Análisis de dos empresas recuperadas. http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/15.pdf (NÃO tem texto em português)	2009	Dicapua, María de los Angeles, Perbellini, Melina and Tifni, Evangelina (Comunicação Social)	Fem.		Argentina.	Revista katálysis ISSN 1414-4980	05 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1

	SciELO				El aporte de las familias y las mujeres a los cuidados no remunerados en salud en Uruguay. http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00187.pdf (NÃO tem texto em português)	2017	Batthyány, Karina, Genta, Natalia and Perrotta, Valentina (Ciências Sociais)	Fem.		Montevideú, Uruguai (Universidad de la República)	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	05 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
50	SciELO				Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família? http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00215.pdf	2017	Madalozzo, Regina and Blofield, Merike	Fem.	Economia	São Paulo, SP (INSPEP)	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
51	SciELO				A igualdade substantiva e os novos desafios nas relações de gênero no trabalho. http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n2/1805-9584-ref-24-02-00639.pdf	2016	Guimarães, Nadya Araujo.	Fem.	Sociologia	São Paulo, SP (USP)	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
52	SciELO Periódicos CAPES				Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/07.pdf	2012	Maneschky, Maria Cristina, Siqueira, Deis and Álvares, Maria Luzia Miranda	Fem.	Sociologia	Belém, PA (UFPA)	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
53	SciELO				O perfil socioeconômico das donas de casa na Nicarágua. http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n1/0104-026X-ref-23-01-00053.pdf	2015	Montoya, Álvaro José, Loreto, Maria das Dores Saraiva de and Teixeira, Karla Maria Damiano	Masc.	Ms Economia Domestica	Viçosa, MG (Universidade Federal de Viçosa)	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
54	SciELO Periódicos CAPES				Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/15.pdf	2010	Madalozzo, Regina, Martins, Sergio Ricardo and Shiratori, Ludmila	Fem.	Economia	São Paulo, SP (INSPEP)	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
55	SciELO Periódicos CAPES				Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/13.pdf	2010	Chies, Paula Viviane.	Fem.	Dr em Psicologia Gr Ed Física	São Paulo, SP (USP)	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
56	SciELO Periódicos CAPES				Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a16.pdf	2009	Sanches, Solange. http://memoria.dieese.org.br/museu/navegacao/nossas-historias/solange-sanches	Fem.	Sociokogia Esp Economia	ONU para a Agricultura e a Alimentação / OIT	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2

57	SciELO Periódicos CAPES				Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a14.pdf	2009	Ramos, Daniela Peixoto.	Fem.	Ciência Política	Brasília (UNB)	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação	A2	A2
58	SciELO Periódicos CAPES				Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/14.pdf	2008	Paixão, Marcelo (Marcelo Jorge de Paula Paixão) Gomes, Flávio	Masc.	Dr Sociologia Gr Economia	Rio de Janeiro (UFRJ)	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação	A2	A2
59	SciELO Periódicos CAPES				O valor material e simbólico da renda renascença. http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a13v15n2.pdf	2007	Albuquerque, Else de F. Menezes, Marilda	Fem.	Sociologia	João Pessoa, PB FACISA Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação	A2	A2
60	SciELO Periódicos CAPES				Gênero e insegurança no trabalho no Reino Unido. http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23966.pdf	2004	Purcell, Kate.	Fem.	Sociologia	ESRU – Employment Studies Research Unit University of West of England	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação	A2	A2
61	SciELO Periódicos CAPES				Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21705.pdf	2004	Salvaro, Giovana Ilka Jacinto.	Fem.	Psicologia	Florianópolis, SC UFSC	Revista Estudos Feministas ISSN 0104-026X	De 04 passou para 05 registros de avaliação	A2	A2
	SciELO				Housework, paid work and psychiatric symptoms. http://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n1/4131.pdf (NÃO tem texto em português)	2001	Santana, Vilma S, Loomis, Dana P and Newman, Beth	Fem.	Dr Epidemiologia Gr Medicina	Salvador, BA ISC / UFBA	Revista de Saúde Pública ISSN 0034-8910	De 59 passou para 54 registros de avaliação	A2	A2
62	SciELO				Aspectos psicossociais do trabalho e distúrbios psíquicos entre trabalhadoras de enfermagem. http://www.scielo.br/pdf/rsp/v37n4/16776.pdf	2003	Araújo, Tânia M et al.	Fem.	Dr Saúde Coletiva Gr Psicologia	Feira de Santana, BA UEFS	Revista de Saúde Pública ISSN 0034-8910	De 59 passou para 54 registros de avaliação	A2	A2
63	SciELO				Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais. http://www.scielo.br/pdf/rsp/v37n1/13546.pdf	2003	Santana, Vilma S et al.	Fem.	Dr Epidemiologia Gr Medicina	Salvador, BA ISC / UFBA	Revista de Saúde Pública ISSN 0034-8910	De 59 passou para 54 registros de avaliação	A2	A2

64	SciELO			Contestações sobre o Masculino no Contexto do Trabalho: Estudo Pós-modernista em Mineradoras e Siderurgias. http://www.scielo.br/pdf/rac/v19nspe3/1415-6555-rac-19-spe3-00269.pdf	2015	Eloísio Moulin de Souza Mônica de Fatima Bianco Gelson Silva Junquilha	Masc.	Dr Psicologia Gr Ciências Contábeis	Vitória, ES UFES	Revista de Administração Contemporânea ISSN 1415-6555	10 registros de avaliação ADMINISTRAÇÃO	A2	A2
65	SciELO			Utilização da "linha púrpura" como método clínico auxiliar para avaliação da fase ativa do trabalho de parto. http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v11n3/a12v11n3.pdf	2011	Narchi, Nádia Zanon et al.	Fem.	Enfermagem	São Paulo, SP USP	Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil ISSN 1519-3829	De 10 passou para 19 registros de avaliação ENFERMAGEM	B1	B1
66	SciELO			Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação? http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v33n3/0102-3098-rbepop-33-03-00517.pdf	2016	Passos, Luana and Waltenberg, Fábio	Fem.	Economia	Niterói-RJ UFF	Revista Brasileira de Estudos de População ISSN 0102-3098	De 19 passou para 20 registros de avaliação ECONOMIA	B2	B2
67	SciELO			A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n2/v25n2a03.pdf	2008	Leone, Eugenia Troncoso and Baltar, Paulo	Fem.	Economia	Campinas, SP UNICAMP	Revista Brasileira de Estudos de População ISSN 0102-3098	De 19 passou para 20 registros de avaliação ECONOMIA	B2	B2
68	SciELO			Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a10v23n2.pdf	2006	Leone, Eugenia Troncoso and Baltar, Paulo	Fem.	Economia	Campinas, SP UNICAMP	Revista Brasileira de Estudos de População ISSN 0102-3098	De 19 passou para 20 registros de avaliação ECONOMIA	B2	B2
69	SciELO			Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf	2006	Cristina Bruschini	Fem.	Sociologia	São Paulo Fund. Carlos Chagas	Revista Brasileira de Estudos de População ISSN 0102-3098	De 19 passou para 20 registros de avaliação ECONOMIA	B2	B2
70	SciELO Periódicos CAPES			O trabalho da enfermeira: a pertinência da categoria analítica do gênero para o seu estudo. http://www.scielo.br/pdf/reben/v49n4/v49n4a02.pdf	1996	Pereira, Wilza Rocha Bellato, Rosenev	Fem.	Enfermagem	Cuiabá, MT UFMT	Revista Brasileira de Enfermagem ISSN 0034-7167	De 26 passou para 27 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
71	SciELO Periódicos CAPES			Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v31n90/0102-6909-rbcso-31-90-0017.pdf	2016	Nadya Araujo Guimarães Murillo Marschner Alves de Brito Leonardo Sangali Barone	Fem.	Sociologia	São Paulo – SP USP	Revista Brasileira de Ciências Sociais ISSN 0102-6909	14 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	

72	SciELO Periódicos CAPES			Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n48/13955.pdf	2002	Carlos Aurélio Pimenta de Faria	Masc.	Dr e Ms Ciência Política Gr História	Belo Horizonte, MG PUC Minas	Revista Brasileira de Ciências Sociais ISSN 0102-6909	De 14 passou para 15 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
73	SciELO Periódicos CAPES			Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a03v2162.pdf	2006	Clara Araújo (Clara Maria de Oliveira Araújo) Celi Scalon	Fem.	Sociologia	Rio de Janeiro, RJ UERJ	Revista Brasileira de Ciências Sociais ISSN 0102-6909	De 14 passou para 15 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
74	SciELO Periódicos CAPES			Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/002.pdf	2000	Bila Sorj	Fem.	Sociologia	Rio de Janeiro UFRJ	Revista Brasileira de Ciências Sociais ISSN 0102-6909	De 14 passou para 15 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
75	SciELO Periódicos CAPES			As mulheres no mundo do trabalho: ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a12v25n2.pdf	2009	Cíntia Maria Teixeira	Fem.	Psicologia	Belo Horizonte, MG UFMG	Psicologia: Teoria e Pesquisa ISSN 0102-3772	De 10 passou para 14 registros de avaliação PSICOLOGIA	A1	A1
76	SciELO Periódicos CAPES LILACS			A Constituição da Identidade Masculina: Alguns Pontos para Discussão. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100007&lng=pt&rm=iso	1997	Maria Juracy Toneli Siqueira	Fem.	Psicologia	Florianópolis, SC UFSC	Psicologia USP ISSN 0103-6564	De 10 passou para 12 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
77	SciELO LILACS			Família, trabalho, identidades de gênero. http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a16v15n1.pdf	2010	Thálita Cavalcanti Menezes da Silva Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas Luciana Leila FontesVieira	Fem.	Psicologia	Recife, PE Faculdade Pernambucana de Saúde.	Psicologia em Estudo - Maringá ISSN 1413-7372	De 13 passou para 15 registros de avaliação PSICOLOGIA	A1	A1
78	SciELO LILACS BVS-Psi			Gênero e estresse em trabalhadores de uma universidade pública do estado de São Paulo. http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n2/v9n2a11.pdf	2004	Areias, Maria Elenice Quelho and Guimarães, Lilians Andolpho Magalhães	Fem.	Psicologia	Campinas, SP UNICAMP	Psicologia em Estudo - Maringá ISSN 1413-7372	De 13 passou para 15 registros de avaliação PSICOLOGIA	A1	A1
79	SciELO			A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa05.pdf	2003	Ana Cláudia Fleck Adriana Wagner	Fem.	Psicologia	Porto Alegre, RS Docente da ESPM	Psicologia em Estudo - Maringá ISSN 1413-7372	De 13 passou para 15 registros de avaliação PSICOLOGIA	A1	A1

80	SciELO LILACS PePSIC BVS-Psi			Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade?. http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a02.pdf	2005	Perlin, Giovana Diniz, Gláucia	Fem.	Psicologia	Pesquisa em Brasília -DF Faculdade Ruy Barbosa, Salvador, BA	Psicologia Clínica ISSN 0103-5665	De 09 passou para 10 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
81	SciELO Periódicos CAPES BVS-Psi			O processo de constituição da identidade na adolescência: trabalho, classe e gênero. http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/17.pdf	2014	Marta Santos Sales	Fem.	Dr Ms Sociologia Gr Psicologia	Belo Horizonte/MG UFMG	Psicologia e Sociedade ISSN 0102-7182 Ver 192	De 28 passou para 22 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
82	SciELO			Gênero e os sentidos do trabalho social. http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a17v21n3.pdf	2009	Jacy Corrêa Curado Vera Sonia Mincoff Menegon	Fem.	Psicologia	Campo Grande - MS Universidade Católica Dom Bosco	Psicologia e Sociedade ISSN 0102-7182	De 28 passou para 22 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
83	SciELO			Auto relato de situações constrangedoras no trabalho e assédio moral nos bancários: uma fotografia http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a16v19n3.pdf	2007	Regina Heloisa Maciel Rosemary Cavalcante Teresa Glauca Rocha Matos Suzineide Rodrigues	Fem.	Psicologia	Fortaleza, CE Universidade de Fortaleza,	Psicologia e Sociedade ISSN 0102-7182	De 28 passou para 22 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
84	SciELO			Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a11v19n1.pdf	2007	Eva G. Jonathan Taissa M. R. da Silva	Fem.	Psicologia	Rio de Janeiro PUC-RJ	Psicologia e Sociedade ISSN 0102-7182	De 28 passou para 22 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
85	SciELO Periódicos CAPES			Forclusão do feminino na organização do trabalho: um assédio de gênero. http://www.scielo.br/pdf/prod/v14n3/v14n3a01.pdf	2004	Marie-Grenier Pezéz	Fem.	Psicologia	França	Revista Produção ISSN 0103-6513	De 20 passou para 18 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
86	SciELO Periódicos CAPES			Saúde, gênero e reconhecimento no trabalho das professoras: convergências e diferenças no Brasil e na França http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n2/0103-7331-physis-24-02-00589.pdf	2014	Brito, Jussara et al.	Fem.	Pós-Doc Ergologia	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Physis ISSN 0103-7331	23 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
87	SciELO LILACS			Diferenças de gênero e valores relativos ao trabalho. http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n45/a06v20n45.pdf	2010	Margareth Ribeiro Machado Santos Silva	Fem.	Psicologia	Goiânia-GO Fac Estácio de São	Paidéia (Ribeirão Preto) ISSN 0103-863X Ver 194	De 11 passou para 12 registros de avaliação	A1	A1

	BVS-Psi					Helenides Mendonça Daniela Sacramento Zanini						PSICOLOGIA		
88	SciELO				Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. http://www.scielo.br/pdf/paideia/v19n44/a09v19n44.pdf	2009	Mara Coelho de Souza Lago Carolina Duarte de Souza Erikson Kaszubowski Marina Silveira Soares	Fem.	Psicologia	Florianópolis-SC UFSC	Paidéia (Ribeirão Preto) ISSN 0103-863X	De 11 passou para 12 registros de avaliação PSICOLOGIA	A1	A1
	SciELO				Shrinking gender wage gaps in the Brazilian labor market: an application of the APC approach. http://www.scielo.br/pdf/neco/v26n2/1980-5381-neco-26-02-00429.pdf (NÃO tem texto em português)	2016	Hausmann, Samantha and Golgher, André Braz	Fem.		Belo Horizonte – MG UFMG	Nova Economia ISSN 0103-6351	De 10 passou para 11 registros de avaliação ECONOMIA	B1	B1
89	SciELO				Um indicador de não satisfação no trabalho e a mobilidade do mercado de trabalho: um estudo para homens e mulheres. http://www.scielo.br/pdf/neco/v24n1/0103-6351-neco-24-01-0123.pdf	2014	Danielle Carusi Machado Adriana Fontes daSilva	Fem.	Economia	Rio de Janeiro UFF	Nova Economia ISSN 0103-6351	De 10 passou para 11 registros de avaliação ECONOMIA	B1	B1
90	SciELO Periódicos CAPES				Crítica de cultura no feminino. http://www.scielo.br/pdf/mana/v14n2/a09v14n2.pdf	2008	Pontes, Heloisa.	Fem.	Antropologia	Campinas, SP UNICAMP	Maná ISSN 0104-9313	De 10 passou para 11 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
91	SciELO				Trabalho perpétuo: o viés de gênero e o ideal de juventude no capitalismo flexível. http://www.scielo.br/pdf/ln/n99/1807-0175-ln-99-00169.pdf	2016	Castro, Bárbara.	Fem.	Sociologia	Campinas, SP UNICAMP	Lua Nova ISSN 0102-6445	De 13 passou para 15 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
92	SciELO				Identidade da agente comunitária de saúde: tecendo racionalidades emergentes. http://www.scielo.br/pdf/icse/v17n47/aop4313.pdf	2013	Rocha, Natália Hosana Nunes, Barletto, Marisa and Bevilacqua, Paula Dias	Fem.	Educação	Viçosa, MG UFV	Interface (Botucatu) ISSN 1414-3283	De 22 passou para 25 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
93	SciELO				Gênero e trabalho em Saúde: um olhar crítico sobre o trabalho de agentes comunitárias/os de Saúde. http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n42/v16n42a13.pdf	2012	Regina Helena Simões Barbosa Clarissa Alves Fernandes de Menezes	Fem.	Dr Ms Saúde Pública Gr Psicologia	Rio de Janeiro, RJ UFRJ Inst Saúde Coletiva	Interface (Botucatu) ISSN 1414-3283	De 22 passou para 25 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2

						Helena Maria Scherlowski Leal David								
						Vera Joana Bornstein								
94	SciELO				O trabalho de enfermeiras e guardas municipais: identidade, gênero e poder. http://www.scielo.br/pdf/icse/v13n31/a13v1331.pdf	2009	Eduardo Pinto e Silva Márcia Regina Cangiani Fabbro Roberto Heloani	Masc.	DR Ms Educação Gr Psicologia	São Carlos, SP UFSCAR	Interface (Botucatu) ISSN 1414-3283	De 22 passou para 25 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
95	SciELO				Trabalho feminino no setor <i>offshore</i> na Bacia de Campos-RJ: percepção das trabalhadoras e estratégias usadas na gestão dos tempos de vida e de trabalho. http://www.scielo.br/pdf/gp/v23n1/0104-530X-gp-0104-530X1600-14.pdf	2016	Anete Ribeiro da Gama Barbosa Denise Alvarez	Fem.	Gestão e meio ambiente Gr Ed Física	Niterói, RJ UFF	Gestão & Produção ISSN 0104-530X	De 17 passou para 18 registros de avaliação CIÊNCIAS AMBIENTAIS	B2	B1
96	SciELO Periódicos CAPES				A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. http://www.scielo.br/pdf/ee/v35n4/v35n4a07.pdf	2005	Cacciamali, Maria Cristina and Hirata, Guilherme Issamu	Fem.	Economia	São Paulo FEA-USP	Estudos Econômicos ISSN 0101-4161	13 registros de avaliação ECONOMIA	B1	B1
97	SciELO				A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf	2016	Sousa, Luana Passos De And Guedes, Dyeggo Rocha	Fem.	Economia	Niterói, RJ UFF	Estudos Avançados ISSN 0103-4014	28 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
98	SciELO				Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00137.pdf	2015	Proni, Marcelo Weishaupt And Gomes, Darcilene Claudio	Masc.	Economia	Campinas, SP UNICAMP	Estudos Avançados ISSN 0103-4014	28 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
99	SciELO				Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00053.pdf	2015	Baltar, Paulo And Leone, Eugenia	Masc.	Economia	Campinas, SP UNICAMP	Estudos Avançados ISSN 0103-4014	28 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
100	SciELO				Abordagem sobre trabalho artesanal em histórias de vida de mulheres. http://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00247.pdf	2015	Márcia Alves da Silva	Fem.	Dr Ms Educação Gr Sociologia	Pelotas, RS UFPEL	Educar em Revista ISSN 0104-4060	De 18 passou para 20 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1

101	SciELO			Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. http://www.scielo.br/pdf/er/nsp_e2/16.pdf	2010	Zibetti, Marli Lúcia Tonatto and Pereira, Sidnéia Ribeiro	Fem.	Psicologia	Porto Velho, RO Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Educar em Revista ISSN 0104-4060	De 18 passou para 20 registros de avaliação	B1	B1
102	SciELO			Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/02.pdf	2008	Ferreira, Márcia Ondina Vieira.	Fem.	Educação	Pelotas, RS UFPEL	Educar em Revista ISSN 0104-4060	De 18 passou para 20 registros de avaliação	B1	B1
103	SciELO Periódicos CAPES			A história de Alda: ensino, classe, raça e gênero. http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a07.pdf	1999	Marília Pinto de Carvalho	Fem.	Dr Ms Educação Gr História	São Paulo USP Faculdade de Educação	Educação e Pesquisa ISSN 1517-9702	De 23 passou para 29 registros de avaliação	B1	B1
104	SciELO Periódicos CAPES			Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores. http://www.scielo.br/pdf/es/v18n61/4699.pdf	1997	Maria Rosa Lombardi	Fem.	Sociologia	Campinas, SP UNICAMP	Educação & Sociedade ISSN 0101-7330	De 21 passou para 22 registros de avaliação	A2	A2
105	SciELO			Sobre algumas relações entre qualificação, trabalho docente e gênero http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a17.pdf	2012	Sarah Jane Alves Durães	Fem.	Educação	Montes Claros - MG Un. Estadual de Montes Claros	Educação & Sociedade ISSN 0101-7330	De 21 passou para 22 registros de avaliação	A2	A2
106	SciELO Periódicos CAPES			Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. http://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a06.pdf	1999	Liliana Rolfsen Petrilli Segnini	Fem.	Sociologia	Campinas, SP UNICAMP	Educação & Sociedade ISSN 0101-7330	De 21 passou para 22 registros de avaliação	A2	A2
107	SciELO Periódicos CAPES			Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v14n3/05.pdf	2010	Gilnei C. Santos Rosa M. O. Fontes Patrícia M. A. Bastos João E. de Lima§	Masc.	Economia	Viçosa, MG (Universidade Federal de Viçosa)	Economia Aplicada ISSN 1413-8050	De 10 passou para 11 registros de avaliação	B1	B1
108	SciELO			Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. http://www.scielo.br/pdf/dados/v59n3/0011-5258-dados-59-3-0719.pdf	2016	Flávia Biroli	Fem.	Dr Ms História Gr Com Social	Brasília, DF UNB	Dados ISSN 0011-5258	16 registros de avaliação	A1	A1
109	SciELO			Trabalho regular para os homens e precário para as mulheres na produção de frutas. http://www.scielo.br/pdf/cagro/	2005	Mota, Dalva Maria da.	Fem.	Sociologia	Embrapa Aracaju, SE	Ciência e Agrotecnologia ISSN 1413-7054	23 registros de avaliação	A1	Não tem mais educ

				v29n4/a25v29n4.pdf									
110	SciELO Periódicos CAPES			Estresse ocupacional em mulheres policiais. http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/11.pdf	2013	Claudia de Magalhães Bezerra Maria Cecília de Souza Minayo Patrícia Constantino	Fem.	Psicologia	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Ciência e Saúde Coletiva ISSN 1413-8123	De 85 passou para 92 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
111	SciELO			O que estão fazendo os homens maduros que não trabalham, não procuram trabalho e não são aposentados? http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n9/1413-8123-csc-20-09-2757.pdf	2015	Ana Amelia Camarano Daniele Fernandes Carvalho	Fem.	Estudos Populacionais demografia	Rio de Janeiro RJ Ipea	Ciência e Saúde Coletiva ISSN 1413-8123	De 85 passou para 92 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
112	SciELO Periódicos CAPES			Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n3/28.pdf	2011	Lígia Bittencourt Kiss Lilia BlimaSchraiber	Fem.	Medicina Preventiva	São Paulo USP	Ciência e Saúde Coletiva ISSN 1413-8123	De 85 passou para 92 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
113	SciELO Periódicos CAPES			Feminização do curso de odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros. http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/100.pdf	2010	Simone de Melo Costa Sarah Jane Alves Durães Mauro Henrique Nogueira Guimarães deAbreu	Fem.	Odontologia	Montes Claros - MG Un. Estadual de Montes Claros.	Ciência e Saúde Coletiva ISSN 1413-8123	De 85 passou para 92 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
114	SciELO Periódicos CAPES			Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n4/32347.pdf	2006	Tânia Maria de Araújo Tiana Mascarenhas Godinho Eduardo J F B dos Reis Maura Maria G de Almeida	Fem.	Dr Saúde Coletiva Gr Psicologia	Feira de Santana, BA UEFS	Ciência e Saúde Coletiva ISSN 1413-8123	De 85 passou para 92 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
115	SciELO Periódicos CAPES			Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a12v10n4.pdf	2005	Brito, Jussara.	Fem.	Pós-Doc Ergologia	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Ciência e Saúde Coletiva ISSN 1413-8123	De 85 passou para 92 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
116	SciELO			Percepções sobre o papel do Estado, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: uma análise do Rio de Janeiro. http://www.scielo.br/pdf/cpa/n47/1809-4449-cpa-18094449201600470020.pdf	2016	Guedes, Moema de Castro.	Fem.	Sociologia	Seropédica, RJ UFRRJ	Cadernos Pagu ISSN 0104-8333	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1

117	SciELO			Bailarinas e bailarinos: uma etnografia da dança como profissão. http://www.scielo.br/pdf/cpa/n41/13.pdf	2013	Juliana Cunha Lima Neves	Fem.	Sociologia	São Paulo USP	Cadernos Pagu ISSN 0104-8333	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
118	SciELO			Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação. http://www.scielo.br/pdf/cpa/n46/1809-4449-cpa-46-0223.pdf	2016	Maia, Marcel Maggion	Masc.	Sociologia	São Paulo USP	Cadernos Pagu ISSN 0104-8333	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
119	SciELO Periódicos CAPES			"Remar o próprio barco": a centralidade do trabalho no mundo das mulheres "sós" http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a10n34.pdf	2010	Gonçalves, Eliane.	Fem.	Sociologia	Goiás UFG	Cadernos Pagu ISSN 0104-8333	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
120	SciELO Periódicos CAPES			O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade?. http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a04n34.pdf	2010	Artes, Amélia Cristina Abreu and Carvalho, Marília Pinto de	Fem.	Educação	Universidade Bandeirante de São Paulo	Cadernos Pagu ISSN 0104-8333	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
121	SciELO Periódicos CAPES			Globalização e divisão sexual do trabalho http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf	2002	Hirata, Helena	Fem.	Sociologia	França	Cadernos Pagu ISSN 0104-8333	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
122	SciELO Periódicos CAPES			Tráfico de Pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo. http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a10.pdf	2008	Paulo Illes Gabrielle Louise Soares Timóteo Elaine da Silva Fiorucci	Masc.	?	São Paulo, SP Coordenador do Centro de Apoio ao Migrante/SPM/CNBB	Cadernos Pagu ISSN 0104-8333	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
123	SciELO Periódicos CAPES			Trabalho infantil em França: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30393.pdf	2006	Elisiane Sartori	Fem.	Dr Sociologia Gr C. Econômicas	Campinas, SP UNICAMP	Cadernos Pagu ISSN 0104-8333	17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B1
124	SciELO			Violência no trabalho em saúde: a experiência de servidores estaduais da saúde no Estado da Bahia, Brasil. http://www.scielo.br/pdf/csp/v30n10/0102-311X-csp-30-10-2112.pdf	2014	Iracema Viterbo Silva Estela M. L. Aquino Isabela Cardoso de Matos Pinto	Fem.	Dr Epidemiologia Ms S Coletiva Gr S Social	Salvador, BA UFBA	Cadernos de Saúde Pública ISSN 0102-311X	De 57 passou para 53 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
125	SciELO			Perspectiva relacional no estudo do processo de trabalho em saúde: contribuição para uma nova abordagem a partir do estudo da prática do nutricionista no campo da	1995	Viana, Solange V.	Fem.	Nutrição	Salvador, BA UFBA	Cadernos de Saúde Pública ISSN 0102-311X	De 57 passou para 53 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2

				alimentação institucional. http://www.scielo.br/pdf/csp/v11n4/v11n4a08.pdf									
126	SciELO			Saúde das trabalhadoras: o caso da lavanderia de uma indústria química de cloro-soda. http://www.scielo.br/pdf/csp/v11n4/v11n4a02.pdf	1995	Brito, Jussara C. de et al.	Fem.	Ms. Eng. Produção	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Cadernos de Saúde Pública ISSN 0102-311X	De 57 passou para 53 registros de avaliação	A2	A2
127	SciELO			Acidentes de trabalho não fatais: diferenças de gênero e tipo de contrato de trabalho. http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n2/15414.pdf	2003	Vilma Santana Antônio P. Maia Cláudia Carvalho Glaura Luz	Fem.	Dr Epidemiologia Gr Medicina	Salvador, BA ISC / UFBA	Cadernos de Saúde Pública ISSN 0102-311X	De 57 passou para 53 registros de avaliação	A2	A2
128	SciELO			Inserção produtiva, gênero e saúde mental. http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n3/2950.pdf	2000	Ludermir, Ana Bernarda.	Fem.	Medicina	Recife - PE UFPE	Cadernos de Saúde Pública ISSN 0102-311X	De 57 passou para 53 registros de avaliação	A2	A2
129	SciELO			Gênero e trabalho noturno: sono, cotidiano e vivências de quem troca a noite pelo dia. http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n3/4646.pdf	2001	Lúcia Rotenberg Luciana Fernandes Portela Willer Baumgartem Marcondes Cláudia Moreno Cristiano de Paula Nascimento	Fem.	Dr Psicologia Gr C. Biológicas	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) Biologia	Cadernos de Saúde Pública ISSN 0102-311X	De 57 passou para 53 registros de avaliação	A2	A2
130	SciELO			Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n1/1578.pdf	2000	Brito, Jussara C. de	Fem.	Dr. Saúde Pública	Rio de Janeiro, RJ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Cadernos de Saúde Pública ISSN 0102-311X	De 57 passou para 53 registros de avaliação	A2	A2
131	SciELO Periódicos CAPES			Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres. http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n163/1980-5314-cp-47-163-00202.pdf	2017	Regina Madalozzo Rinaldo Artes	Fem.	Economia	São Paulo - SP Insper	Cadernos de Pesquisa ISSN 0100-1574 (Versão Impressa) Ver 187, mesmo nome de revista outro ISSN (online)	16 registros de avaliação	A2	A2
132	SciELO			Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n149/06.pdf	2013	Bila Sorj	Fem.	Sociologia	Rio de Janeiro UFRJ	Cadernos de Pesquisa ISSN 0100-1574	16 registros de avaliação	A2	A2
133	SciELO			Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do	2013	Angela Maria Carneiro Araújo	Fem.	Sociologia	Campinas, SP UNICAMP	Cadernos de Pesquisa	16 registros de avaliação	A2	A2

				século XXI. http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n149/05.pdf		Maria Rosa Lombardi				ISSN 0100-1574	PSICOLOGIA		
134	SciELO			Anotações sobre trabalho e gênero. http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n149/03.pdf	2013	Magda de Almeida Neves	Fem.	DR Sociologia Gr Serviço Social	Belo Horizonte – MG PUC-MG	Cadernos de Pesquisa ISSN 0100-1574	16 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
135	SciELO Periódicos CAPES			Novas configurações da divisão sexual do trabalho. http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf	2007	Helena Hirata DanièleKergoat	Fem.	Sociologia	França	Cadernos de Pesquisa ISSN 0100-1574	16 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
136	SciELO Periódicos CAPES			Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf	2007	Maria Cristina Aranha Bruschini	Fem.	Sociologia	Fundação Carlos Chagas	Cadernos de Pesquisa ISSN 0100-1574	16 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
137	SciELO Periódicos CAPES			Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0836127.pdf	2006	Lombardi, Maria Rosa.	Fem.	DR Ms Educação Gr Sociologia	Fundação Carlos Chagas	Cadernos de Pesquisa ISSN 0100-1574	16 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
138	SciELO Periódicos CAPES			A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a03.pdf	2000	Cristina Bruschini Maria Rosa Lombardi	Fem.	Sociologia	Fundação Carlos Chagas	Cadernos de Pesquisa ISSN 0100-1574	16 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
139	PePSIC BVS-Psi			Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v11n1/v11n1a03.pdf	2003	Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira Raquel Gomes Pinto Alessandra da Silva Souza	Fem.	Dr Educação Ms Gr Psicologia	Brasília, DF UNB	Temas em Psicologia ISSN 1413-389X	De 15 passou para 16 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
140	PePSIC			Gênero, representação simbólica e origem social nos conflitos entre médicos e enfermeiras http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a07.pdf	2010	Ítala Maria Bazzarelli Maria Cristina Sanches Amorim	Fem.	Dr Sociologia Ms ADM Gr Psicologia	Taubaté - SP Faculdade Comunitária Taubaté	Revista Psicologia Política ISSN 1519-549X	De 05 passou para 07 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B3
141	PePSIC			Trabalho e família: perspectivas teóricas e desafios atuais. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a05.pdf	2012	Barham, Dra. Elizabeth Joan and Vanalli, Ana Carolina Gravena	Fem.	Psicologia	São Carlos, SP UFSCar	Revista Psicologia: Organizações e Trabalho ISSN 1984-6657	De 13 passou para 14 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
142	PePSIC			Noções de "trabalho feminino" no chão de fábrica de uma empresa líder no setor de eletrodomésticos. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v7n1/v7n1a06.pdf	2007	Juliana de Carlo Yára Lúcia MazzottiBulgacov	Fem.	Administração	Paraná UFPR	Revista Psicologia: Organizações e Trabalho ISSN 1984-6657	De 13 passou para 14 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2

143	PePSIC				Equilíbrio trabalho e família: os significados para os bancários. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v7n1/v7n1a05.pdf	2007	Graciela Sanjutá Soares Faria Alessandra Rachid	Fem.	Dr Ms Gestão da Produção Gr Psicologia	Ituverava, SP Fundação Educação de Ituverava	Revista Psicologia: Organizações e Trabalho ISSN 1984-6657	De 13 passou para 14 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
144	PePSIC				Imagens sociais e gênero nas relações de trabalho. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v5n1/v5n1a04.pdf	2005	Marcus Eugênio Oliveira Lima Sônia Maria Guedes Gondim Ivna Christine Novaes Santos Márcio de Oliveira Sá Mirele Cardoso de Bonfim	Masc.	Psicologia	Aracaju, SE UFSE	Revista Psicologia: Organizações e Trabalho ISSN 1984-6657	De 13 passou para 14 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
145	PePSIC				Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v2n1/v2n1a02.pdf	2002	Maria Juracy Toneli Siqueira	Fem.	Psicologia	Florianópolis - SC UFSC	Revista Psicologia: Organizações e Trabalho ISSN 1984-6657	De 13 passou para 14 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
146	PePSIC				De balde e vassoura na mão: os sentidos que mulheres serventes de limpeza atribuem aos seus trabalhos http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/v7n2a16.pdf	2007	Maria Fernanda Diogo Kátia Maheirie	Fem.	Psicologia	Florianópolis - SC UFSC	Revista Mal-Estar e Subjetividade ISSN 1518-6148	De 06 passou para 07 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	B1
147	LILACS PePSIC				Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v15n1/v15n1a05.pdf	2014	Fiorin, Pascale Chechi, Oliveira, Clarissa Tochetto de Dias, Ana Cristina Garcia	Fem.	Psicologia	Santa Maria-RS Faculdade Integrada de Santa Maria	Revista Brasileira de Orientação Profissional ISSN 1679-3390 Ver em 191	04 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
148	PePSIC				A subrepresentatividade das mulheres em áreas tipicamente masculinas: Factores explicativos e pistas para a intervenção. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v11n1/v11n1a06.pdf	2010	Saavedra, Luísa, Taveira, Maria do Céu and Silva, Ana Daniela	Fem.	Psicologia	Universidade do Minho, Braga, Portugal	Revista Brasileira de Orientação Profissional ISSN 1679-3390	04 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
149	PePSIC				As condições e a organização do trabalho de professoras de escolas públicas. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n2/v12n2a04.pdf	2010	Mônica Rafaela de Almeida Mary Yale Neves Francieiry Alexandre dos Santos	Fem.	Psicologia	João Pessoa, PB UFPB	Psicologia: Teoria e Prática ISSN 1516-3687	De 13 passou para 12 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2

150	PePSIC			Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400003&lng=pt&rm=iso	2008	Glauca de Lima D'Alonso	Fem.	Psicologia	São Paulo, SP Univ Estadual Paulista	Psicologia para América Latina ISSN 1870-350X	05 registros de avaliação PSICOLOGIA	B4	B3
151	PePSIC			Saúde percebida em professores universitários: gênero, religião e condições de trabalho http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572006000200003&lng=pt&rm=iso	2006	Kátia Bones Rocha Jorge Castellá Sarriera	Fem.	Psicologia	Universidade Autônoma de Barcelona / UFRGS	Psicologia Escolar e Educacional ISSN 1413-8557	06 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
152	PePSIC			A fonte que nunca seca: o trabalho cotidiano de mulheres com a água no Semiárido. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pp/v10n1/13.pdf	2015	Maria Inácia D'Ávila Neto Gabriel de Sena Jardim	Fem.	Psicologia	Rio de Janeiro, RJ Programa EICOS/UFRJ	Pesquisa e Práticas Psicossociais ISSN 1809-8908	De 08 passou para 11 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
153	PePSIC			A representação social do trabalho feminino para homens casados http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v6n11/v6n11a09.pdf	2008	Adriano Roberto Afonso do Nascimento Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento Zeidi Araújo Trindade	Masc.	Psicologia	Belo Horizonte, MG UFMG	Mental ISSN 1679-4427	De 02 passou para 03 registros de avaliação PSICOLOGIA	B3	B2
154	PePSIC			A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v11n21/v11n21a07.pdf	2006	Maria Fernanda Diogo Maria Chalfin Coutinho	Fem.	Psicologia	Florianópolis-SC UFSC	Interações ISSN 1413-2907	Até 2012 Qualis C em Psicologia 2014 e 2015 NÃO TEM QUALIS	-----	Aparece com outro ISSN
155	PePSIC			A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v6n1/v6n1a06.pdf	2006	Mary Yale Neves Rodrigues Edith Seligmann Silva	Fem.	Psicologia	João Pessoa, PB UFPB	Estudos e Pesquisas em Psicologia ISSN 1808-4281	De 15 passou para 13 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	A2
156	PePSIC			Tecnoestresse e relação com a carreira, satisfação com a vida e interação trabalho-família: uma análise de gênero. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/lin/v9n1/v9n1a05.pdf	2016	Mary Sandra Carlotto Guilherme Welter Wendt	Fem.	Psicologia	São Leopoldo, RS Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Contextos Clínicos ISSN 1983-3482	De 06 passou para 08 registros de avaliação PSICOLOGIA	B3	B1

157	PePSIC			Mulheres, trabalho e redes sociais: Uma experiência etnográfica de produção de performances para o vídeo. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v13n1/v13n1a14.pdf	2008	Ana Lúcia MarquesCamargo Ferraz	Fem.	Antropologia	São Paulo, SP USP	Ciências & Cognição ISSN 1806-5821	De 26 passou para 21 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
158	PePSIC			Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n1/a03v17n1.pdf	2014	Elisabete Figueroa dos Santos Maria Fernanda Diogo Lia Vainer Shucman	Fem.	Psicologia	São Carlos, SP UFSCar	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho ISSN 1516-3717	De 09 passou para 10 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
159	PePSIC			Gênero, autoconceito e trabalho na perspectiva de brasileiros e angolanos. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v16n2/a02v16n2.pdf	2013	Sônia Maria Guedes Gondim, et al.	Fem.	Psicologia	Salvador, BA UFBA	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho ISSN 1516-3717	De 09 passou para 10 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
160	PePSIC BVS-Psi			Trabalho e gênero: elaborações discursivas sobre os papéis profissionais. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v15n2/v15n2a09.pdf	2012	Raquel PereiraBelo Leoncio Camino	Fem.	Psicologia	Parnaíba, PI UFPI	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho ISSN 1516-3717	De 09 passou para 10 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
161	PePSIC			Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v15n2/v15n2a07.pdf	2012	Izaque Machado Ribeiro Henrique Caetano Nardi Paula Sandrine Machado	Masc.	Psicologia	Porto Alegre, RS Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões / UFRGS	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho ISSN 1516-3717	De 09 passou para 10 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
162	PePSIC			Trabalho, gênero e saúde mental: uma pesquisa quantitativa e qualitativa entre bombeiros. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v13n1/v13n1a09.pdf	2010	Tatiana de Castro Amato Thiago PavinI Leonardo Fernandes Martins Andréia Batista Telmo Mota Ronzani	Fem.	Dr Ms Psicobiologia Gr Psicologia	São Paulo, SP UNIFESP	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho ISSN 1516-3717	De 09 passou para 10 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
163	PePSIC			Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n2/a09v11n2.pdf	2008	Maria Fernanda Diogo KátiaMaheirie	Fem.	Psicologia	Florianópolis-SC UFSC	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho ISSN 1516-3717	De 09 passou para 10 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
164	LILACS BVS-Psi			Precariedade Laboral, Raça e Gênero: Imigrantes Brasileiras e o Mercado de Trabalho Português	2013	Thais França da Silva	Fem.	Doutorado em Relações de Trabalho,	Universidade do Minho Portugal	Revista de Psicologia ISSN 2179-1740	De 12 passou para 16 registros de avaliação	B1	B3

				http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/808/785				Desigualdade das Sociais e Sind pelo Centro de Estudos Sociais <i>Gr Psicologia</i>			PSICOLOGIA		
165	Periódicos CAPES LILACS BVS-Psi			Avaliação de Medidas Implícitas e Explícitas de Carreira e Gênero http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/9992/8504	2012	Manoela Ziebell de Oliveira Paola Vargas Barbosa Gustavo Gauer	<i>Fem.</i>	<i>Psicologia</i>	Porto Alegre, RS UFRGS	PSICO (PUCRS. ONLINE) ISSN 1980-8623	De 16 passou para 17 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
166	BVS-Psi			Tráfico para trabalho escravo na prostituição. Do Brasil para Suriname, os conceitos viajam juntos http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/133/125	2008	Marcel Theodoor Hazeu Lúcia Isabel de Conceição Silva	<i>Masc.</i>	Engenharia ambiental	Belém, PA ONG Soc. de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia	REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana ISSN 1980-8585 Revista aparece no 03	De 11 passou para 12 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2
167	Periódicos CAPES			Para além das pink collars: gênero, trabalho e família nas narrativas de mulheres executivas = http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6811/6330	2011	PedroJaime	<i>Masc.</i>	doutorando em Antropologia Social	São Paulo, SP USP	Civitas Revista de Ciências Sociais ISSN 1519-6089	De 19 passou para 12 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A1	A1
168	Periódicos CAPES			"Minha Casa, meu Trabalho...": Trabalho Domiciliar na Indústria de Confeccões de Goiás http://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/19096/13550	2015	Alessandro Gomes Enoque Alex Fernando Borges Luiz AlexSilva Saraiva	<i>Masc.</i>	Dr Sociologia <i>Ms e Gr ADM</i>	Uberlândia, MG UFU	Teoria e Prática em Administração (TPA) ISSN: 2238-104X	09 registros de avaliação ADMINISTRAÇÃO (...)	B2	B2
169	Periódicos CAPES			Percepção de Diferenças Atribuíveis ao Gênero dos Líderes na Promoção do Bem-Estar nas Empresas http://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/18379/13540	2015	Fernando Cardoso De Sousa	<i>Masc.</i>	Dr. Psicologia Organizacional	Associação Portuguesa de Criatividade e Inovação (AGPICO) – Portugal	Teoria e Prática em Administração (TPA) ISSN: 2238-104X	09 registros de avaliação ADMINISTRAÇÃO (...)	B2	B2
170	Periódicos CAPES			Gênero e trabalho: Reflexão necessária na incubação em economia solidária http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diologo/article/view/2238-9024.16.34/pdf	2016	Dourado, Ivan Penteadó; Fachinetto, Carina; De Quadros, Anna Maria Malaquias ; Dos Santos, Anderson Moreira	<i>Masc.</i>	Doutorando Educação Prof Sociologia	Passo Fundo, RS UPF	Diálogo ISSN: 2238-9024	De 17 passou para 21 registros de avaliação PSICOLOGIA	B4	B4

171	Periódicos CAPES				Qualidade de vida no trabalho: um estudo com mulheres na polícia militar http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diologo/article/view/1698/1214	2014	Pitts, Priscilla Farias ; Ferraz, Sofia Batista ; Lima, Tereza Cristina Batista De	Fem.	Administração	Fortaleza, CE	Diálogo ISSN: 2238-9024	De 17 passou para 21 registros de avaliação PSICOLOGIA	B4	B4
172	Periódicos CAPES 2X				Gênero e trabalho: análise interdisciplinar do mercado de trabalho formal em Caxias do Sul na década de 2000. http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/2010_Mendez_Grazziotin_Dornelles_Genero_e_trabalho_analise_interdisciplinar_2.pdf	2010	Natalia Pietra Méndez ; Luciane Sgarbi S. Grazziotin ; Adalberto Ayjara Dornelles Filho	Fem.	História	UFRGS	INTERthesis - Revista Internacional Interdisciplinar E-ISSN: 1807-1384	De 24 passou para 29 registros de avaliação PSICOLOGIA	B3	B3
173	Periódicos CAPES 2X				Percepções acerca das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho para pessoas com deficiência https://www.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/1807-1384.2011v8n1p158/18430	2011	Lilian Barros Moreira ; Fernanda Mitsue Soares Onuma ; Flávia Luciana Naves Mafra ; Mônica Carvalho Alves Cappelle ; Maria de Lourdes Souza Oliveira	Fem.	Doutoranda em Administração	Porto Alegre, RS UFRGS	INTERthesis - Revista Internacional Interdisciplinar E-ISSN: 1807-1384	De 24 passou para 29 registros de avaliação PSICOLOGIA	B3	B3
174	Periódicos CAPES				Gênero e escola: categorias que se entrelaçam nas histórias de vida https://www.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2016v13n1p114/31422	2016	Castro, Beatriz Helena Viana ; Barreiro, Cristhianny Bento	Fem.	Mestrado em Educação e Tecnologia . Profa do Curso Tecnológico e Técnico em Vestuário	Pelotas, RS	INTERthesis - Revista Internacional Interdisciplinar E-ISSN: 1807-1384	De 24 passou para 29 registros de avaliação PSICOLOGIA	B3	B3
	Periódicos CAPES				O paradoxo dos prazeres: trabalho, homossexualidade e estilos de ser homem no candomblé queto fluminense https://etnografica.revues.org/1382	2012	Luís Felipe Rios	Masc.		Recife, PE UFPE	Etnográfica (Lisboa) ISSN: 0873-6561	08 registros de avaliação SOCIOLOGIA	A2	
175	Periódicos CAPES				Symbolismos de Gênero e Gestão: Uma Análise das Feminilidades de Executivas Brasileiras https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/139/pdf	2013	Raquel Santos Soares Menezes Janete Lara Oliveira Ana Paula Rodrigues Diniz	Fem.	Administração	Viçosa, MG UFV	Revista de Gestão e Secretariado E-ISSN: 2178-9010	De 08 passou para 10 registros de avaliação PSICOLOGIA	B2	B2

176	Periódicos CAPES			(RE)Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Gênero e Trabalho-Família http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8312/5950	2010	Estefânia Gonçalves Silva Maria Da Conceição Nogueira Ana Sofia Antunes Das Neves	Fem.	Psicologia	Na época Caldas das Taipas, Portugal Universidade do Minho	Psico ISSN: 0103-5371	De 15 passou para 16 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
177	Periódicos CAPES			Uso da informação no processo de tomada de decisão pelas mulheres gestoras da reitoria do IFPB http://Periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1914/pdf_26	2012	Perucchi, Valmira ; Sousa, Beatriz Alves	Fem.	Doutoranda em Ciência da Informação	Brasília, DF	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação ISSN: 1678-765X	De 09 passou para 10 registros de avaliação COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	B1	B1
	Periódicos CAPES			"E agora, José?": Intraempreendedorismo, desenvolvimento de competências empreendedoras e conflito trabalho-família em professores de programas de mestrado e doutorado em administração www.tmstudies.net/index.php/ctms/article/download/501/882	2013	Wünsch Takahashi, Adriana Roseli ; Lemos Lourenço, Mariane ; Sander, Josué Alexandre ; Da Silva Souza, Carla Patricia	Fem.		Curitiba, PR UFPR	Tourism & Management Studies(Universidade do Algarve / PORTUGAL) ISSN: 2182-8466	07 registros de avaliação INTERDISCIPLINAR	B2	
178	Periódicos CAPES			Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n163/1980-5314-cp-47-163-00044.pdf	2017	Aline Tereza Borghi Leite	Fem.	Sociologia	Goiânia, GO	Cadernos de Pesquisa (Versão Online) ISSN: 1980-5314 Ver 137, mesmo nome de revista outro ISSN	De 08 passou para 11 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
179	Periódicos CAPES			Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n163/1980-5314-cp-47-163-00122.pdf	2017	Maria Rosa Lombardi	Fem.	DR Ms Educação Gr Sociologia	São Paulo, SP Fundação Carlos Chagas	Cadernos de Pesquisa (Versão Online) ISSN: 1980-5314	De 08 passou para 11 registros de avaliação PSICOLOGIA	A2	A2
180	Periódicos CAPES			Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa http://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44494/48114	2010	Flávia de Souza Costa NevesCavazotte Lucia Barbosade Oliveira Liliana Carneirode Miranda	Fem.	DR Administração Ms Sociologia Gr Psicologia	Rio de Janeiro, RJ Faculdades Ibmecc RJ	Revista de Administração ISSN: 0080-2107	De 12 passou para 17 registros de avaliação PSICOLOGIA	B1	A2
181	Periódicos CAPES			A diversidade de gênero e as diferenças e semelhanças na hierarquia de valores do trabalho de homens e mulheres no chão de fábrica http://www.revistas.usp.br/reg	2006	Nereida S. P. Da Silveira	Fem.	Ms ADM Gr Psicologia	São Paulo – SP Mestranda na Universidade Presbiteriana Mackenzie	REG: Revista de Gestão ISSN: 1809-2276 E-ISSN:2177-8736	08 passou 12 (impressa) 09(online) registros de avaliação	B1	B1

186	PePSIC				<i>Habitus</i> , gênero de discurso e gênero de atividade: construtos para compreender o trabalho docente. http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v18n1/a02v18n1.pdf	2015	Daniela Dias dos Anjos.					<i>Cad. psicol. soc. trab.</i> , ISSN 1516-3717			
-----	--------	--	--	--	---	------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Fontes:

- 1) SciELO Brasil (Scientific Eletronic Library Online)
- 2) Periódicos CAPES
- 3) LILACS
- 4) PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia)
- 5) IndexPsi Periódicos / BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil)
- 6) Qualis-Periódicos/ Plataforma Sucupira
- 7) Plataforma Lattes CNPq

Apêndice 5:**UFPB -Quantidade de Mulheres e Homens Docentes por Centro**

	DOCENTES UFPB (outubro/2018)		
	Mulheres	Homens	TOTAL
CBiotec	12	11	23
CCEN	68	182	250
CEAR	11	43	54
CI	12	49	61
CT	75	128	203
CTDR Mangabeira	33	11	44
CCSA	86	106	192
CCJ	40	80	120
CCTA	78	86	164
CCM	64	87	151
CCS	285	130	415
CCHLA	191	127	318
CE	139	64	203
Reitoria	0	1	1
CCA	60	68	128
CCHSA	61	71	132
CCAIE	91	73	164
TOTAL	1306	1317	2623

Autoria própria

Fonte: Dados coletados na PROGEP/UFPB referente a situação em 16/10/2018

Apêndice 6:

**UFPB –
QUANTIDADE DE MULHERES E HOMENS DOCENTES
EFETIVOS(AS) E NA ATIVA POR DEPARTAMENTO
2018**

Autoria própria

Fonte: Dados coletados na PROGEP/UFPB referente a situação em 16/10/2018

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CBIotec Centro de Biotecnologia	DEPTO. DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	6	4	10
		DEPTO. DE BIOTECNOLOGIA	6	7	13
		TOTAL Cbiotec	12	11	23

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
		CCEN	0	1	1
	CCEN Centro de Ciências Exatas e da Natureza	DEPTO. DE BIOLOGIA MOLECULAR	11	14	25
		DEPTO. DE ESTATISTICA	11	15	26
		DEPTO. DE FISICA	0	32	32
		DEPTO. DE GEOCIENCIAS	9	20	29
		DEPTO. DE MATEMATICA	10	44	54
		DEPTO. DE QUIMICA	20	28	48
		DEPTO. DE SISTEMATICA E ECOLOGIA	7	28	35
		TOTAL CCEN	68	182	250

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CCHLA Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	DEPTO. LINGUAS DE SINAIS	8	2	10
		DEPTO. DE CIÊNCIAS SOCIAIS	24	21	45
		DEPTO. DE FILOSOFIA	4	16	20
		DEPTO. DE HISTÓRIA	10	19	29
		DEPTO. DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS	38	25	63
		DEPTO. DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS	36	11	47
		DEPTO. DE MEDIAÇÕES INTERCULTURAIS	11	3	14
		DEPTO. DE MÍDIAS DIGITAIS	3	13	16
		DEPTO. DE PSICOLOGIA	28	13	41
		DEPTO. DE SERVIÇO SOCIAL	29	4	33
		TOTAL CCHLA	191	127	318

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CCJ Centro de Ciências Jurídicas	DEPTO. DE CIÊNCIAS JURÍDICAS (Santa Rita)	11	21	32
		DEPTO. DE DIREITO PRIVADO	18	18	36
		DEPTO. DE DIREITO PROCESSUAL E PRÁTICA	2	15	17
		DEPTO. DE DIREITO PÚBLICO	9	26	35
		TOTAL CCJ	40	80	120

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CCM Centro de Ciências Médicas	DEPTO. DE CIRURGIA-CCM	4	32	36
		DEPTO. DE MEDICINA INTERNA-CCM	21	24	45
		DEPTO. DE OBSTETRICIA E GINECOLOGIA-CC	11	9	20
		DEPTO. DE PEDIATRIA E GENETICA-CCM	13	5	18
		DEPTO. DE PROMOÇÃO DA SAÚDE-CCM	15	17	32
		TOTAL CCM	64	87	151

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CCS Centro de Ciências da Saúde	DEPTO. DE CIÊNCIAS FARMACEUTICAS	18	18	36
		DEPTO. DE CIRURGIA	0	1	1
		DEPTO. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	12	20	32
		DEPTO. DE ENFERMAGEM CLÍNICA	32	5	37
		DEPTO. DE ENFERMAGEM DA SAÚDE PÚBLICA	27	2	29
		DEPTO. DE FISILOGIA E PATOLOGIA	20	14	34
		DEPTO. DE FISIOTERAPIA	23	12	35
		DEPTO. DE FONAUDIOLOGIA	20	5	25
		DEPTO. DE MORFOLOGIA	17	10	27
		DEPTO. DE NUTRIÇÃO	23	5	28
		DEPTO. DE ODONTOLOGIA RESTAURADORA	13	13	26
		DEPTO. DE ODONTOLOGIA SOCIAL	28	20	48
		DEPTO. DE TERAPIA OCUPACIONAL	21	0	21
		ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE	31	5	36
		TOTAL CCS	285	130	415

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CCSA Centro de Ciências Sociais Aplicadas	DEPTO. DE ADMINISTRACAO	17	24	41
		DEPTO. DE CIENCIA DA INFORMACAO	27	9	36
		DEPTO. DE ECONOMIA	11	29	40
		DEPTO. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	18	27	45
		DEPTO. DE GESTAO PUBLICA	8	7	15
		DEPTO. DE RELACOES INTERNACIONAIS	5	10	15
		Total CCSA	86	106	192

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CCTA Centro de Comunicação, Turismo e Artes	DEPTO. DE ARTES CÊNICAS	11	11	22
		DEPTO. DE ARTES VISUAIS	7	8	15
		DEPTO. DE COMUNICACAO	11	14	25
		DEPTO. DE EDUCACAO MUSICAL	10	7	17
		DEPTO. DE JORNALISMO	10	4	14
		DEPTO. DE MUSICA	15	36	51
		DEPTO. DE TURISMO E HOTELARIA	14	6	20
		Total CCTA	78	86	164

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CE Centro de Educação	DEPTO. DE CIENCIAS DAS RELIGIOES	6	6	12
		DEPTO. DE EDUCACAO BASICA	24	2	26
		DEPTO. DE EDUCACAO NO CAMPO	6	2	8
		DEPTO. DE FUNDAMENTACAO DA EDUCACAO	26	19	45
		DEPTO. DE HABILITACAO PEDAGOGICA	34	10	44
		DEPTO. DE METODOLOGIA DA EDUCACAO	25	21	46
		DEPTO. DE PSICOPEDAGOGIA	16	4	20
		ESCOLA DE EDUCACAO BASICA	2	0	2
		Total CE	139	64	203

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CEAR Centro de Energias Alternativas e Renováveis	CEAR	0	1	1
		DEPTO. DE ENGEN. E ENERGIA RENOVAVEIS	10	16	26
		DEPTO. DE ENGENHARIA ELETRICA	1	26	27
		Total CEAR	11	43	54

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CI Centro de Informática	DEPTO. DE COMPUTACAO CIENTIFICA	4	15	19
		DEPTO. DE INFORMATICA	5	18	23
		DEPTO. DE SISTEMAS DE COMPUTACAO	3	16	19
		Total CI	12	49	61

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CT Centro de Tecnologia	DEPTO. DE ARQUITETURA	21	18	39
		DEPTO. DE ENGENHARIA CIVIL	10	32	42
		DEPTO. DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS	8	8	16
		DEPTO. DE ENGENHARIA DE MATERIAIS	10	12	22
		DEPTO. DE ENGENHARIA DE PRODUCAO	15	15	30
		DEPTO. DE ENGENHARIA QUIMICA	10	14	24
		DEPTO. DE TECNOLOGIA MECANICA	1	27	28
		NUPPA - NUCLEO DE PESQUISA E PROCESSAM	0	2	2
		Total CT	75	128	203

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	CTDR Mangabeira Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional	DEPTO. DE GASTRONOMIA	9	3	12
		DEPTO. DE HOTELARIA E GASTRONOMIA	3	0	3
		DEPTO. DE TECNOLIGOA SUCROACOOLEIRA	9	3	12
		DEPTO. DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	12	5	17
		TOTAL CTDR Mangabeira	33	11	44

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
I	Reitoria	Reitoria	0	1	1
		TOTAL Reitoria	0	1	1

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
II Areia	CCA Centro de Ciências Agrárias	DEPTO. DE CIENCIAS BIOLOGICAS	6	6	12
		DEPTO. DE CIENCIAS FUNDAMENTAIS E SOCI	14	12	26
		DEPTO. DE CIENCIAS VETERINARIA	13	10	23
		DEPTO. DE FITOTECNIA	6	10	16
		DEPTO. DE QUIMICA E FISICA	7	4	11
		DEPTO. DE SOLOS E ENGENHARIA RURAL	5	15	20
		DEPTO. DE ZOOTECNIA	9	11	20
		TOTAL CCA	60	68	128

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
III Bananeiras	CCHSA Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	DEPTO. DE AGRICULTURA	9	11	20
		DEPTO. DE CIÊNCIA ANIMAL	4	12	16
		DEPTO. DE CIENCIAS BÁSICAS E SOCIAIS	8	15	23
		DEPTO. DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	10	10	20
		DEPTO. DE EDUCAÇÃO	12	8	20
		DEPTO. DE GESTAO TEC. AGROINDUSTRIAL	18	15	33
		TOTAL CCHSA	61	71	132

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	DOCENTES		
			MULHERES	HOMENS	TOTAL
IV Rio Tinto e Mamanguape	CCAIE Centro de Ciências Aplicadas e Educação	DEPTO. DE CIENCIAS EXATAS (LN-RT)	22	25	47
		DEPTO. DE CIENCIAS SOCIAIS (LN-MM)	9	11	20
		DEPTO. DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	21	11	32
		DEPTO. DE DESING	6	6	12
		DEPTO. DE EDUCACAO (LN-MM)	11	5	16
		DEPTO. DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	7	11	18
		DEPTO. DE LETRAS	15	4	19
		TOTAL CCAIE	91	73	164

			MULHERES	HOMENS	TOTAL
CAMPUS I	UFPB somente campus I	TOTAL DOCENTES UFPB CAMPUS I	1.094	1.105	2.199

			MULHERES	HOMENS	TOTAL
UFPB	Todos os 4 <i>campi</i>	TOTAL DOCENTES UFPB	1.306	1.317	2.623

Autoria própria

Fonte: Dados coletados na PROGEP/UFPB referente a situação em 16/10/2018

Apêndice 7:

**UFPB - DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES E HOMENS DOCENTES EFETIVOS(S) DA ATIVA
POR TITULAÇÃO E POR DEPARTAMENTO –
2018**

Autoria própria

Fonte: Dados coletados na PROGEP/UFPB referente a situação em 16/10/2018

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CBiotec Centro de Biotecnologia	DEPTO. DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	0	0	0	0	0	0	0	0	6	4	6	4	10
		DEPTO. DE BIOTECNOLOGIA	0	0	0	0	0	0	0	1	6	6	6	7	13
		TOTAL Cbiotec	0	0	0	0	0	0	0	1	12	10	12	11	23

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCEN Centro de Ciências Exatas e da Natureza	CCEN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
		DEPTO. DE BIOLOGIA MOLECULAR	0	0	0	0	0	0	1	0	10	14	11	14	25
		DEPTO. DE ESTATISTICA	0	0	0	0	0	1	1	2	10	12	11	15	26
		DEPTO. DE FISICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32	0	32	32
		DEPTO. DE GEOCIENCIAS	0	0	0	0	0	0	1	0	8	20	9	20	29
		DEPTO. DE MATEMATICA	0	0	0	0	0	0	2	5	8	39	10	44	54
		DEPTO. DE QUIMICA	0	0	0	0	0	0	1	1	19	27	20	28	48
		DEPTO. DE SISTEMATICA E ECOLOGIA	0	0	0	0	0	1	0	2	7	25	7	28	35
		TOTAL CCEN	0	0	0	0	0	2	6	10	62	170	68	182	250

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCHLA Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	DEPTO. DE CIENCIAS SOCIAIS	0	0	0	0	0	0	2	4	22	17	24	21	45
		DEPTO. DE FILOSOFIA	0	0	0	0	0	0	0	1	4	15	4	16	20
		DEPTO. DE HISTORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	10	19	10	19	29
		DEPTO. DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS	0	0	0	1	1	0	0	3	37	21	38	25	63
		DEPTO. DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS	0	0	0	0	0	0	8	0	28	11	36	11	47
		DEPTO. DE MEDIACOES INTERCULTURAIS	0	0	0	0	0	0	3	0	8	3	11	3	14
		DEPTO. DE MIDIAS DIGITAIS	0		0	0	0	0	0	7	3	6	3	13	16
		DEPTO. DE PSICOLOGIA	0	0	0	0	0	0	3	0	25	13	28	13	41
		DEPTO. DE SERVICIO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	5	1	24	3	29	4	33
		DEPTO. LINGUAS DE SINAIS	0	0	0	1	1	1	3	0	4	0	8	2	10
		TOTAL CCHLA	0	0	0	2	2	1	24	16	165	108	191	127	318

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCJ Centro de Ciências Jurídicas	DEPTO. DE CIENCIAS JURIDICAS (Santa Rita)	0	0	0	0	0	0	6	10	5	11	11	21	32
		DEPTO. DE DIREITO PRIVADO	0	0	0	0	0	1	7	6	11	11	18	18	36
		DEPTO. DE DIREITO PROCESSUAL E PRATICA	0	0	0	3	0	1	1	5	1	6	2	15	17
		DEPTO. DE DIREITO PUBLICO	0	0	0	1	0	1	2	8	7	16	9	26	35
		TOTAL CCJ	0	0	0	4	0	3	16	29	24	44	40	80	120

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCM Centro de Ciências Médicas	DEPTO. DE CIRURGIA-CCM	0	0	0	3	1	8	2	6	1	15	4	32	36
		DEPTO. DE MEDICINA INTERNA-CCM	0	0	0	1	2	3	5	5	14	15	21	24	45
		DEPTO. DE OBSTETRICIA E GINECOLOGIA-CC	0	0	0	1	1	1	7	1	3	6	11	9	20
		DEPTO. DE PEDIATRIA E GENETICA-CCM	0	0	1	0	0	0	7	2	5	3	13	5	18
		DEPTO. DE PROMOCAO DA SAUDE-CCM	0	0	0	0	1	2	5	9	9	6	15	17	32
		TOTAL CCM	0	0	1	5	5	14	26	23	32	45	64	87	151

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCS Centro de Ciências da Saúde	DEPTO. DE CIENCIAS FARMACEUTICAS	0	0	0	1	0	0	1	1	17	16	18	18	36
		DEPTO. DE CIRURGIA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
		DEPTO. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	0	0	0	0	0	1	3	3	9	16	12	20	32
		DEPTO. DE ENFERMAGEM CLÍNICA	0	0	0	0	0	0	4	2	28	3	32	5	37
		DEPTO. DE ENFERMAGEM DA SAUDE PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	4	0	23	2	27	2	29
		DEPTO. DE FISILOGIA E PATOLOGIA	0	0	0	0	0	0	0	0	20	14	20	14	34
		DEPTO. DE FISIOTERAPIA	0	0	0	0	1	0	8	2	14	10	23	12	35
		DEPTO. DE FONAUDIOLOGIA	0	0	0	0	0	0	8	1	12	4	20	5	25
		DEPTO. DE MORFOLOGIA	0	0	0	0	0	1	3	0	14	9	17	10	27
		DEPTO. DE NUTRICAÇÃO	0	0	0	0	0	0	5	1	18	4	23	5	28
		DEPTO. DE ODONTOLOGIA RESTAURADORA	0	0	0	0	0	1	1	2	12	10	13	13	26
		DEPTO. DE ODONTOLOGIA SOCIAL	0	0	0	0	0	0	1	0	27	20	28	20	48
		DEPTO. DE TERAPIA OCUPACIONAL	0	0	0	0	0	0	12	0	9	0	21	0	21
		ESCOLA TECNICA DE SAÚDE	0	0	7	1	0	0	2	0	22	4	31	5	36
		TOTAL CCS	0	0	7	2	1	3	52	13	225	112	285	130	415

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCSA Centro de Ciências Sociais Aplicadas	DEPTO. DE ADMINISTRACAO	0	0	0	0	0	1	4	3	13	20	17	24	41
		DEPTO. DE CIENCIA DA INFORMACAO	0	0	0	0	0	0	11	1	16	8	27	9	36
		DEPTO. DE ECONOMIA	0	0	0	0	0	0	1	3	10	26	11	29	40
		DEPTO. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	0	0	0	0	1	1	10	9	7	17	18	27	45
		DEPTO. DE GESTAO PUBLICA	0	0	0	0	0	0	0	2	8	5	8	7	15
		DEPTO. DE RELACOES INTERNACIONAIS	0	0	0	0	0	0	2	1	3	9	5	10	15
		Total CCSA	0	0	0	0	1	2	28	19	57	85	86	106	192

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCTA Centro de Comunicação, Turismo e Artes	DEPTO. DE ARTES CÊNICAS	0	0	0	0	0	0	6	4	5	7	11	11	22
		DEPTO. DE ARTES VISUAIS	0	0	1	0	0	0	1	2	5	6	7	8	15
		DEPTO. DE COMUNICACAO	0	0	0	0	0	0	9	6	2	8	11	14	25
		DEPTO. DE EDUCACAO MUSICAL	0	0	0	0	0	0	3	5	7	2	10	7	17
		DEPTO. DE JORNALISMO	0	0	0	0	0	0	1	0	9	4	10	4	14
		DEPTO. DE MUSICA	0	0	0	7	1	0	6	10	8	19	15	36	51
		DEPTO. DE TURISMO E HOTELARIA	0	0	0	0	0	1	10	0	4	5	14	6	20
		Total CCTA	0	0	1	7	1	1	36	27	40	51	78	86	164

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CE Centro de Educação	DEPTO. DE CIENCIAS DAS RELIGIOES	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	6	6	12
		DEPTO. DE EDUCACAO BASICA	0	0	16	2	0	0	7	0	1	0	24	2	26
		DEPTO. DE EDUCACAO NO CAMPO	0	0	0	0	0	0	0	1	6	1	6	2	8
		DEPTO. DE FUNDAMENTACAO DA EDUCACAO	0	0	0	0	0	0	4	4	22	15	26	19	45
		DEPTO. DE HABILITACAO PEDAGOGICA	0	0	0	0	0	0	1	0	33	10	34	10	44
		DEPTO. DE METODOLOGIA DA EDUCACAO	0	0	0	0	0	0	3	3	22	18	25	21	46
		DEPTO. DE PSICOPEDAGOGIA	0	0	0	0	0	0	5	2	11	2	16	4	20
		ESCOLA DE EDUCACAO BASICA	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
		Total CE	0	0	18	2	0	0	20	10	101	52	139	64	203

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CEAR Centro de Energias Alternativas e Renováveis	CEAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
		DEPTO. DE ENGEN. E ENERGIA RENOVAVEIS	0	0	1	0	0	0	0	0	9	16	10	16	26
		DEPTO. DE ENGENHARIA ELETRICA	0	0	0	0	0	0	0	1	1	25	1	26	27
		Total CEAR	0	0	1	0	0	0	0	1	10	42	11	43	54

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CI Centro de Informática	DEPTO. DE COMPUTACAO CIENTIFICA	0	0	0	0	0	0	1	0	3	15	4	15	19
		DEPTO. DE INFORMATICA	0	0	0	0	0	0	1	3	4	15	5	18	23
		DEPTO. DE SISTEMAS DE COMPUTACAO	0	0	0	0	0	0	0	0	3	16	3	16	19
		Total CI	0	0	0	0	0	0	0	2	3	10	46	12	49

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral	
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H		
I	CT Centro de Tecnologia	DEPTO. DE ARQUITETURA	0	0	0	0	0	0	3	6	18	12	21	18	39	
		DEPTO. DE ENGENHARIA CIVIL	0	0	0	0	0	0	0	1	10	31	10	32	42	
		DEPTO. DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	8	8	8	8	16	
		DEPTO. DE ENGENHARIA DE MATERIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	10	12	10	12	22	
		DEPTO. DE ENGENHARIA DE PRODUCAO	0	0	0	0	0	0	1	4	14	11	15	15	30	
		DEPTO. DE ENGENHARIA QUIMICA	0	0	0	0	0	0	0	1	10	13	10	14	24	
		DEPTO. DE TECNOLOGIA MECANICA	0	0	0	0	0	1	0	1	1	25	1	27	28	
		NUPPA - NUCLEO DE PESQUISA E PROCESSAM	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
		Total CT	0	1	0	1	0	1	0	1	4	13	71	112	75	128

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CTDR Mangabeira Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional	DEPTO. DE GASTRONOMIA	0	0	0	0	0	3	4	0	5	0	9	3	12
		DEPTO. DE HOTELARIA E GASTRONOMIA	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	3	0	3
		DEPTO. DE TECNOLIGOA SUCROACOOLEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	9	3	9	3	12
		DEPTO. DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	0	0	0	1	0	0	2	0	10	4	12	5	17
		TOTAL CTDR Mangabeira	0	0	0	1	1	3	7	0	25	7	33	11	44

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	Reitoria	Reitoria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
		TOTAL Reitoria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
II Areia	CCA Centro de Ciências Agrárias	DEPTO. DE CIENCIAS BIOLÓGICAS	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	6	6	12
		DEPTO. DE CIENCIAS FUNDAMENTAIS E SOCI	0	0	0	0	0	1	4	4	10	7	14	12	26
		DEPTO. DE CIENCIAS VETERINARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	13	10	13	10	23
		DEPTO. DE FITOTECNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	6	10	6	10	16
		DEPTO. DE QUIMICA E FISICA	0	0	0	0	0	0	0	0	7	4	7	4	11
		DEPTO. DE SOLOS E ENGENHARIA RURAL	0	0	0	0	0	0	0	1	5	14	5	15	20
		DEPTO. DE ZOOTECNIA	0	0	0	0	0	0	0	1	9	10	9	11	20
		TOTAL CCA	0	0	0	0	0	1	4	6	56	61	60	68	128

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
III Bananeiras	CCHSA Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	DEPTO. DE AGRICULTURA	0	0	0	1	0	0	0	1	9	9	9	11	20
		DEPTO. DE CIÊNCIA ANIMAL	0	0	1	0	0	1	0	0	3	11	4	12	16
		DEPTO. DE CIENCIAS BÁSICAS E SOCIAIS	0	0	2	8	0	0	0	5	6	2	8	15	23
		DEPTO. DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	0	0	0	2	0	0	5	5	5	3	10	10	20
		DEPTO. DE EDUCACAO	0	0	0	1	0	0	3	6	9	1	12	8	20
		DEPTO. DE GESTAO TEC. AGROINDUSTRIAL	0	0	0	1	0	0	6	5	12	9	18	15	33
		TOTAL CCHSA	0	0	3	13	0	1	14	22	44	35	61	71	132

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
IV Rio Tinto e Mamanguape	CCAIE Centro de Ciências Aplicadas e Educação	DEPTO. DE CIENCIAS EXATAS (LN-RT)	0	0	0	0	0	0	7	8	15	17	22	25	47
		DEPTO. DE CIENCIAS SOCIAIS (LN-MM)	0	0	0	0	0	0	1	1	8	10	9	11	20
		DEPTO. DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	0	0	0	0	0	1	15	5	6	5	21	11	32
		DEPTO. DE DESING	0	0	0	0	0	0	3	4	3	2	6	6	12
		DEPTO. DE EDUCACAO (LN-MM)	0	0	0	0	0	0	1	0	10	5	11	5	16
		DEPTO. DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	0	0	0	0	0	0	0	2	7	9	7	11	18
		DEPTO. DE LETRAS	0	0	0	0	1	0	3	0	11	4	15	4	19
		TOTAL CCAIE	0	0	0	0	1	1	30	20	60	52	91	73	164

	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
TOTAL CAMPUS I	0	1	28	24	11	30	221	165	834	885	1.094	1.105	2.199

	Sem Graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total		Total Geral
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
TOTAL UFPB (4 campi)	0	1	31	37	12	33	269	213	994	1.033	1.306	1.317	2.623

Autoria própria

Fonte: Dados coletados na PROGEP/UFPB referente a situação em 16/10/2018

Apêndice 8:

**UFPB - Distribuição de Mulheres e Homens Docentes Efetivos(s) da Ativa
por Titulação e por Departamento –
2018**

Autoria própria

Fonte: Dados coletados na PROGEP/UFPB referente a situação em 16/10/2018

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CBiotec Centro de Biotecnologia	DEPTO. DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR	0	0	1	0	0	0	4	4	1	0	0	0	10
		DEPTO. DE BIOTECNOLOGIA	0	0	0	1	0	1	5	3	1	1	0	1	13
		TOTAL Cbiotec	0	0	1	1	0	1	9	7	2	1	0	1	23

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCEN Centro de Ciências Exatas e da Natureza	CCEN	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		DEPTO. DE BIOLOGIA MOLECULAR	0	0	0	2	0	0	4	2	6	9	1	1	25
		DEPTO. DE ESTATISTICA	0	0	2	2	1	1	7	7	1	4	0	1	26
		DEPTO. DE FISICA	0	0	0	2	0	0	0	6	0	12	0	12	32
		DEPTO. DE GEOCIENCIAS	0	0	2	2	0	0	1	6	4	10	2	2	29
		DEPTO. DE MATEMATICA	0	0	1	9	1	2	3	10	4	21	1	2	54
		DEPTO. DE QUIMICA	0	0	1	0	1	0	3	7	13	16	2	5	48
		DEPTO. DE SISTEMATICA E ECOLOGIA	0	0	0	1	0	1	1	13	5	9	1	4	35
		TOTAL CCEN	0	0	6	19	3	4	19	51	33	81	7	27	250

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCHLA Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	DEPTO. DE CIENCIAS SOCIAIS	0	0	4	2	2	3	5	7	10	8	3	1	45
		DEPTO. DE FILOSOFIA	0	0	0	2	0	0	2	4	1	6	1	4	20
		DEPTO. DE HISTORIA	0	0	1	3	0	0	1	4	7	9	1	3	29
		DEPTO. DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS	0	0	3	3	0	1	13	8	19	9	3	4	63
		DEPTO. DE LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS	0	0	8	1	2	0	13	5	7	5	6	0	47
		DEPTO. DE MEDIACOES INTERCULTURAIS	0	0	1	0	2	0	7	2	1	1	0	0	14
		DEPTO. DE MIDIAS DIGITAIS	0	0	1	1	0	2	1	6	1	2	0	2	16
		DEPTO. DE PSICOLOGIA	0	0	4	1	2	0	10	4	10	5	2	3	41
		DEPTO. DE SERVICIO SOCIAL	0	0	0	0	2	0	14	3	9	1	4	0	33
		DEPTO. LINGUAS DE SINAIS	0	1	2	1	2	0	4	0	0	0	0	0	10
TOTAL CCHLA	0	1	24	14	12	6	70	43	65	46	20	17	318		

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCJ Centro de Ciências Jurídicas	DEPTO. DE CIENCIAS JURIDICAS (Santa Rita)	0	0	2	2	0	4	9	13	0	2	0	0	32
		DEPTO. DE DIREITO PRIVADO	0	0	3	2	1	2	10	11	3	2	1	1	36
		DEPTO. DE DIREITO PROCESSUAL E PRATICA	0	0	0	0	0	5	2	10	0	0	0	0	17
		DEPTO. DE DIREITO PUBLICO	0	0	0	3	2	5	3	14	4	3	0	1	35
		TOTAL CCJ	0	0	5	7	3	16	24	48	7	7	1	2	120

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCM Centro de Ciências Médicas	DEPTO. DE CIRURGIA-CCM	0	0	1	8	1	3	2	18	0	3	0	0	36
		DEPTO. DE MEDICINA INTERNA-CCM	0	0	6	6	2	4	6	7	6	6	1	1	45
		DEPTO. DE OBSTETRICIA E GINECOLOGIA-CC	0	1	3	3	4	0	3	3	0	1	1	1	20
		DEPTO. DE PEDIATRIA E GENETICA-CCM	0	0	3	2	3	0	4	1	3	1	0	1	18
		DEPTO. DE PROMOCAO DA SAUDE-CCM	0	0	4	1	1	4	8	10	2	1	0	1	32
		TOTAL CCM	0	1	17	20	11	11	23	39	11	12	2	4	151

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral	
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H		
I	CCS Centro de Ciências da Saúde	DEPTO. DE CIENCIAS FARMACEUTICAS	0	0	4	1	1	1	5	4	5	6	3	6	36	
		DEPTO. DE CIRURGIA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		DEPTO. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	0	0	1	2	2	1	6	8	3	8	0	1	32	
		DEPTO. DE ENFERMAGEM CLÍNICA	0	0	1	0	0	0	16	2	9	1	6	2	37	
		DEPTO. DE ENFERMAGEM DA SAÚDE PÚBLICA	0	0	3	0	0	0	18	1	4	1	2	0	29	
		DEPTO. DE FISIOLOGIA E PATOLOGIA	0	0	1	5	0	0	6	2	10	6	3	1	34	
		DEPTO. DE FISIOTERAPIA	0	0	4	1	1	0	10	6	7	4	1	1	35	
		DEPTO. DE FONAUDIOLOGIA	0	0	4	0	3	1	12	4	1	0	0	0	25	
		DEPTO. DE MORFOLOGIA	0	0	2	3	0	1	10	2	3	4	2	0	27	
		DEPTO. DE NUTRICAÇÃO	0	0	3	1	1	1	10	1	8	2	1	0	28	
		DEPTO. DE ODONTOLOGIA RESTAURADORA	0	0	1	0	1	0	3	7	7	6	1	0	26	
		DEPTO. DE ODONTOLOGIA SOCIAL	0	0	2	1	0	0	11	6	11	9	4	4	48	
		DEPTO. DE TERAPIA OCUPACIONAL	0	0	3	0	3	0	15	0	0	0	0	0	21	
		ESCOLA TECNICA DE SAÚDE	28	5	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	36	
TOTAL CCS	28	5	29	15	12	5	125	43	68	47	23	15	415			

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCSA Centro de Ciências Sociais Aplicadas	DEPTO. DE ADMINISTRACAO	0	0	2	2	1	3	9	9	5	9	0	1	41
		DEPTO. DE CIENCIA DA INFORMACAO	0	0	3	0	1	0	15	3	7	6	1	0	36
		DEPTO. DE ECONOMIA	0	0	0	3	1	1	7	9	2	13	1	3	40
		DEPTO. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	0	0	0	3	3	1	12	18	3	3	0	2	45
		DEPTO. DE GESTAO PUBLICA	0	0	3	1	0	0	5	6	0	0	0	0	15
		DEPTO. DE RELACOES INTERNACIONAIS	0	0	0	1	1	0	4	8	0	1	0	0	15
		Total CCSA	0	0	8	10	7	5	52	53	17	32	2	6	192

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CCTA Centro de Comunicação, Turismo e Artes	DEPTO. DE ARTES CÊNICAS	0	0	2	2	2	2	6	3	1	3	0	1	22
		DEPTO. DE ARTES VISUAIS	1	0	0	0	1	1	4	5	1	2	0	0	15
		DEPTO. DE COMUNICACAO	0	1	2	1	2	5	6	3	0	3	1	1	25
		DEPTO. DE EDUCACAO MUSICAL	0	0	1	1	1	1	5	4	3	1	0	0	17
		DEPTO. DE JORNALISMO	0	0	1	1	1	0	1	2	7	1	0	0	14
		DEPTO. DE MUSICA	0	0	2	3	0	6	9	19	4	6	0	2	51
		DEPTO. DE TURISMO E HOTELARIA	0	0	1	0	0	1	13	2	0	3	0	0	20
		Total CCTA	1	1	9	8	7	16	44	38	16	19	1	4	164

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral	
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H		
I	CE Centro de Educação	DEPTO. DE CIENCIAS DAS RELIGIOES	0	0	0	0	0	0	6	1	0	5	0	0	12	
		DEPTO. DE EDUCACAO BASICA	24	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26
		DEPTO. DE EDUCACAO NO CAMPO	0	0	0	0	0	1	3	1	1	0	2	0	8	
		DEPTO. DE FUNDAMENTACAO DA EDUCACAO	0	0	3	0	0	1	13	9	10	8	0	1	45	
		DEPTO. DE HABILITACAO PEDAGOGICA	0	0	9	3	1	0	11	1	7	5	6	1	44	
		DEPTO. DE METODOLOGIA DA EDUCACAO	0	0	0	2	3	3	12	3	10	9	0	4	46	
		DEPTO. DE PSICOPEDAGOGIA	0	0	0	0	2	2	9	2	4	0	1	0	20	
		ESCOLA DE EDUCACAO BASICA	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
		Total CE	26	2	12	5	6	7	54	17	32	27	9	6	203	

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H			
I	CEAR Centro de Energias Alternativas e Renováveis	CEAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
		DEPTO. DE ENGEN. E ENERGIA RENOVAVEIS	1	0	1	2	0	0	7	11	1	0	0	3	26
		DEPTO. DE ENGENHARIA ELETRICA	0	0	0	3	0	0	1	12	0	8	0	3	27
		Total CEAR	1	0	1	5	0	0	8	23	1	9	0	6	54

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
I	CI Centro de Informática	DEPTO. DE COMPUTACAO CIENTIFICA	0	0	0	4	1	0	1	6	2	3	0	2	19
		DEPTO. DE INFORMATICA	0	0	0	0	0	1	4	8	1	5	0	4	23
		DEPTO. DE SISTEMAS DE COMPUTACAO	0	0	1	1	0	0	2	12	0	2	0	1	19
		Total CI	0	0	1	5	1	1	7	26	3	10	0	7	61

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral	
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H		
I	CT Centro de Tecnologia	DEPTO. DE ARQUITETURA	0	0	2	2	1	1	10	9	7	6	1	0	39	
		DEPTO. DE ENGENHARIA CIVIL	0	0	1	1	0	0	4	5	4	21	1	5	42	
		DEPTO. DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS	0	0	0	1	0	0	3	2	4	3	1	2	16	
		DEPTO. DE ENGENHARIA DE MATERIAIS	0	0	1	1	0	0	6	3	3	8	0	0	22	
		DEPTO. DE ENGENHARIA DE PRODUCAO	0	0	3	4	1	1	4	5	7	4	0	1	30	
		DEPTO. DE ENGENHARIA QUIMICA	0	0	0	1	0	0	3	6	7	5	0	2	24	
		DEPTO. DE TECNOLOGIA MECANICA	0	0	0	2	0	0	0	8	1	13	0	4	28	
		NUPPA - NUCLEO DE PESQUISA E PROCESSAM	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
		Total CT	0	2	7	12	2	2	30	38	33	60	3	14	203	

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
II Areia	CCA Centro de Ciências Agrárias	DEPTO. DE CIENCIAS BIOLÓGICAS	0	0	2	0	0	0	2	2	2	4	0	0	12
		DEPTO. DE CIENCIAS FUNDAMENTAIS E SOCI	0	0	1	2	3	4	7	2	3	4	0	0	26
		DEPTO. DE CIENCIAS VETERINARIA	0	0	4	3	0	0	3	4	6	3	0	0	23
		DEPTO. DE FITOTECNIA	0	0	1	4	0	0	1	0	3	4	1	2	16
		DEPTO. DE QUIMICA E FISICA	0	0	3	1	0	0	3	3	0	0	1	0	11
		DEPTO. DE SOLOS E ENGENHARIA RURAL	0	0	1	2	0	0	2	6	1	5	1	2	20
		DEPTO. DE ZOOTECNIA	1	0	3	1	0	0	1	1	2	7	2	2	20
		TOTAL CCA	1	0	15	13	3	4	19	18	17	27	5	6	128

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
III Bananeiras	CCHSA Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	DEPTO. DE AGRICULTURA	3	4	1	0	0	0	2	4	3	3	0	0	20
		DEPTO. DE CIÊNCIA ANIMAL	2	7	0	0	0	0	1	2	1	2	0	1	16
		DEPTO. DE CIENCIAS BÁSICAS E SOCIAIS	5	12	0	0	1	0	1	3	1	0	0	0	23
		DEPTO. DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	0	2	4	2	1	2	5	4	0	0	0	0	20
		DEPTO. DE EDUCACAO	1	2	1	1	0	0	7	5	3	0	0	0	20
		DEPTO. DE GESTAO TEC. AGROINDUSTRIAL	7	7	3	1	1	0	6	4	1	3	0	0	33
		TOTAL CCHSA	18	34	9	4	3	2	22	22	9	8	0	1	132

CAMPUS	CENTRO	DEPARTAMENTO	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral	
			M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H		
IV Rio Tinto e Mamanguape	CCAIE Centro de Ciências Aplicadas e Educação	DEPTO. DE CIENCIAS EXATAS (LN-RT)	0	0	0	4	3	3	17	15	2	3	0	0	47	
		DEPTO. DE CIENCIAS SOCIAIS (LN-MM)	0	0	0	0	0	1	8	4	1	6	0	0	20	
		DEPTO. DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS	0	0	3	1	5	2	13	7	0	1	0	0	32	
		DEPTO. DE DESING	0	0	0	0	3	0	2	6	1	0	0	0	12	
		DEPTO. DE EDUCACAO (LN-MM)	0	0	2	2	1	0	4	2	4	1	0	0	16	
		DEPTO. DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE	0	0	1	1	0	2	2	4	4	4	4	0	0	18
		DEPTO. DE LETRAS	0	0	6	2	0	0	7	1	2	1	0	0	19	
		TOTAL CCAIE	0	0	12	10	12	8	53	39	14	16	0	0	164	

	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
TOTAL CAMPUS I	57	14	125	123	69	75	483	431	292	351	68	111	2.199

	EBTT		AUXILIAR		ASSISTENTE		ADJUNTO		ASSOSSIADO		TITULAR		Total Geral
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
TOTAL UFPB (4 campi)	76	48	161	150	87	89	577	510	332	402	73	118	2.623

Autoria própria

Fonte: Dados coletados na PROGEP/UFPB referente a situação em 16/10/2018

Apêndice 9 -**Universidades Federais – Distribuição de Docentes efetivos da ativa (em exercício e afastados) por titulação. Série Histórica de 1999 a 2017**

	Sem graduação		Graduação		Especialização		Mestrado		Doutorado		Total	
1999 (39 IFES)	21	0,05%	7.341	16,52%	7.349	16,54%	15.668	35,26%	14.056	31,63%	44.435	100%
2000 (39 IFES)	16	0,03%	7.571	15,80%	7.756	16,18%	16.464	34,36%	16.115	33,63%	47.922	100%
2001 (39 IFES)	82	0,17%	7.680	15,70%	7.570	15,47%	16.147	33,00%	17.447	35,66%	48.926	100%
2002 (43 IFES)	0	0%	7.372	15,34%	6.266	13,04%	15.376	32,00%	19.042	39,62%	48.056	100%
2003 (44 IFES)	0	0%	7.914	16,29%	5.197	10,70%	14.879	30,63%	20.580	42,37%	48.570	100%
2004 (46 IFES)	1	0%	8.430	17,17%	4.852	9,88%	13.880	28,27%	21.941	44,68%	49.104	100%
2005 (52 IFES)	4	0%	8.654	16,70%	5.134	9,90%	14.239	27,47%	23.807	45,93%	51.838	100%
2006 (53 IFES)	3	0%	7.562	14,30%	4.846	9,16%	14.227	26,90%	26.243	49,63%	52.881	100%
2007 (55 IFES)	3	0%	8.266	14,54%	4.367	7,69%	14.832	26,10%	29.365	51,67%	56.833	100%
2008 (55 IFES)	4	0%	7.726	13,39%	4.178	7,24%	14.776	25,61%	31.004	53,74%	57.688	100%
2009 (55 IFES)	18	0%	10.789	15,46%	4.336	6,21%	16.974	24,33%	37.661	53,97%	69.778	100%
2010 (58 IFES)	137	0,18%	6.624	8,94%	4.231	5,71%	19.792	26,72%	43.275	58,43%	74.059	100%
2011 (59 IFES)	0	0%	6.361	8,08%	4.145	5,27%	20.943	26,60%	47.275	60,05%	78.724	100%
2012 (59 IFES)	58	0%	5.380	6,60%	4.226	5,18%	21.221	26,00%	50.739	62,16%	81.624	100%
2013 (62 IFES)	3	0%	5.129	6,00%	4.146	4,85%	21.809	25,51%	54.420	63,64%	85.507	100%
2014 (63 IFES)	2	0%	4.608	5,19%	4.005	4,51%	21.541	24,27%	58.592	66,02%	88.748	100%
2015 (63 IFES)	1	0%	3.744	4,09%	4.043	4,43%	21.554	23,60%	61.995	67,88%	91.337	100%
2016 (63 IFES)	1	0%	3.314	3,51%	4.085	4,33%	20.891	22,15%	66.037	70,00%	94.328	100%
2017 (63 IFES)	1	0%	2.635	2,75%	4.070	4,25%	19.940	20,82%	69.126	72,18%	95.772	100%

Autoria própria

Fonte: INEP (2018)

Censos da Educação Superior, de 1999 a 2017